

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA

PAULO BRACIAK

**FACÃO, ESPINGARDA E HERÓIS: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO DE  
FILOSOFIA A PARTIR DA GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916)**

UNIÃO DA VITÓRIA – PR

2023

PAULO BRACIAK

**FACÃO, ESPINGARDA E HERÓIS: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO DE  
FILOSOFIA A PARTIR DA GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO) núcleo da Universidade Estadual do Paraná como requisito final à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Samon Noyama.

Coorientador: Prof. Dr. Daniel Santos da Silva.

UNIÃO DA VITÓRIA – PR

2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Braciak, Paulo

Facção, espingarda e heróis: uma experiência de ensino de filosofia a partir da guerra do contestado (1912-1916) / Paulo Braciak. -- União da Vitória-PR, 2023.

105 f.: il.

Orientador: Samon Noyama.

Coorientador: Daniel Santos da Silva.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Filosofia) -- Universidade Estadual do Paraná, 2023.





1. Ensino de Filosofia.. 2. Tragédia Grega e Visão mítica entre os gregos.. 3. Guerra do Contestado.. 4. A visão mítica interferindo nos heróis e heroínas da guerra do contestado. I - Noyama, Samon (orient). II - Santos da Silva, Daniel (coorient). III - Título.

### ATA DE DEFESA DE MESTRADO

No dia 28 do mês de abril do ano de 2023, às 10h, via Plataforma Google Meet, foram instaladas as atividades pertinentes à defesa da dissertação do mestrando Paulo Braciak, intitulada: “Facção, espingarda e heróis: uma experiência de ensino de filosofia a partir da Guerra do Contestado (1912-1916)”, sob orientação do Prof. Dr. Samon Noyama e coorientação de Prof. Dr. Daniel Santos da Silva. A banca examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Mestrado Profissional em Filosofia, núcleo da Universidade Estadual do Paraná, *campus* de União da Vitória, foi constituída pelos seguintes Membros: Prof<sup>ª</sup> .Dr<sup>ª</sup> Marinê Pereira (UFABC), Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Adriana Delbó (UFG) e Prof. Dr. Daniel Santos da Silva (UNESPAR). A presidência iniciou a sessão, sendo que coube ao candidato expor o tema de sua dissertação dentro do tempo determinado. Após exarado os pareceres dos membros da Banca Examinadora e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final que decidiu pela **aprovação**. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada às 12h45 e eu, Prof. Dr. Samon Noyama, presidente da banca, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da banca examinadora e pelo candidato. O candidato está ciente de que deve entregar a versão final, com as devidas correções se necessário, dentro do prazo de 90 dias, considerando as normas do Programa.

União da Vitória, 28 de abril de 2023.

#### Banca Examinadora:

Nome	Instituição	Assinatura
Prof. Dr. Samon Noyama	UFABC	Documento assinado digitalmente  SAMON NOYAMA Data: 30/04/2023 21:57:48-0300 Verifique em <a href="https://validar.it.gov.br">https://validar.it.gov.br</a>
Prof. Dr. Daniel Santos da Silva	UNESPAR	Documento assinado digitalmente  DANIEL SANTOS DA SILVA Data: 02/05/2023 14:44:05-0300 Verifique em <a href="https://validar.it.gov.br">https://validar.it.gov.br</a>
Prof <sup>ª</sup> . Dr <sup>ª</sup> . Marinê Pereira	UFABC	Documento assinado digitalmente  MARINE DE SOUZA PEREIRA Data: 02/05/2023 15:58:21-0300 Verifique em <a href="https://validar.it.gov.br">https://validar.it.gov.br</a>
Prof <sup>ª</sup> . Dr <sup>ª</sup> . Adriana Delbó	UFG	Documento assinado digitalmente  ADRIANA DELBO LOPES Data: 04/05/2023 21:35:07-0300 Verifique em <a href="https://validar.it.gov.br">https://validar.it.gov.br</a>

Candidato	Assinatura
Paulo Braciak	Documento assinado digitalmente  PAULO BRACIAK Data: 12/05/2023 19:55:44-0300 Verifique em <a href="https://validar.it.gov.br">https://validar.it.gov.br</a>

Dedico este trabalho à minha família, aos meus Professores, a todas as vítimas da Guerra do Contestado e a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para que se tornasse realidade.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um sentimento poderoso que nos faz reconhecer as pequenas alegrias da vida e valorizar as pessoas que tornam nossa jornada mais leve e feliz. Como diz William Shakespeare “A gratidão é o único tesouro dos humildes”. Por este motivo, gostaria de expressar meu humilde, mas sincero, reconhecimento por todos os que acompanharam, incentivaram, orientaram ou, simplesmente, se dispuseram a acompanhar, momento a momento, etapa após etapa, o desenrolar do meu trabalho.

Agradeço à minha querida esposa, Suelin e a minha amada filha, Manuela, pelas inúmeras vezes que se tornaram a minha maior inspiração para seguir em frente, principalmente quando as dificuldades surgiam. Também manifesto meu agradecimento e apreço à minha família, de modo especial meus irmãos Ana Maria, Terezinha, Mateus e Maria, pessoas que foram e continuam sendo muito importante em minha existência.

O sentimento de gratidão se estende aos professores e professoras que me acompanharam durante toda a minha formação, recordo todos eles nominando a professora Cida, que carinhosamente me ensinou ler em seu colo. Também agradeço o corpo Docente do Mestrado da Universidade Estadual do Paraná, Campus de União da Vitória, pela oportunidade em compartilhar novos e ousados horizontes para o caminho no Ensino de Filosofia. E, de modo particular, cito aqui o nome do professor Dr. Samon Noyama e o professor Dr. Daniel Santos da Silva, que aceitaram o desafio da orientação, de um trabalho desafiador. Foram, de extrema importância, as profundas análises e intervenções que realizaram durante o desenrolar desta pesquisa.

Por fim, agradeço os amigos e amigas que encontrei nas terras contestadas, na cidade de Lebon Régis SC, em especial as alunas e os alunos, que atribuíram um sentido significativo para a presente pesquisa, sendo eles a principal finalidade deste trabalho.

## RESUMO

A religiosidade normalmente se apresenta como um terreno fértil para diversas abordagens filosóficas. De um modo particular a religiosidade vivenciada pelo homem grego assume o papel determinante por proporcionar condições para formar o homem e apresentando-se como fundamento para edificar uma organização social. O desenvolvimento da arte trágica é para Nietzsche a maior e a forma mais elevada do reconhecimento e da exaltação do mito. Assim, a religiosidade assume o papel de ser a lente pela qual se interpreta o mundo, possibilita condições para formar a identidade homem grego e apresenta-se como fundamento para edificar uma organização social. Reconhecendo a importância da consciência mítica na sociedade grega e para a formação de um modo de existir, vislumbramos algumas semelhanças nas formações das comunidades do povo Caboclo, que viveu na região do contestado no período da Guerra do Contestado. Edifica-se uma religiosidade despreendida de regras e dogmas, uma religiosidade que liberta, que une e que possibilita as condições de resistência e existência para um povo que está prestes a ser aniquilado. A partir de alguns autores, buscamos identificar neste movimento algumas possibilidades de desenvolvermos a desafiadora arte do ensino de filosofia.

**Palavras-chaves:** Tragédia Grega. Guerra do Contestado. Ensino de Filosofia.

## ABSTRACT

Religiousness usually presents itself as a fertile ground for various philosophical approaches. In a particular way, the religiosity experienced by the Greek man assumes a decisive role by providing conditions to form the man and presenting itself as a foundation to build a social organization. The development of tragic art is for Nietzsche the greatest and highest form of recognition and exaltation of myth. Thus, religiousness assumes the role of being the lens through which the world is interpreted, enables conditions to form the Greek man identity and presents itself as a foundation to build a social organization. Recognizing the importance of mythical consciousness in Greek society and for the formation of a way of existing, we glimpse some similarities in the formations of the communities of the Caboclo people, who lived in the Contestado region during the period of the Contestado War. Religiousness detached from rules and dogmas is built, a religiosity that liberates, that unites and that makes possible the conditions of resistance and existence for a people that is about to be annihilated. From some authors, we seek to identify in this movement some possibilities to develop the challenging art of philosophy teaching.

**Keywords:** Greek tragedy. Contestado War. Philosophy Teaching.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Limites entre Paraná e Santa Catarina. ....	30
Figura 02 - Grupo de vaqueanos .....	32
Figura 03 - Área concedida para a Lumber .....	355
Figura 04 – Força paramilitar .....	366
Figura 05 - Funcionários construindo a estrada ferro São Paulo/Rio Grande do Sul .....	38
Figura 06 - Manejo e corte da Araucária .....	39
Figura 07 - Serraria Lumber em Três Barras .....	41

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>1 DIALOGANDO COM A TRAGÉDIA GREGA</b> .....	<b>9</b>
1.1 VISÃO MÍTICA ENTRE OS GREGOS .....	9
1.2 TRAGÉDIA GREGA A PARTIR DO APOLÍNEO E DO DIONISÍACO .....	14
1.2 POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES ENTRE RELIGIÃO, ARTE E ESTADO .....	20
1.4 HERÓI TRÁGICO: HYBRIS, HAMARTÍA E EXEMPLARIDADE .....	23
<b>2 GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916)</b> .....	<b>27</b>
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO E AS MOTIVAÇÕES DA GUERRA .....	27
2.2. OS CONTESTADOS E O CONFLITO TERRITORIAL .....	28
2.3. ESTRUTURAÇÃO DE NOVAS FORÇAS POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS.....	31
<b>2.3.1 O CORONELISMO NO CONTESTADO</b> .....	31
<b>2.3.2 CONSTRUÇÃO DA FERROVIA EM TERRITÓRIO CONTESTADO</b> .....	34
<b>2.3.3 A EXPLORAÇÃO PREDATÓRIA DE RECURSOS NATURAIS E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO</b> .....	38
2.4 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES DURANTE A GUERRA.....	43
<b>3. FILOSOFANDO A PARTIR DO CONTESTADO</b> .....	<b>46</b>
3.1 A PRESENÇA DOS MONGES E O AJUNTAMENTO DOS FIÉIS.....	46
3.2 A VISÃO MÍTICA INTERFERINDO NOS HERÓIS E HEROINAS DA GUERRA DO CONTESTADO.....	51
3.3 FACÃO DE PAU E ESPINGARDAS CONTRA CANHÕES: UM POVO EM BUSCA DE UM MUNDO MELHOR .....	60
3.4 AS CICATRIZES DE UMA GUERRA QUE CUSTAM CURAR.....	63
3.5 A IMPORTÂNCIA DA GUERRA DO CONTESTADO PARA O ENSINO DE FILOSOFIA EM NOSSA REGIÃO .....	67
3.6 PENSANDO A PRÁTICA DOCENTE A PARTIR DO PROF-FILO .....	74
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>85</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>91</b>

## INTRODUÇÃO

Enquanto professores de filosofia, somos conduzidos a uma insigne atividade, antes mesmo de começar a dar aulas, a de refletirmos sobre o ensino de filosofia. Tal atividade se apresenta na forma de uma obrigação desafiadora, principalmente por ela não estar inserida solidamente nos currículos e espaços de ensino, a partir das novas grades curriculares que compõem a reforma do ensino médio. A instabilidade do espaço reservado à filosofia conduz a uma desconfiança de sua importância por parte dos jovens, em que por vezes acabam atribuindo a filosofia como um conhecimento secundário e, por vez, inútil.

Atualmente nos deparamos não somente com o problema de saber o que e como ensinar, mas também, o de apresentar a filosofia aos jovens de forma instigante. Isto exige daquele que ensina uma análise e rompimento das finalidades eternizadas para a educação. Assim, buscar legitimar filosofias que são silenciadas em nome de uma razão universal. É bem possível que alguns questionamentos sejam permanentes como: para que defendemos a filosofia na escola? O que há de específico na filosofia para que se faça necessária no currículo? Qual filosofia ensinar? Damos aulas de filosofia ou ensinamos a filosofar? No que consiste o ato de filosofar? É possível essa separação das duas coisas? Bem possível que estes e outros questionamentos permanecerão sem uma resposta satisfatória, mas, é urgente pensar filosoficamente o ensino de filosofia.

Nos deparamos com a clássica questão que se levanta sobre a cisão entre filosofia e filosofar. É habitual mencionarmos o filósofo Kant quando pretende-se defender que não é possível ensinar a filosofia, mas sim a filosofar. Para o filósofo, o conhecimento filosófico é um saber que está sempre incompleto, por estar sempre em movimento, sempre sendo edificado em um processo de constante revisão, por isso, não pode ser retido e transmitido: “[...] nunca se realizou uma obra filosófica que fosse duradoura em todas as suas partes. Por isso não se pode em absoluto aprender filosofia, porque ela ainda não existe” (KANT, 1983, p. 407). Kant nos apresenta, ainda, como podemos desenvolver o ato de apreender a filosofia:

Só é possível aprender a filosofar, ou seja, exercitar o talento da razão, fazendo-a seguir seus princípios universais em certas tentativas filosóficas já existentes, mas sempre reservando à razão o direito de investigar aqueles princípios até mesmo em suas fontes, confirmando-os ou rejeitando-os (1983, p. 407).

Identificamos que para o filósofo Kant não é possível separar o filosofar da filosofia já que o proposto exercício da razão deve ser feito sobre os sistemas filosóficos. Na análise de Obiols (2002) encontramos a interpretação daquilo que Kant está defendendo:

Aprender a filosofar só pode ser feito estabelecendo um diálogo crítico com a filosofia. Do que resulta que se aprende a filosofar aprendendo filosofia de um modo crítico, quer dizer, que o desenvolvimento dos talentos filosóficos de cada um se realiza pondo-os à prova na atividade de compreender e criticar com a maior seriedade a filosofia do passado ou do presente [...]. Kant não é um formalista que preconiza que se deve aprender um método no vazio ou uma forma sem conteúdo; tampouco se segue que Kant tivesse avalizado a ideia de que é necessário lançar-se a filosofar sem mais nem muito menos a ideia de que os estudantes deveriam ser impulsionados a ‘pensar por si mesmos’, sem necessidade de se esforçar na compreensão crítica da filosofia, de seus conceitos, de seus problemas, de suas teorias etc. (OBIOLS, 2002, p. 77).

As reflexões referentes ao Ensino de Filosofia estão sempre influenciadas por perspectivas filosóficas, não havendo imparcialidade docente na seleção de conteúdo, métodos de ensino e nas discussões sobre estes últimos. A escolha de temas, autores e objetivos de aprendizagem não é neutra e exige diferentes modos de ensinar filosofia. Neste sentido, o questionamento que nos envolve enquanto professores é qual filosofia devemos assumir ao ensinar?

Ensinar filosofia apenas através da História da filosofia parece algo trivial, pois o pensamento histórico filosófico de nada vale se ele não vem acompanhado com o ato do filosofar. Uma das exigências para desenvolver a consciência filosófica é assumir um comportamento que suspenda o pré-conceito, exige-se a necessidade de um autêntico apresentar-se diante do real, de tal forma que o real possa se revelar diante dos nossos pré-julgamentos. Evidenciamos a necessidade deste comportamento nas palavras de Gerd Bornheim. “Todo sucesso do conhecimento filosófico vai depender da fidelidade deste ato de abertura, de disponibilidade ao real; e longe de contrapor-se à liberdade, implica em sua realização” (1989, p. 92).

Buscando bases na filosofia nos propomos a instigar o pensar filosófico a partir da realidade que circunda a vida dos nossos jovens. O presente trabalho se estrutura a partir de três partes, as quais buscamos brevemente apresentar. Num primeiro momento nos debruçamos sobre alguns elementos que envolvem a tragédia grega, principalmente a consciência mítica na civilização grega. A filosofia tradicionalmente é considerada uma invenção da nossa civilização, onde normalmente compreende-se que ela surge concomitantemente à Civilização Ocidental. Sempre que se ensina sobre sua história, se atribui sua origem à passagem do

pensamento mítico ao pensamento racional, com Sócrates, Platão e assim sucessivamente. Ao abordarmos esta transição da consciência mítica para o pensamento filosófico, normalmente se encara a mitologia de um modo pejorativo, desconsiderando o seu significado, sua abrangência e reduzindo as histórias fantásticas e símbolos da literatura grega. Os deuses e deusas se relacionavam com os mortais, sendo que essas lendas se eternizaram e estão presentes em uma distante literatura grega.

Acreditar que existiu uma ruptura na passagem do mito para o *logos*, em que aconteceu um aniquilamento das antigas formas mitológicas para dar lugar à filosofia é considerado um grande equívoco por aqueles que se debruçam a explicar as origens da filosofia. Os novos conhecimentos construídos não poderiam se materializar sem que antes não tivesse existido o conhecimento surgido a partir das informações míticas, em que os relatos originários dos antigos guardavam relações com as referências míticas, que passam a influenciar direta ou indiretamente o comportamento, o modo de pensar e de agir daquele povo, o que acabou por resultar na transformação gradual dos mitos para o pensamento filosófico (TORRANO, 2016).

Não é o mais adequado pensar a filosofia como oposição ao pensamento mítico. O mito sempre exerceu uma incisiva influência na vida social, econômica e política, tornando-se essencial ao pensamento, preenchendo o vazio do homem quando este buscava respostas e plenitude. A consciência mítica, conseqüentemente a religiosidade no mundo grego, atuou como um elo entre o homem e suas origens, tanto na cultura como na história de cada indivíduo diante dos acontecimentos. A consciência mítica contribuiu de forma significativa para apresentar respostas e afugentar os medos e os anseios deixando o povo grego confortável diante das mudanças e das transformações que se deram em momentos críticos da sociedade e da vida do indivíduo gregos.

Para melhor nos apropriarmos da influência exercida pela mitologia no mundo grego é necessário considerar que o povo grego viveu um período marcado essencialmente pelo olhar mítico, realidade onde a humanidade sofria as interferências das divindades e estas carregavam limitações humanas. “Há, portanto, algo de divino no mundo e algo de mundano nas divindades” (VERNANT, 2009, p.5).

Para o filósofo Nietzsche, a consciência mítica, desenvolvida entre os gregos, é a responsável pela elaboração de uma visão de mundo própria, sendo ela capaz de direcionar o modo de ser de um determinado povo. A religiosidade assume o papel de ser a lente pela qual se interpreta o mundo, possibilita condições para formar a identidade do homem grego e apresenta-se como fundamento para edificar uma organização social.

No segundo momento, após termos destacado a leitura que o filósofo Nietzsche faz referente a civilização grega, destacando a importância da consciência mítica na sociedade grega, endereçamos nossa atenção para possivelmente encontrar algumas semelhanças nas formações das comunidades do povo Caboclo, que viveram na região do Contestado no período da Guerra do Contestado. Pessoas humildes, pobres e que sofrem pela ausência das instituições do Estado, enfrentaram bravamente as forças poderosas da República, durante os quatro anos de Guerra. Identificamos nitidamente que o miticismo foi determinante neste processo. Mesmo tendo consciência de que seriam perseguidos pelas forças oficiais, este povo encontrou a partir da religiosidade, forças, sentimentos de coragem, fraternidade e destemor.

Buscamos destacar alguns elementos históricos do conflito, bem como as principais motivações que desencadearam o massacre das forças militares brasileiras contra o povo sertanejo, que se estendeu de 1912 até 1916. A batalha teve oficialmente o seu início no dia 28 de outubro de 1912, com a tragédia de Irani, em que os líderes de ambos os lados morreram, e finalizou-se oficialmente no dia 20 de outubro de 1916, com a assinatura do acordo de limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina.

Para o historiador Thomé (1992), várias foram as origens da guerra. Destaca que, de alguma forma, a região do Contestado acabou reunindo diversas circunstâncias específicas que, juntas, levaram à iminência do confronto armado e a guerra civil entre moradores e as forças policiais. Das várias motivações que desencadearam a guerra, sobressai a questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, o movimento messiânico, a desocupação das terras dos sertanejos e a instalação de uma empresa estrangeira, com autorização do governo para a exploração das matas nativas da região.

Como terceira e última parte do nosso trabalho, apresentar-se-á uma abordagem sobre as possíveis reflexões filosóficas a partir da Guerra do Contestado, destacando a religiosidade e o misticismo no território Contestado. Considerando que religiosidade do povo caboclo vai ser determinante para a formação da identidade e o modo de vida deste povo que busca resistir diante das investidas de forças opressoras. Salientamos, ainda, a participação e a importância das mulheres na organização da resistência, bem como, as cicatrizes desta Guerra que costumam cicatrizar nestes 110 anos pós-Guerra.

## 1 DIALOGANDO COM A TRAGÉDIA GREGA

Neste primeiro capítulo buscamos identificar a influência exercida pela religiosidade e pelo misticismo na formação do homem grego e, conseqüentemente, nas relações sociais que se estabeleciam no processo da estruturação da *pólis* grega. Para tal empreendimento, no primeiro momento, realiza-se uma abordagem sobre a visão mítica do homem grego. A partir da obra *O nascimento da tragédia* de Nietzsche, destacamos em especial a conceituação da tragédia em sua origem mitológica e a tragédia como relação/tensão entre o Apolíneo e o Dionisíaco. Por fim, abordamos o herói trágico buscando destacar alguns elementos que compõem a atuação do herói, para futuramente realizarmos as aproximações com as situações vivenciadas durante a Guerra do Contestado.

### 1.1 VISÃO MÍTICA ENTRE OS GREGOS

O que pretendemos neste momento não é realizar uma abordagem minuciosa da mitologia grega, mas sim identificar alguns elementos fundamentais da consciência mítica que proporcionaram desde a formação da língua, a gestualidade as maneiras de viver, de sentir, de pensar, até os sistemas de valores e as regras da vida coletiva, que com o passar do tempo se tornaram fundamentais para a formação do homem grego (VERNANT, 2009).

Ao analisar alguns aspectos da religiosidade grega buscaremos pontuar algumas características desta manifestação religiosa, que de uma maneira muito similar está presente na consciência e no modo de vida do povo caboclo. Sendo estes os responsáveis por realizar a resistência durante a Guerra do Contestado (1912-1916). Nas duas formas de religiosidade visualizamos uma consciência religiosa que não é uniforme e nem estritamente determinada, não possuindo, em sua totalidade, um caráter dogmático.

Ao mencionar a mitologia nos deparamos com uma realidade impactante, pois, não se trata simplesmente de uma história inventada para atribuir determinadas explicações a uma realidade desconhecida e incontrolável neste sentido, Sodré apresenta o mito como sendo um discurso.

Capaz de evocar, através de uma sucessão de fatos, um mundo dado como real ou imaginário, situado num tempo e num espaço determinados. Na narrativa distingue-se a narração (construção verbal ou visual que fala do mundo) da diegese (mundo narrado, ou seja, ações, personagens, tempos). Como uma imagem, a narrativa põe diante de nossos olhos, nos apresenta, um mundo (SODRÉ, 1988, p.75).

Estamos habituados a olharmos para o passado e identificar com uma facilidade inexplicável o salto que se realizou da consciência mitológica para o pensamento racional, descrita por muitos como o milagre grego, como se esta transição fosse um certo tipo de magia, desconsiderando toda a amplitude, significado e riqueza que a consciência mítica tinha para o povo grego.

De acordo com esta abordagem, defendida também por Burnet, o mito é visto como uma falácia e desconsidera se a sua dimensão inerente é à condição humana, prestando-se apenas como anteparo contra o qual se pode examinar a grandiosidade, a relevância e a genialidade da irrupção filosófica.

É, pois, inteiramente errado procurar as origens da ciência jônica em ideias mitológicas de qualquer espécie. (...) Não devemos ser enganados pelo uso da palavra deus nos remanescentes que nos foram transmitidos. (...) O uso não religioso da palavra ‘deus’ é característico de todo o período com que estamos lidando e é da maior importância compreendê-lo. Ninguém que seja capaz disso cairá no erro de fazer a ciência derivar da mitologia. (BURNET, 1994, p.24-25).

Ao mencionar a mitologia, normalmente direcionamos o nosso olhar para as histórias, narrativas e símbolos da literatura, onde não se encontra uma proximidade com a realidade. É necessário considerar que essa visão do mito é resultado do olhar do homem moderno, que se encontra afastado e não compreende o seu significado e abrangência por considerarmos fantasiosa demais para acreditar que ela um dia tenha sido tão presente no cotidiano e na vida dos homens e mulheres. Por isso, que para Buzzi a narrativa mítica se sustenta do passado fazendo apontamento para o futuro. “Os relatos míticos firmam os elos de aliança dos homens entre si e com seu meio ambiente. Um povo sem mitos, por suposição, é um povo que perdeu o senso do concreto; desraizado flutua no aéreo sem-terra e sem sangue. Sua história é uma dúvida” (BUZZI, 2007. p.87).

Para melhor nos apropriarmos da influência exercida pela mitologia no mundo grego, é necessário considerar que eles viveram um período marcado essencialmente pelo olhar mítico, em que deuses e homens “dividiam” o mesmo espaço. Neste sentido, Vernant nos adverte: “No quadro de um pensamento religioso, aparecem sob a forma de forças sagradas, ultrapassando o homem e o extravasando no mesmo momento em que ele sente a presença delas no seu âmago” (1990, p.136). Neste viés encontramos evidências suficientes de que o mito aborda de um modo autêntico a condição e o modo de vida do povo grego. “Há, portanto, algo de divino no mundo e algo de mundano nas divindades. [...] o homem grego não separa, como se fossem dois domínios opostos, o natural e o sobrenatural” (VERNANT, 2009, p.5).

O mito nasce do desejo de entender o mundo para apresentar uma resposta ao medo e à insegurança. O ser humano encontra-se vulnerável diante das forças naturais que são assustadoras, estas não são uma matéria morta e nem são independentes do sujeito que as percebe, ao contrário, estão sempre atribuídas de qualidades que são boas ou más, amigas ou inimigas, familiares ou sobrenaturais, fascinantes e atraentes ou ameaçadoras e repelentes. Assim, o ser humano encontra-se dentro de um mundo gerido por forças que ele precisa agradar para que consiga uma terra fértil, um grupo protegido, fartura e vida em abundância.

A religiosidade é fundamental para o desenvolvimento de um modo de existir que possibilita a sobrevivência. Este aspecto da religiosidade, como a única possibilidade de sobrevivência, vai se fazer muito presente no contexto da Guerra do Contestado, a qual iremos abordar mais adiante. A consciência mítica é formada a partir de uma verdade como tal, que não precisa ser comprovada e que não exige contestação. A sua aceitação e adesão se dá por meio da fé e da crença (ARANHA, 2005).

A religiosidade vivenciada pelos gregos é essencialmente cívica, pois, as crenças e os cultos devocionais estão intimamente conectados com a satisfação de determinados anseios e exigências de uma determinada comunidade. As práticas religiosas respondem ao particularismo de cada grupo humano. Como as cidades estão ligadas a um território definido, este é conferido a uma divindade para o seu cuidado, desenvolvendo uma fisionomia religiosa singular.

Toda cidade tem suas divindades políades cuja função é cimentar o corpo dos cidadãos para fazer dele uma comunidade autêntica, unir num todo único o conjunto do espaço cívico, com seu centro urbano e sua chôra, sua zona rural, velar, enfim, pela integridade do Estado homens e território diante das outras cidades (VERNANT, 2009, p.42).

Estar inserido num mundo governado pelo mito é reconhecer que a manifestação da divindade não está afastada do homem e de sua vida, em um local designado previamente por ela, com poderes, desejos e punições, pois, a divindade é a própria realidade, “a vida religiosa aparece integrada à vida social e política” (VERNANT, 1990, p.420). O homem governado pela consciência mítica não se reconhece como alguém afastado da natureza que o cerca, mas, se encontra intimamente conectado. Por essa razão, o homem identifica que todos os seres fazem parte de uma natureza na qual ele está inserido, embora haja um mundo a ser governado pelos homens.

Então, o mito fala da realidade, cuja relação entre os gregos antigos é sempre uma luta de forças entre deuses, os quais optam pelo lado de seu interesse, constituindo-se o imaginário pelo discurso de uma verdade revelada na constituição da tradição. Como mencionamos anteriormente, o mito é a adesão ou aceitação, porque não se procura fatos duvidosos em relação aos acontecimentos estruturais dele mesmo, por ser parte de uma tradição cultural, o mito configura a própria visão de mundo dos indivíduos, a sua maneira mesmo de vivenciar esta realidade (MARCONDES, 2007).

A partir da consciência mitológica emergem os valores e as crenças de um povo, que se organiza por meio de sua origem comum, em que seus hábitos e ações são direcionados pelo divino que se encontra na natureza. O homem grego se constitui na dimensão dos acontecimentos manipulados por cada deus, justificando as suas ações por meio da ira, amor, traição e conflitos (VERNANT, 2009). Desta forma, a religiosidade proporciona um determinado tipo de comportamento e determinados valores que implicam diretamente na vida social.

Entre o religioso e o social, o doméstico e o cívico, portanto, não há oposição nem corte nítido, assim como entre sobrenatural e natural, divino e mundano. A religião grega não constitui um setor à parte, fechado em seus limites e superpondo-se à vida familiar, profissional, política ou de lazer, sem confundir-se com ela (VERNANT, 2009, p.5).

A tradição religiosa do homem grego não é uniforme e meramente dogmática, assim, acaba respeitando a individualidade, a multiplicidade e a pluralidade de modos de vivenciar esta prática religiosa.

Sem casta sacerdotal, sem clero especializado, sem igreja, a religião grega não conhece livro sagrado no qual a verdade estivesse definitivamente depositada num texto. Ela não implica nenhum credo que imponha aos fiéis um conjunto coerente de crenças relativas ao além (VERNANT, 2009, p.13-14).

Por não se situar em um contexto doutrinal, a religiosidade dos gregos não acarreta para o devoto a aceitação literal de suas verdades reveladas sob pena de impiedade. Com isso, ganham crédito um vasto repertório de narrativas conhecidas desde a infância, as quais são interpretadas e transmitidas com uma variação significativa. Essa multiplicidade permite uma convivência peculiar com a religiosidade, uma vivência diferente, e não simplesmente repetir friamente ritos pré-estabelecidos.

De certa forma, é possível visualizar algumas aproximações do miticismo e da religiosidade do homem grego com o messianismo e a religiosidade do caboclo do contestado.

Reconhecemos a distância temporal e cultural que separam estes povos e ao mesmo tempo o quanto é ariscado e ousado tal esforço ao ponto de talvez cometermos alguns equívocos, mas optamos por realizar tal aproximação que tem por objetivo pensar a história dos caboclos do contestado à luz da Grécia antiga. Esta aproximação é carregada de um valor poético e de uma imagem para o pensamento do que propriamente uma comparação histórica, concreta e próxima do real.

O povo caboclo do contestado é imbuído de uma religiosidade, de um modo autêntico de existir e de se relacionar com o sagrado. Este catolicismo rústico<sup>1</sup>, que se desenvolveu no sertão do contestado, surge de um modo muito natural e autêntico, e as suas práticas devocionais desenvolvem-se com o objetivo de buscar atender as necessidades deste povo. E, para se manter na autenticidade, como veremos mais adiante, tiveram que romper com o catolicismo oficial, que é extremamente doutrinal e defensor de verdades incontestáveis.

A religiosidade que emprega o Contestado não é uma representação ilusória. Ela teve consequências práticas, efetivas. Os rebeldes - não obstante a limitação do tempo e as agruras da luta armada (ou, talvez, por isso mesmo) - desenvolveram seus conceitos conferindo sentido e unidade à sua ação. Não fosse assim, como entender que milhares de pessoas, espalhadas em vários redutos, durante quatro anos, consigam fazer frente às dolorosas investidas das forças policiais? (AURAS, 1997, p. 47).

Esta religiosidade que se faz presente no povo do contestado traz algumas semelhanças da religiosidade vivenciada pelos gregos, a qual vai despertar em Nietzsche uma reverência, pois, é a partir do elemento religioso que se identifica a grandiosidade da cultura grega. Para o filósofo, a religiosidade desenvolvida pelos gregos é a responsável pelo desenvolvimento de uma visão de mundo própria e a que direciona o modo de ser de um determinado povo. Assim, ela assume o papel de ser a lente pela qual se interpreta o mundo, possibilita condições para formar o homem e apresenta-se como fundamento para edificar uma organização social (NIETZSCHE, 2007).

Nietzsche (2007) identifica que se a cultura perder a potencialidade proveniente da consciência mítica, ela fica desprovida de sua força natural e criadora. Uma civilização edificada em torno de uma religiosidade tem condições de integrar-se e criar unidade em todo movimento cultural. Justamente neste aspecto que Nietzsche identifica a grande limitação e problema vivenciado pela cultura de sua época, pois, ao ignorar as origens ignora-se também

---

<sup>1</sup> Catolicismo rústico é o termo utilizado para definir as práticas devocionais que se desenvolveram na região do contestado. Por ser um local muito distante dos grandes centros da época, nem o Estado e muito menos a Igreja marcavam presença nestes povoados. As pessoas começaram a desenvolver sua religiosidade a partir dos curandeiros benzedores e puxadores de reza, práticas não convencionais do catolicismo oficial (AURAS, 1997).

todas as fontes que têm condições de sustentar esta cultura. “E agora o homem sem mito encontra-se eternamente famélico, sob todos os passados e, cavocado e resolvendo, procura raízes, ainda que precise escavá-las nas mais remotas Antiguidades” (NIETZSCHE, 2007, p. 133).

Todo esse desejo, anunciado por Nietzsche, de preencher este espaço lacunar que a cultura moderna carrega e a necessidade de encontrar algo que lhe complete e ocupe este vazio é desencadeado a partir da aniquilação da consciência mítica, em nome das explicações racionais e das fundamentações históricas,

pois essa é a maneira como as religiões costuma morrer: quando os pressupostos míticos de uma religião passam a ser sistematizados, sob os olhos severos e racionais de um dogmatismo ortodoxo, como uma suma acabada de eventos históricos, e quando se começa a defender angustiadamente a credibilidade dos mitos, mas, ao mesmo tempo, resistir a toda possibilidade natural de que continuem a viver e a proliferar, quando, por conseguinte, o sentimento para com o mito morre e em seu lugar entra a pretensão da religião a ter fundamentos históricos (NIETZSCHE, 2007, p. 68-69).

Para o filósofo, o exercício de buscar uma sistematização racional, a legitimação das expressões religiosas e o mero uso do mito como instrumento da religião, desencadeou o processo de aniquilamento da potencialidade que os mitos carregam, sendo principalmente a exaltação e o rejuvenescimento do homem. Durante este processo de transição da consciência mítica para a consciência religiosa, destaca-se a arte trágica como o auge da potencialidade da mitologia, afinal, é

através da tragédia o mito chega ao seu mais profundo conteúdo, à sua forma mais expressiva; uma vez mais ele se ergue, como herói ferido, e em seus olhos, com derradeiro e poderoso brilho, arde todo o excesso de força, junto com a calma cheia de sabedoria do moribundo (NIETZSCHE, 2007, p. 69).

O desenvolvimento da arte trágica é para Nietzsche (2007), a maior e mais elevada forma do reconhecimento e da exaltação do mito. Assim, a mitologia grega apresentada e vivenciada nas tragédias possui elementos favoráveis que têm condições de resgatar uma civilização decadente. Por identificarmos este anseio do filósofo pela valorização da arte trágica, julgamos ser importante analisarmos os elementos míticos que o constitui.

## 1.2 TRAGÉDIA GREGA A PARTIR DO APOLÍNEO E DO DIONISÍACO

Na obra *O nascimento da tragédia*, Nietzsche não se cansa de apresentar que somente a partir do renascimento da cultura grega é possível renovar e purificar o espírito do homem moderno. A tragédia, ao carregar elementos fundamentais, cumpre com êxito este propósito, “somente dos gregos é possível aprender o que semelhante despertar miraculoso e inopinado da tragédia deve significar para o fundo vital mais íntimo de um povo” (NIETZSCHE, 2007, p. 121).

A tragédia surge e ganha grande visibilidade em um período em que a Grécia progredia nas vitórias de guerra e na estruturação da democracia, desfrutava-se de uma plenitude política e cultural. Os temas abordados pelas tragédias despertam interesses e nos encantam, não é somente um interesse intelectual, mas, uma sensibilização que nos toca profundamente, expondo a nossa própria existência de um modo muito próprio do gênero. Assim, além da forma pela qual a tragédia é composta, o conteúdo da arte trágica também se apresenta carregado de elementos que concentram olhares e desencadeiam diferentes perspectivas.

A tragédia grega surge e atinge seu auge no momento histórico em que é marcado pela relação profunda que existe entre os mitos e a estruturação do pensamento jurídico em construção. Estas duas condições apresentaram-se constantemente nos palcos, evidenciando a relação e, por vezes, o rompimento entre o passado mitológico e o atual contexto da *pólis*. De acordo com Meiches,

a tragédia testemunha uma mudança de teogonia: de um mundo titânico, governado principalmente pelas forças da natureza, para a teogonia olímpica, em que laços familiares próximos aos que conhecemos se fazem presentes e obedecem a regras estritas. Até novas transgressões delineiam-se a partir das novas regras. E tudo isso é concomitante à estruturação da nova cidade, a *pólis* grega que nasce e tenta estabelecer uma nova sociabilidade, baseada em preceitos recém-definidos de democracia para uma parte de seus habitantes, aqueles considerados cidadãos (2000, p.34).

Já de início identificamos que as tragédias não são simplesmente acontecimentos históricos que tiveram sua relevância em um passado distante, mas, muito pelo contrário, as tragédias marcam profundamente a nossa existência por abordar o eterno, o ilógico, o limitado, a divisão, etc. Isto porque: “[...] há nelas o drama humano, demasiado humano, da existência; há o drama universal do homem envolto em suas afecções, na natureza, no sagrado e no profano, em seus limites e deslimites” (GAZOLLA, 2001, p. 25). As tragédias dialogam com muita atualidade pelo fato de, enquanto humanos, vivenciarmos as emoções e - em alguma medida - valores que perpassam o teatro grego do século V a.C, pelo fato de retratar temas ligados ao cotidiano como ações louváveis, problemas emocionais, comportamentais e psicológicos. Mais

uma vez Gazolla nos ajuda compreender esta eternização: “A tragédia grega fala dos fundamentos do humano, por isso consegue eternizar-se ultrapassando a especificidade de um período” (2001, p.48).

Nas primeiras linhas da obra ‘Teatro grego: tragédia e comédia’, Brandão (1985, p.9) enfatiza que. “A tragédia nasceu do culto de Dioniso: isto, apesar de algumas tentativas, ainda não se conseguiu negar. Ninguém pôde, até hoje, explicar a gênese do trágico, sem passar pelo elemento satírico”. As origens da tragédia se encontram nos rituais arcaicos ao deus Dioniso, tanto é que tragédia guarda a raiz de *tragos* = bode, *aidé* = canto (canto do bode), fazendo referência a um ritual das antigas comunidades, em que se realizava o sacrifício de um bode ao deus. Em um primeiro momento, o culto ao deus Dioniso era desautorizado, isso porque os cultos eram legitimados somente pela aristocracia. Esta não aceitação se dava por Dioniso ser um deus estrangeiro que representava a embriaguez e a desmedida, e seu modo de ser era oposto ao ideal de beleza e harmonia (GAZOLLA, 2001).

Pelas suas características peculiares, o deus Dioniso encontra apoio e aderência nos camponeses, que se encontram à margem da sociedade,

[...] pelo fato de personificar a liberdade, a desobediência à ordem e à medida, Dioniso conseguiu impor-se às populações submetidas pelos gregos (especialmente as agrícolas). Ao aceitá-lo, essas populações extravasavam, de certa forma, sua revolta contra o povo dominador” (CIVITA, 1973, p.227).

As venerações ao deus Dioniso influenciaram o surgimento das celebrações dionisíacas, nas quais o ditirambo era um dos tipos de canto que se destacava. O ditirambo é um canto lírico constituído de situações alegres e dolorosas, que também se descrevia os momentos tristes da passagem de Dioniso pelo mundo e o seu desaparecimento. Segundo Lesky, “O ditirambo é um canto religioso dionisíaco que imaginamos cantado por um coro com entoadores” (1971, p. 53). Por ser um canto em coro tendo como finalidade exprimir a intimidade das divindades com os homens e possibilitar chegar ao êxtase passou a ser definido como trágico.

Num primeiro momento o coro cantava em uníssono, mas, progressivamente “o coro foi se dividindo em duas seções, cada uma das quais perguntava e respondia à outra alternadamente. Esse diálogo, porém, ainda não tinha caráter dramático” (CIVITA, 1973, p.771). Ficava a encargo do corifeu conduzir de uma forma ordenada este diálogo.

A tragédia não é um simples fenômeno da experiência humana e da vida cultural. Nietzsche identifica na tragédia uma potência fundamental, uma força orientadora da existência humana e um modo de expressão cultural atribuída de potencialidade para reparar as limitações

desencadeadas pelo processo de civilização. O filósofo visualiza através dela uma força que proporciona transformações inimagináveis, neste sentido elabora um modo de pensar em que valoriza a aparência e investiga a essência do mundo prezando o saber artístico e naturalmente contrapondo-se ao exclusivismo do saber racional. Diz Nietzsche, numa das passagens bem conhecidas de *O nascimento da tragédia*:

Teremos ganho muito a favor da ciência estética se chegarmos não apenas à intelecção lógica, mas à certeza imediata da intuição [*Anschauung*] de que o contínuo desenvolvimento da arte está ligado à duplicidade do apolíneo e do dionisíaco, da mesma maneira como a procriação depende da dualidade dos sexos, em que a luta é incessante e onde intervêm periódicas reconciliações. Tomamos estas denominações dos gregos, que tornam perceptíveis à mente perspicaz os profundos ensinamentos secretos de sua visão da arte, não, a bem dizer, por meio de conceitos, mas nas figuras penetrantemente claras de seu mundo dos deuses. A seus dois deuses da arte, Apolo e Dionísio, vincula-se a nossa cognição de que no mundo helênico existe uma enorme contraposição, quanto a origens e objetivos, entre a arte do figurador plástico [*Bildner*], a apolínea, e a arte não-figurada [*unbildlichen*] da música, a de Dionísio: ambos os impulsos, tão diversos, caminham lado a lado, na maioria das vezes em discórdia aberta e incitando-se mutuamente a produções sempre novas, para perpetuar nelas a luta daquela contraposição sobre a qual a palavra comum “arte” lançava apenas aparentemente a ponte; até que, por fim, através de um miraculoso ato metafísico da “vontade” helênica, apareceram emparelhados um com o outro, e nesse emparelhamento tanto a obra de arte dionisíaca quanto a apolínea geraram a tragédia ática (2007, p. 24)

Identificamos que para Nietzsche não é apenas o conflito entre duas forças opostas, apolíneo e dionisíaco, que dá origem à tragédia, mas também a aliança estratégica entre os dois impulsos, que emergem da própria natureza, caracterizando não somente um aspecto religioso como a um movimento artístico. A tragédia passa a ser vista como a expressão dessas duas divindades, a bela forma e a medida a partir de Apolo; a desmedida e as máscaras a partir de Dionísio.

De acordo com Adriana Lopes:

A força apolínea proporciona o prazer na individuação, porque dessa forma se satisfaz a vontade da natureza de ser única e individuada em cada existência. A força dionisíaca proporciona a experiência de esquecimento total da individuação, que é também dor pela dilaceração do Uno originário comum a tudo no mundo (2006, p.23).

Estas duas forças potencializadoras da tragédia, ao se fundirem se complementam reciprocamente, possibilitando encontrar o momento de florescimento da arte trágica. Nietzsche compreende o apolíneo como a representação do princípio de individuação, que se constitui a partir da experiência da consciência de si, da harmonia e da medida. Tal princípio evidencia-se na máxima “Conheça a ti mesmo” e é descrito pelo filósofo na passagem a seguir:

Apolo, porém, mais uma vez se nos apresenta como o endeusamento do *principium individuationis*, no qual se realiza, e somente nele, o alvo eternamente visado pelo Uno-primordial, sua libertação através da aparência: ele nos mostra, com gestos sublimes, quão necessário é o inteiro mundo do tormento, a fim de que, por seu intermédio, seja o individual forçado a engendrar a visão redentora e então, submerso em sua contemplação, remanesça tranquilamente sentado em sua canoa balançante, em meio ao mar (NIETZSCHE, 2007, p. 37).

O apolíneo não é a imagem retratada, mas, o próprio ato de dar forma ao que corresponde. Apolíneo é um sonhador que ao divinizar a natureza lhe empresta medida, ordem e proporção. O sonho reveste-se da bela máscara de ilusão que assegura a continuidade da existência, na medida em que institui a forma definida e estabelece os limites e contornos da imagem. A arte apolínea manifesta também o feio e o terrível, mesmo a figura do monstruoso, que por sinal é abundante no cenário mítico. O apolíneo é o processo de criação do indivíduo, que se realiza como uma experiência da medida e da consciência de si e Apolo é

(...) o Deus que tem o poder de configurar imagens, tem a força da figuração; é o deus visionário, o princípio artístico da bela imagem, é o que torna segura a sensação de que cada ser é individual, distinto; ensina que a individuação é o que há de único e fundamental (LOPES, 2006, p. 26).

Sendo a imagem artística do princípio de individuação, Nietzsche lhe atribui os predicados de o brilho solar e a aparência. “Apolo pode significar o iluminador, o resplandecente, o deus do brilho, da aparência, a divindade da luz”, resume Lopes (2006, p. 26). Apolo é a manifestação do brilhante, do divinatório e do resplandecente. Visualizar o mundo apolíneo como luz significa estabelecer um tipo específico de relação com o sombrio, o tenebroso da vida através da proteção pela imagem. A bela aparência apolínea assume o aspecto de ocultação.

Os deuses e heróis apolíneos são aparências artísticas que tornam a vida desejável, de tal modo que o sofrimento se torna suportável pela criação de uma ilusão. Essa ilusão é o princípio de individuação. Assim, o indivíduo, essa criação luminosa e aparente, é o modo apolíneo de triunfar o sofrimento pela ocultação de seus traços. Como uma estratégia para desviarmos nosso olhar das paixões melancólicas e dos relatos pessimistas presente na sabedoria popular, como um modo de vida que nos seduz e nos dá condições a persistir vivendo (NIETZSCHE, 2007).

O impulso dionisíaco proporciona o êxtase ao romper com o princípio de individuação ele domina e suspende tudo o que representa a individualização. O dionisíaco direciona a nossa atenção para o caráter fundamental da dor enquanto elemento constitutivo do existir. É parte

constituente do dionisíaco a superação dos abismos que separam homens e natureza, proporcionando um sentimento de unidade que experimentamos como embriaguez. Ainda segundo Adriana Lopes,

há, na magia do dionisíaco, a simbolização da integração entre homem e o universo, tal integração é a experiência intensa de reincorporação à origem, de um laço entre seres. A partir desta magia é como se a natureza alheada, inamistoso ou subjugada se reconciliasse com seu filho perdido, com a separação inicial que fez com que cada um existisse (2006, p. 27).

Para Nietzsche, que discorda da metafísica tradicional, não faz sentido sustentar uma aversão à aparência como estando sob o signo do falso e do não confiável, do não verdadeiro. Dioniso representa esse fenômeno da vontade criadora para que haja criação constante, para que haja vida, e é preciso que a forma se desfaça, não dure infinitamente, e que o movimento de vir à forma não cesse jamais (DIAS, 2011).

O elemento dionisíaco é carregado de uma potencialidade que permite o homem se encontrar na intimidade do seio da natureza. Ou, como escreve o próprio Nietzsche, “sob a magia do elemento dionisíaco estreita-se não apenas a união entre o ser humano e o outro; também a natureza alienada, hostil ou subjugada volta a celebrar a sua festa de reconciliação com seu filho pródigo, o ser humano” (2007, p.28).

O Dionisíaco é a potencialidade que reunifica o indivíduo ao ser, à essência, ao uno primordial. Não havendo mais espaço para separação entre homens, não há mais senhor ou escravo, apenas o humano conectado à natureza. Como veremos na sequência e de um modo mais apropriado, este modo de viver e se identificar também é muito peculiar do povo caboclo do Contestado. O modo de vida dos redutos era de cooperativismo e partilha, tudo era dividido entre todos com a vontade de construir um mundo melhor e mais autêntico. Desenvolveu-se a consciência da justiça e do bem-estar. Este modo de vida vai incomodar e será um grande empecilho para o sistema econômico alimentado pelo coronelismo da época e, também, para a ordem de progresso, de desenvolvimento que na época se estabeleceu nesta região (AURAS, 1997).

Nietzsche defende que, de um modo exemplar na tragédia grega, Apolo e Dioniso viviam de sua contradição e essa contradição se mostra como obra de arte. Eles aparecem conjugados, de mãos dadas. Quando esses dois impulsos rivais aparecem juntos, o predomínio de um sobre outro se mostra tênue, a vontade os obriga a mostrarem-se numa unidade que acolhe em si a contradição nos pondo diante da harmonia do que tende a se opor.

O filósofo identifica que a busca pela sistematização racional legitimou o processo de aniquilamento da tragédia, afinal,

a dialética otimista, com o chicote de seus silogismos, expulsa a música da tragédia: quer dizer, destrói a essência da tragédia, essência que cabe interpretar unicamente como manifestação e configuração de estados dionisíacos, como simbolização visível da música, como o mundo onírico de uma embriaguez dionisíaca (NIETZSCHE, 2007, p.87-88).

Nietzsche identifica que a tragédia não poderia coexistir com as condições impostas pelo excesso de otimismo, de racionalidade e de completa consciência sobre as coisas e o agir. A arte passou a ser regida pela moral e pela razão, pois, compreendia-se que por si só nunca poderia dizer a verdade, conseqüentemente, os impulsos apolíneos e dionisíacos são retirados da tragédia.

## 1.2 POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES ENTRE RELIGIÃO, ARTE E ESTADO

Com o passar de um curto período identificamos rápidas transformações que as tragédias sofreram principalmente a partir da inserção do herói na Tragédia Grega, é possível visualizar uma maior presença dos elementos apolíneos. As modificações acontecem na medida que se diminui o papel do coro e aumenta a importância e a participação do herói. Nietzsche define a Tragédia Grega “como sendo o coro dionisíaco a descarregar-se sempre de novo em um mundo de imagens apolíneas” (2007, p. 57). Quando olhamos para as temáticas encenadas nos palcos, num primeiro momento estavam diretamente ligadas à lenda de Dioniso, em seguida toda a mitologia apresentava-se como um terreno fértil para os dramas trágicos.

Esta percepção do filósofo ganha mais nitidez quando olhamos para o que Adriana nos apresenta. Que há uma vontade de arte em tudo aquilo que era criado, não era somente nas artes que se expressava a vontade de beleza.

O estado, o mito, a religião, a ciência, a filosofia, a compreensão do mundo e do homem, e todas as formas de expressão são decorrentes de uma vontade de arte, de criação inscrita, por sua vez, na própria natureza. A estima de Nietzsche pela dimensão artística, religiosa e política da cultura grega antiga deve-se, precisamente, a essa concepção de cultura em que tanto a religião como o Estado são expressões artísticas da vida do povo (LOPES. 2006, p. 19).

O mito, em um determinado período, passa a ser o grande mestre dos gregos em todas as questões do espírito. É justamente com ele que se aprendia a moralidade e conduta, as

virtudes da nobreza, o significado da liberdade, a cultura e até mesmo a própria arte de governar. O Estado carrega uma proximidade com a Arte pela origem na força brutal da natureza que comungam. Neste aspecto, a apropriação do mito pelas tragédias não é uma simples cópia, mas, a partir da reprodução gera-se um mundo próprio de significados.

Como mencionado anteriormente, Nietzsche louva a cultura grega por proporcionar condições para que seu povo tenha força para lidar com a vida em sua totalidade, em suas dores e alegrias. Nietzsche visualizou no povo grego antigo a capacidade para transfigurar o sofrimento da existência em arte. E, para tanto, ele reconheceu no Estado grego méritos pelas condições propiciadas ao povo grego de criar a tragédia, sendo o que mais justifica esteticamente a existência. O Estado torna possível, desse modo, não apenas o desenvolvimento de indivíduos, que afirmam através da disputa seu talento e singularidade, mas do artista, da criação e da obra de arte.

O louvor de Nietzsche ao Estado grego é análogo a seu elogio à tragédia: nestas criações helênicas há uma condição dos impulsos artísticos apolíneo e dionisíaco. Arte e Estado gregos estão intimamente vinculados à maneira como, entre os gregos, a natureza manifesta seu ímpeto para a beleza, a configuração de formas, a redenção da dor, a proteção contra a dilaceração (LOPES. 2006, p. 19).

A Grande Dionísia é uma criação dos atenienses, fazendo parte do calendário religioso e uma importante ferramenta política, primeiramente, apropriada por tiranos e mais tarde pela democracia, torna-se uma festa mais civilizada em relação as festas mais antigas. No final do século VI a.C, assume um compromisso de dar satisfação para as reivindicações dos cidadãos e ao mesmo tempo reforçar as estruturas de um Estado centralizado contra o particularismo aristocrático. A tragédia aborda as novas mudanças na organização social da *pólis*. Principalmente, com o surgimento do direito na estruturação da cidade, os mitos são questionados e torna-se alvo de debate perante o público. Segundo Nietzsche, a arte opera na formação do homem e torna-se um fundamento do Estado, pois

todas as forças da fantasia e do sonho apolítico são salvas de seu vaguear ao léu somente pelo mito. As imagens do mito têm que ser os onipresentes e despercebidos guardiões demoníacos, sob cuja a custódia cresce a alma jovem e com cujos signos o homem dá a si mesmo uma interpretação de sua vida e de suas lutas: e nem sequer o estado conhece uma lei não escrita mais poderosa do que o fundamento mítico, que lhe garante a conexão com a religião, o seu crescer a partir de representações míticas (2007, p. 133).

Desenvolve-se uma proximidade do Estado com a tragédia, o Estado e a arte estavam intimamente interligados, com o Estado servindo como um meio para promover e apoiar a

produção da grande arte. Ele também acreditava que a arte era uma parte essencial da capacidade do Estado de inspirar e elevar seus cidadãos, e que um estado forte era necessário para criar as condições nas quais a grande arte pudesse florescer. De acordo com Adriana vemos que todo este processo é interrompido pelas consequências da civilização.

O alto grau de complexidade da vida e das atividades humanas contribuiu para que cada uma destas instituições deixe de estar atrelada à outra e se sobreponha ou se justaponha, enfim, domine as demais ou as sufoquem. O grau de civilização pode atrapalhar o entrelaçamento entre religião, Estado e cultura. A expansão desmesurada do Estado, por exemplo, significa o alcance de um poder descomunal e abuso dessa circunstância, o que acarreta consequentemente na restrição forçosa a outros elementos da cultura, como faz, por exemplo, o Estado moderno, um mitigador da Cultura (LOPES. 2006, p. 112).

O estado tornou-se um obstáculo para o verdadeiro florescimento da humanidade, sendo uma expressão da mentalidade de rebanho e uma forma de mediocridade. Nietzsche, acreditava que o Estado moderno havia reduzido a humanidade a uma massa de indivíduos sem individualidade ou criatividade e que havia enfraquecido a vontade de poder que era essencial para o florescimento humano. Além disso, Nietzsche sustentava que o estado moderno era responsável por impor uma falsa moralidade de igualdade e compaixão que se opunha à busca da excelência e ao forte individualismo que ele via como necessário para a grandeza humana.

A partir destes aspectos o filósofo Nietzsche vai justificar a necessidade de nos voltarmos para os povos gregos, em especial para as tragédias gregas. Pois, os dramas vivenciados pelos personagens geralmente estavam relacionados com a própria vida política da cidade, com cotidiano dos cidadãos e com os valores do passado e do momento.

O estilo artístico apolíneo-dionisíaco atribuído por Nietzsche à tragédia e ao Estado grego é o que explica a misteriosa conexão entre Estado e arte, a que ele se refere em “O Estado grego” e que conserva na publicação de O nascimento da tragédia, em seu convite para refletir sobre o necessário e estreito entrelaçamento fundamental entre a arte e o povo, a tragédia e o Estado (LOPES. 2006, p. 229).

Religião, arte, e Estado são, neste sentido, satisfações de ímpetos artísticos que mobilizam toda a vida de um povo e o enobrece. O estado para Nietzsche não pode simplesmente ser compreendido como algo que fora criado para preservar a vida ou para garantir felicidade e bem-estar. O Estado, antes de tudo, é o instrumento compilado para dar condições ao ordenamento social para a vida da humanidade, e ordenamento significa, fundamentalmente, diferenças admitidas, ordenadas, organizadas, seccionadas (LOPES. 2006).

Assim, aqueles que assistem a uma tragédia encontram elementos para lidar com algumas condições da existência, que possibilitam transformar o pessimismo em afirmação da vida. Nas tragédias os valores do passado e do presente, são inseridos em diversos problemas de ordem social e pessoal, que eram vivenciados no dia a dia, é neste sentido que a cidade se faz teatro, tornando-se objeto de representação. Ainda segundo Adriana,

o ideal de homem grego, o homem guerreiro, aquele que se diferencia dos demais pela força e pela capacidade de se eternizar os seus feitos, pelas glórias realizadas nos combates sangrentos, permanece alimentado enquanto o brilho de Apolo estiver presente nele. Somente assim a bela morte de um herói pode assegurar-lhe sua imortalidade. É pela purificação apolínea que a crueldade e o heroísmo não se dissociam entre os gregos, porque somente a força e a coragem tornam célebre o homem, a condição para ser eternamente lembrado (2006, p. 27).

No teatro, o espectador, diante de sua existência, pode se sentir orgulhoso de seus atos ou sentir a necessidade de se inserir em um processo de transformação, afinal, “[...] as ações dos personagens fazem brotar as vivências humanas em toda a sua potência e fragilidade, em todos os seus contrários, quer pensados como impressionantes, quer como expressivos” (GAZOLLA, 2001, p.36).

A compreensão de Nietzsche referente a tragédia grega, expressa a avaliação da visão de mundo, da política, da religiosidade de um povo, que se utilizou da arte para expressar seus anseios e o que pensava sobre a vida, transfigurando-se a si mesmo através da arte (LOPES, 2006).

#### 1.4 HERÓI TRÁGICO: HYBRIS, HAMARTÍA E EXEMPLARIDADE

Um dos princípios básicos no estilo dramático da tragédia é representar a vida dos personagens como uma cadeia de acontecimentos, em que o destino dos indivíduos é representado de maneira dinâmica em sua dramaticidade. O encadeamento dos acontecimentos, dos personagens e de suas motivações conduz ao acontecimento trágico. Para a concretização da tragicidade é necessário que ela seja vivida, assim, o herói se apresenta como princípio e fim da tragédia.

A caracterização da ação trágica se estabelece pelo conflito, que pressupõe duas forças opostas. “Todo o trágico se baseia numa contradição irreconciliável. Tão logo aparece ou se torna possível uma acomodação desaparece o trágico” (LESKY, 1971, p.25). Esta polaridade desencadeia uma contradição irreconciliável, o embate se estabelece devido ao conflito entre a

vontade dos deuses e a vontade humana. Poderíamos, ainda, entender como duas vontades distintas e contraditórias que existem dentro do próprio indivíduo e lutam entre si, conseqüentemente, esta tensão conduz o indivíduo a sua ruína.

O poeta trágico, aquele que escreve esta forma de teatro, encontrou modos de apresentar as ações do herói trágico, em contextos e situações em que ele manifesta a sua própria vontade de escolha. O herói normalmente é alguém que pertence à aristocracia ou um indivíduo que tem uma ligação com os deuses. Mesmo atribuído de qualidades heroicas, geralmente este personagem passa de um estado de felicidade para um estado de tristeza e destruição, diante da sua condição existencial, ou seja, ele sofre e paga um preço por algo que não expressa sua vontade. De acordo com Lesky, o sujeito da ação trágica, que está enredado no conflito insolúvel. Onde uma vítima sem vontade é conduzida surda e muda ao matadouro não há impacto trágico (1971, p.27).

O herói trágico é também aquele que age por estar possuído da *hybris*, a qual podemos entender como uma força, uma potencialidade, um excesso, uma desmedida. É justamente a *hybris* que vai fazer com que ele, a partir das escolhas, se torne reconhecido como um herói, agindo de um modo diferente dos demais, mas, estes se conectam e se veem nas situações encenadas na tragédia, porque ela fala sobre os principais fundamentos da condição de existência humana, em que o espectador sempre vive intensamente aquilo que acontece no palco.

Diante da concretização do destino do herói trágico, visualiza-se normalmente no enredo inúmeras possibilidades de caminhos a ser percorrido, em um contexto marcado pelo aniquilamento. O que nos chama atenção neste contexto de elementos que demarcam o sentido trágico, é que não é o aniquilamento que é trágico, e sim aquilo que num primeiro momento seria salvação acaba tornar-se aniquilamento. Assim, não é no declínio do herói que se cumpre a tragicidade, mas, no fato de o homem sucumbir no caminho que tomou justamente para fugir da ruína (MACHADO, 2006).

A potencialidade de escolha do herói trágico, normalmente rompe com uma ordem vigente, com uma lógica de valores, com uma racionalidade e com princípios de uma civilização, mas, não basta apenas transgredir para se tornar um herói trágico, pois, o herói se constitui principalmente pela forma como se posiciona e atua diante da desgraça que se abate sobre ele.

O homem trágico, ao viver o drama da própria existência, está ciente de que sua queda é iminente. Condenado a ter suas alegrias subtraídas, mesmo que ele seja um poderoso vencedor

e autor de grandes feitos, irá terminar seus dias no macabro mundo das sombras. O herói trágico cai, mas, há dignidade em sua queda. Raquel Gazolla faz a seguinte abordagem do herói trágico:

O delito do Herói trágico é proporcional a sua capacidade de *hybris*, de ser desmedido. Ao mesmo tempo, é essa capacidade do excesso que lhe dá identidade heróica. Nada pode distanciá-lo da ação pretendida, portanto do delito, e mesmo quando ele foge de seu destino, como Édipo fugiu, por isso mesmo o encontra: esse é o sentido de sua vida, é a expressão da *Anáke*, da necessidade, o cumprimento inelutável do seu lote objetivado pelo *daímon*. Exatamente aí reside a identidade de Édipo, nesta destinação sem argumentos. A ele e a todos os heróis trágicos (2001, p.76).

Para ela, o problema do delito trágico é que ele não é propriamente do herói a rigor ele é um cumpridor da tensão entre o *daímon* e a *hybris*. Ausenta-se, assim, a capacidade de deliberar e a intencionalidade nas suas ações, agindo sob condições. Desta forma, estaríamos equivocados em qualificar o herói como culpado, o sentimento de culpa, muito comum entre nós e desenvolvido posteriormente, principalmente pela doutrina cristã, é a angústia por termos errado por nossa própria vontade.

Na situação trágica, o sentimento que se manifesta é a *hamartía*, que significa falta, erro ou uma falha. “Na tragédia, toda situação que implica ação desmedida de um personagem expressa a *hamartía*, a falha ou erro daquele que agiu de modo excessivo e gerou uma situação difícil” (GAZOLLA, 2001, p.26). Enquanto o sentimento de culpa, desenvolvida pelo cristianismo, diz respeito a um sentimento individual e que não necessariamente muda a situação vivenciada, a *hamartía* tem um valor e uma vivência comunitária, por isso, existe a necessidade de o herói ser punido, não porque é culpado, mas, porque é necessário reparar um erro que em alguma medida atinge toda a comunidade. O próprio Nietzsche afirma:

Pela maneira como o deus padecente fala e atua, ele se assemelha a um indivíduo que erra, anela e sofre: e o fato de ele aparecer com tanta precisão e nitidez épicas é efeito do Apolo oniromante que interpreta para o coro o seu estado dionisíaco, através daquela aparência similitudinária. Na verdade, porém, aquele herói é o Dionísio sofredor, dos mistérios, aquele deus que experimenta em si os padecimentos da individuação [...], portanto, o estado da individuação, enquanto fonte e causa primordial de todo o sofrer, como algo em si rejeitável (2007, p. 67).

Tudo aquilo que o herói trágico faz, causa e sofre a partir de suas ações em nada assume um sentido moral, mas, faz com que seja inserido no sentido trágico da vida e lhe atribui um sentido estético. O herói carrega consigo a desmedida, fruto da *hybris*, encontrando-se fadado à destruição da sua vida individual, que é aparência, beleza e ilusão. Se por um lado a sua atitude expressa uma violação da ordem natural, por outro, é este crime que fomenta a vida.

Considerando esta condição, Nietzsche não atribui à ação do herói juízo de valor moral, também não vê injustiça em seu padecimento. Neste sentido, é natural que o herói sofra por transgredir as leis da natureza, mas, como afirmamos anteriormente, este sofrimento não deve ser entendido como um castigo por ter ousado cometer tais ações. Segundo Souza:

O trágico, na tragédia grega, é a expressão da diacosmese de um deus, Dioniso, o ordenador de um cosmos que se manifesta como contradição. Dionisíaco, o cosmos aparece em si mesmo contraditório na natureza, que se compraz na alternância eterna da criação e da nadificação, contraditório no homem, que é e não é, porque nasce e morre, contraditório na divindade, que comparece na alegria da expansão vital e desaparece na dor da contração mortal. Senhor do duplo domínio da vida e da morte, Dioniso renasce continuamente de sua própria morte para sempre recomeçada. Os contrários extremos e contrapolares jamais o contradizem, porque o deus os contém em seu próprio ser tragicamente vinculado ao não-ser (SOUZA, 2001, p. 122).

O herói é constituído de uma duplicidade, se apresenta em forma apolínea revelando precisão e clareza em suas atitudes, mas, ao mesmo tempo é carregado do excesso dionisíaco. Diante de tal condição não fica difícil imaginarmos as situações-limites vivenciadas pelo herói. Por mais que queira e tente ultrapassar ou mudar, elas se apresentam subsistente em sua essência, impossibilitado de transformar e mudar tal realidade o herói padece.

A situação-limite vivenciada no contexto trágico é um sinal da presença de uma anomalia no corpo social. O espectador é de fato consumido pelo efeito do dionisíaco, pois representa as forças destrutivas e caóticas da existência. Nietzsche acreditava que o objetivo final da arte era permitir que o indivíduo experimentasse essas forças poderosas e transcendesse as limitações da razão e da lógica. Portanto, a experiência do dionisíaco pode ser tanto estimulante quanto aterrorizante, pois envolve uma completa perda de controle e uma rendição às forças da natureza.

## 2 GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916)

A ideia de olharmos para a Guerra do Contestado a partir de alguns elementos da filosofia, como a estética, a política, a visão mítica, entre outros, permite não somente sensibilizarmo-nos com o que aconteceu, mas, principalmente olharmos para a Guerra do Contestado como uma denúncia para que o vivenciado pelo povo Caboclo não se reproduza nos dias de hoje e que não aceitemos nenhuma situação de violência institucional, que normalmente o Estado ou outra ordem vigente possa exercer sobre nós.

Pretendemos, a partir de então, elencar alguns acontecimentos do contexto histórico da Guerra do Contestado. Neste conjunto buscamos apresentar as principais motivações que desencadearam o conflito, como a questão territorial; a estruturação de novas forças políticas, econômicas e sociais destacando principalmente a construção da ferrovia, a exploração predatória dos recursos naturais e o processo de colonização.

### 2.1 CONTEXTO HISTÓRICO E AS MOTIVAÇÕES DA GUERRA

“Por favô, peço atenção  
E que me escuite com cuidado  
Vô cantá neste tabrado  
Com viola, peito e emoção.  
Sertanejo bem armado  
Que rasgô este sertão  
Não conteste o Contestado sem sabê sua razão”  
(BORRELI, 2006, p. 31).

Estamos diante de um episódio sangrento que ocorreu no Planalto Catarinense durante o período da primeira república. A Guerra do Contestado é considerada um dos maiores movimentos sociais que já aconteceu no Brasil. O conflito, ou melhor, o massacre das forças militares brasileiras contra o povo sertanejo, estendeu-se de 1912 até 1916. A batalha teve oficialmente o seu início no dia 28 de outubro de 1912, com a tragédia de Irani, onde os líderes de ambos os lados morrem, e finalizou-se oficialmente no dia 20 de outubro de 1916, com a assinatura do acordo de limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina.

É importante frisarmos que o conflito, a violência e a imposição de uma nova ordem econômica e política opressora sobre o povo caboclo teve início bem antes da Guerra propriamente dita, como também perdurou após o seu término oficial.

Com um certo desconhecimento dos fatos ou intencionalidade dos dominadores, os caboclos, nome dado aos moradores da Região do Contestado, normalmente são descritos de forma pejorativa. Os caboclos, como afirma Heller, têm sua origem no, “cruzamento de índios,

negros e europeus, são considerados boçais, ignorantes, supersticioso, indolentes e vagabundos” (2012, p.12). O povo que habitava no território Contestado era fruto de uma miscigenação de várias etnias que englobavam índios, brancos e negros, que pela ausência das instituições do estado, viviam do que a mata lhes oferecia, construindo suas casas em meio às matas, caçando, pescando, ou muitas vezes, trabalhando para os coronéis em suas fazendas de erva-mate em troca de alimentação e moradia. Não raramente o povo sertanejo era visto como um bando de fanáticos e criminosos perigosos, que perturbava a ordem pública e o lento progresso do sertão catarinense. Sendo que, de acordo com Auras, o povo caboclo que habita o sertão contestado queria simplesmente existir, pois

os caboclos da área contestada entre Santa Catarina e Paraná, analfabetos, isolados do restante do país no interior de uma estrutura de poder coronelista, vivendo apenas da obtenção dos mínimos vitais, ergueram várias cidades santas e nelas fundaram a irmandade, como seu modo concretamente possível de dizer não ao avanço da ordem capitalista, invasora abrupta do seu espaço e do seu tempo (1997, p.17)

Para o historiador Thomé (1992), várias foram as origens da Guerra. Ele destaca que, de alguma forma, a região do Contestado acabou reunindo diversas circunstâncias específicas que, juntas, levaram a eclodir o confronto armado e a guerra civil entre moradores e as forças policiais. Das várias motivações que desencadearam a guerra, sobressaem-se a questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, o movimento messiânico, a desocupação das terras dos sertanejos e a instalação de uma empresa estrangeira, com autorização do governo para a exploração das matas nativas da região.

Para inflamar ainda mais as motivações do conflito, o presidente Afonso Pena concedeu a empresa estrangeira, a Brazil Railway Company, a construção da estrada de ferro que ligaria o Estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul, passando pelo território contestado.

## 2.2. OS CONTESTADOS E O CONFLITO TERRITORIAL

O conceito de território está intimamente conectado com a ideia de controle, apropriação e domínio de uma determinada região, por isso, não devemos compreender como um conceito de espaço ou de lugar. Segundo Saquet (1996) a ideia de território deve ser ligada sempre à ideia de poder, quer seja público, estatal ou ao poder de grandes empresas que se estendem por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Na efetivação de um território são indispensáveis as relações de poder. As relações sociais são um campo de poder que organiza os elementos e as configurações e são

essas relações que solidificam o território e as territorialidades. O território é a cena do poder e o lugar de todas as relações. A partir da apropriação e produção do espaço geográfico, o território é um lugar de relações, sempre ligado ao controle e à dominação social (2007, p.34).

O controle e a dominação sobre o território passaram a ser um dos motivos para eclodir os conflitos do Contestado. A região do Contestado muito antes de ter uma disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina, já tinha sido palco de uma disputa entre Brasil e Argentina, marcando o início do primeiro Contestado. Toda essa região que a Argentina estava disputando caracterizava-se e era reconhecida como sendo terra *nullius*, ou seja, “terra de ninguém”. A justificativa utilizada tanto pelo Brasil como pela Argentina era o *uti possidetis*, sendo que quem ocupa aquele território possui direito sobre ele. Segundo Meirinho:

No caso do Oeste do Paraná e Santa Catarina, o Brasil e a Argentina reivindicavam o domínio político do território argumentando sob o princípio da *uti possidetis*. A Argentina sustentava ainda que, segundo o tratado de Madri de 1750, que ampliou as fronteiras do domínio português na América, toda essa região pertenceria ao domínio espanhol, herdado pela República Argentina (2012, p. 30).

Este primeiro conflito pela posse das terras localizadas na Região Sul do Brasil estendeu-se de 1680 até aproximadamente 1750, com o tratado de Madrid. Segundo Fraga, “após o Tratado de Tordesilhas, firmou-se o Tratado de Madrid e iniciou-se a demarcação das fronteiras por comissões especiais nomeadas pelos monarcas dos dois países” (2005, p.5).

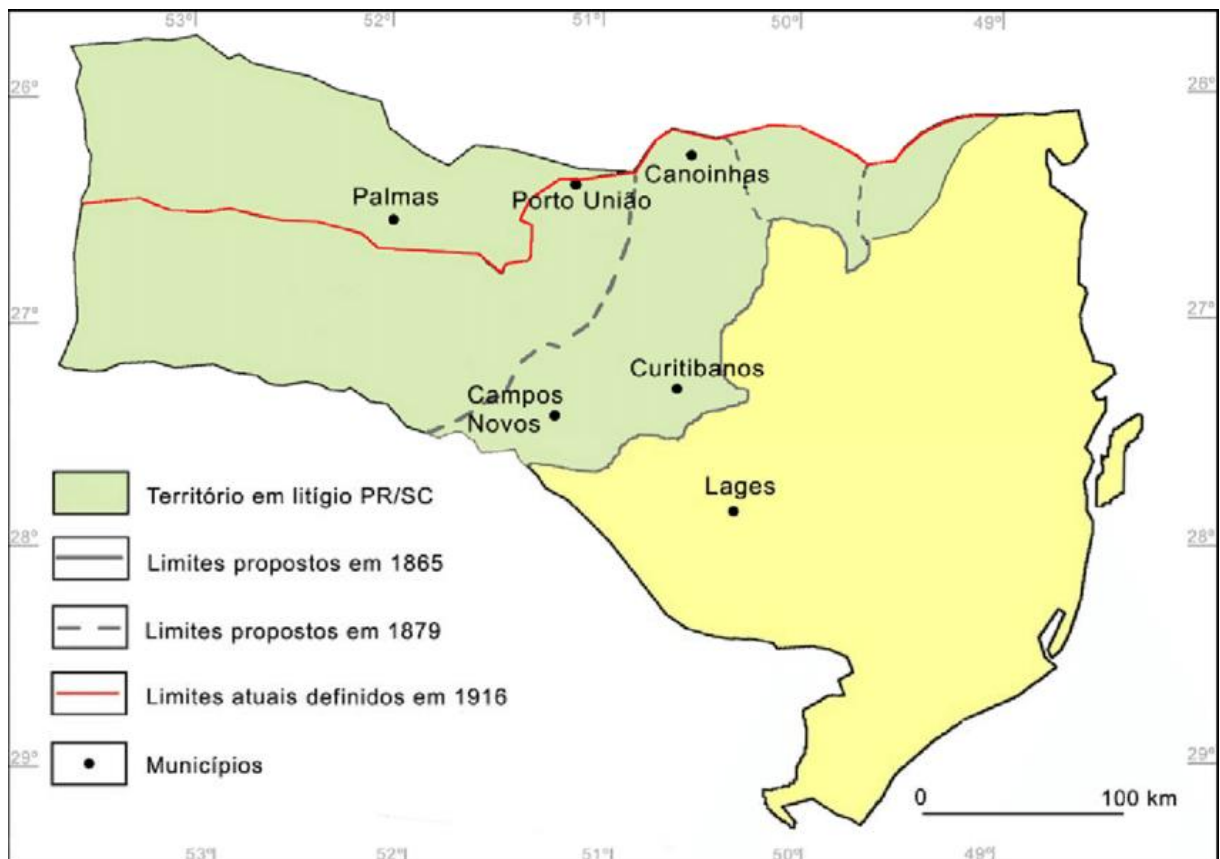
O segundo conflito sobre o território Contestado ganhou força a partir de 1853, quando o Paraná deixa de ser província de São Paulo e passa a ser um novo estado. A região do Contestado passou a ser objeto de litígio entre Paraná e Santa Catarina, disputa que teve fim em 1916 com o acordo entre os Estados. Este acordo põe fim oficialmente à guerra do Contestado, que durou quatro anos. Por mais que a Guerra do Contestado foi determinante para a demarcação dos territórios atuais de Santa Catarina e do Paraná, não foi exatamente essa disputa de fronteiras de estados o principal estopim da Guerra. De acordo com Auras:

[...] aguçou-se o litígio entre Santa Catarina e Paraná. E agora ações mais fortes e concretas justificavam o interesse pela ampliação territorial: a Constituição de 1891 assegurava aos Estados o direito, dentre outros, para decretar impostos sobre exportações de mercadorias de sua própria propriedade e sobre indústrias e profissões (1997, p.26).

Diante da divergência territorial entre os Estados, a situação foi levada até o Supremo Tribunal Federal, que em 1904, deu ganho de causa a Santa Catarina. Como o Paraná não

aceitou tal decisão, interpôs novo recurso e novamente o Supremo Tribunal Federal em 1909 manifestou-se favorável à Santa Catarina. Diante da intransigência do Paraná em relação a questão dos limites se estende até dia 20 de outubro de 1916, quando os governadores de ambos os estados Felipe Schmidt (SC) e Alfonso Camargo (PR), diante do Presidente da República Wenceslau Braz, assinaram um acordo sobre o limite territorial de ambos os estados que se mantém até os dias de hoje. É importante mencionarmos que este ato solene teve também como objetivo por fim oficialmente aos quatro anos de Guerra (AURAS, 1997). Na figura 01 conseguimos observar o território que era contestado por ambos estados, também como foram alterando as demarcações ao longo do tempo e a demarcação dos limites atuais.

Figura 01 - Limites entre Paraná e Santa Catarina.



Fonte: Fonte: BRANDT, Marlon. Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo – SC: Do Contestado à colonização. Florianópolis: UFSC, 2007, p.137.

A região disputada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina representava uma vasta região localizada entre ambos os Estados. A região territorial denominada de Contestado representava aproximadamente 40.000 quilômetros quadrados de extensão, localizada entre os rios Negro e Iguaçu. Por não ser oficialmente demarcada e conter inúmeros recursos naturais, essa vasta superfície era disputada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina (AFONSO, 1998).

O terceiro Contestado é definido como a batalha do caboclo, que não defende nem Santa Catarina nem Paraná, era uma batalha pelo direito à vida e ao trabalho de uma forma digna (QUEIROZ, 1966). É sobre o terceiro Contestado que iremos buscar compreender melhor as causas e consequências. Essa luta travada pelo caboclo contra as forças opressoras iniciou-se em 1912 e vai até 1916, porém, as cicatrizes desta Guerra deixaram marcas que refletem ainda nos dias atuais à região contestada.

### 2.3. ESTRUTURAÇÃO DE NOVAS FORÇAS POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS

Como já mencionado a Guerra do Contestado, é um evento complexo, pois é permeado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, político, econômico, cultural ou religioso. Estas novas organizações sociais chegaram no sertão Contestado sem bater na porta, forçando o caboclo realizar a escolha entre sucumbir ou resistir.

#### 2.3.1 O coronelismo no contestado

A prática do coronelismo sempre se fez presente no cenário brasileiro, principalmente no início do século XX, com os desdobramentos da Proclamação da República na região do Contestado não foi diferente. O coronelismo teve início quando alguns fazendeiros passaram a ser chamados de Coronéis, título que surge em 1831, quando o governo imperial criou a Guarda Nacional para organizar as milícias locais em uma estrutura paramilitar, sendo que qualquer cidadão brasileiro poderia participar (THOMÉ, 2002).

Momentos que antecederam a guerra do Contestado, são marcados profundamente pela organização do coronelismo, que segundo Marli Auras não economizavam forças para impor uma nova ordem. “Homens de inteira confiança do coronel, estando sempre a sua disposição, como uma espécie de força paramilitar, prontos para agir, nas ocasiões em que a situação exigia defesa” (AURAS, 1997, p.28). É possível visualizar, na figura 02, esta organização de vaqueanos, sendo uma espécie de milícia armada privada, à serviço dos coronéis.

Figura 02 – Grupo de vaqueanos.



Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/ha-100-anos-o-fim-da-sangrenta-guerra-do-contestado>.

Todo poder de decisão se concentrava nas mãos dos poderosos fazendeiros, que administravam suas terras e influenciavam diretamente nas ações políticas, inclusive nos resultados das eleições. O coronelismo contava com a prática do *compadresco*, a qual proporcionava forte ligação afetiva e submissão dos afilhados em relação ao coronel que se tornava padrinho. O número de afilhados e compadres que um coronel possuía determinava o seu prestígio social e, conseqüentemente, o seu poder de influência. Segundo Thomé:

Quantos mais afilhados e compadres, que caíam nas boas graças e se viam promovidos socialmente, maior era o poder do coronel. O beija-mão e o pedido de benção ao padrinho eram ensinados desde cedo às crianças, para saber respeitar a classe dominante. O poder político na Região do Contestado, amarrado às oligarquias estaduais, era disputado entre os coronéis, que se dividiam, pelas suas raízes históricas (2002, p. 35).

A dependência e sujeição do sertanejo ao seu coronel apresenta-se em duas dimensões. A primeira é a dependência econômica do eleitor em relação ao coronel. A segunda se dá por uma relação de vínculos afetivos de compadrio que se ajustam culturalmente nas relações, levando à fidelidade do sertanejo ao seu coronel protetor. Neste contexto, o sertanejo pobre buscava no batismo uma forma de conseguir a proteção de uma pessoa rica e influente. O

Coronel, na região do Contestado, assume a figura de maior importância no espaço social de um município ou de uma região, concentrando em si a figura do juiz, delegado, chefe, conselheiro e legislador. O coronel passa a ser respeitado pela sua liderança e pela capacidade de comando (AURAS, 1997).

Para exercer esse domínio há necessidade de uma estrutura de controle, já que quanto maior o número de dependentes maior é o poder adquirido. Para se manter um bom desempenho do coronelismo se faz necessário manter uma lógica de troca de favores, que só é possível devido a sua condição privilegiada de ser detentor de posses. Ainda de acordo com Thomé:

Sem a riqueza o poder de barganha, a negociação, estão comprometidos; ela permite a aquisição de respeito político, mas para isso, antes, precisa manifestar-se em presentes. A fortuna torna-se necessária para ocorrer a troca envolvida numa relação clientelista, onde prestígio e lealdade são conferidas por parte de quem encontra-se numa situação de desigualdade, por achar-se em dívida para com o coronel (2002, p. 35).

Fazendeiros que se consagraram como coronéis passaram a exercer o poder do ponto de vista simbólico e legal, dominando também as principais fontes econômicas da região. Os demais moradores tornavam-se totalmente dependentes à sua propriedade e de seus bens, ora como seus empregados, ora como posseiros que podiam utilizar a terra para sua subsistência, mas, devendo favores ao coronel para não serem expulsos. Os caboclos, normalmente, tinham a liberação para viver nas terras do coronel, mas, em troca deveriam dedicar horas de trabalho ou entregar uma parte dos produtos das suas lavouras, num processo que substituiu a escravatura para um sistema que lembrava as propriedades medievais europeias (AURAS, 1997).

Com a criação da Constituição de 1891 (THOMÉ, 2002), aumenta ainda mais o poder político do coronel, principalmente por ela permitir ampliar o número de eleitores sob o seu controle. O que a princípio era para trazer maior soberania popular, resultou em fraude, coerção, manipulação e farsa eleitoral, afetando diretamente a soberania popular republicana. Aumentando o poder político, aumenta progressivamente sua força econômica local e regional. O coronel conquista o respeito e o respaldo das oligarquias políticas estaduais na proporção direta do número de votos que empresta às oligarquias. Passa a efetivar-se uma perfeita interação entre o coronel e as oligarquias estaduais. De acordo com Marli. “O coronel é obediente e leal ao poder estadual para contar com o apoio financeiro e econômico das oligarquias” (AURAS, 1997, p. 28).

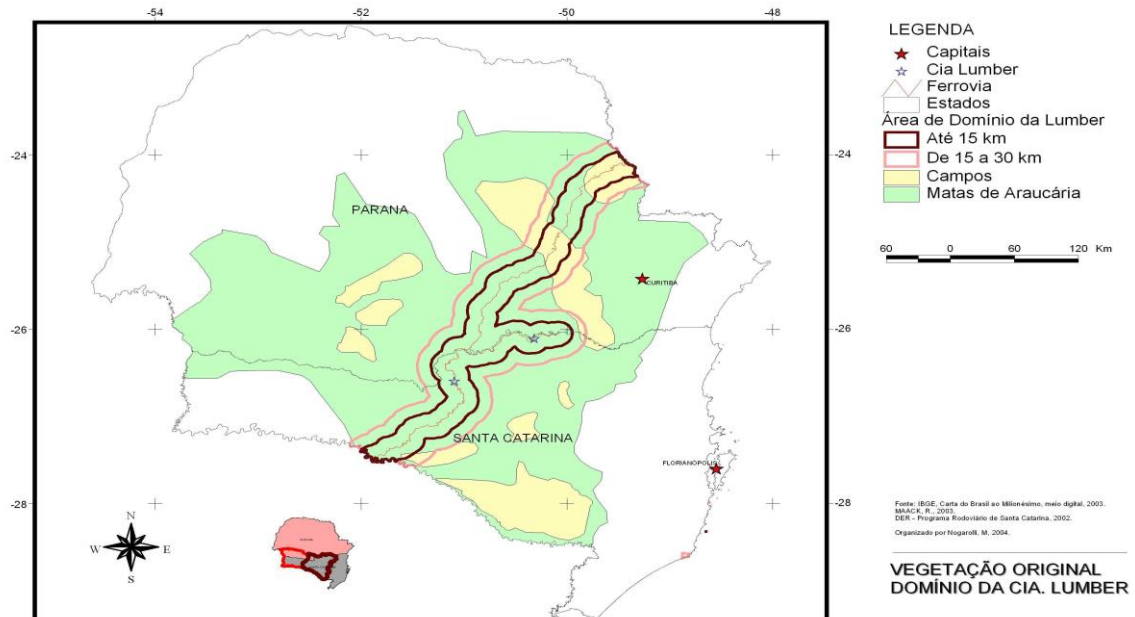
O sertanejo somente rompe com fidelidade ao seu coronel quando, em certas circunstâncias, percebe o descaso em relação às suas dificuldades (QUEIROZ, 1966). Na região do Contestado, este rompimento dos vínculos de dependência entre o coronel e sertanejo ocorre, de um modo geral, no final do século XIX e início do século XX, como consequência dos novos sistemas econômicos que passam a se estruturar nos sertões, como as empresas extrativas e o processo de colonização. O coronel mantinha um pé no mundo sertanejo, cumprindo os compromissos pessoais e um pé no mundo dos negócios, em que prevaleciam os interesses econômicos. As relações entre dominantes e dominados eram orientadas por dois princípios opostos: as associações morais, ou seja, os laços pessoais e as ligações por interesse (QUEIROZ, 1966).

Aqueles que buscavam se desvencilhar desse sistema de dominação e exploração, para viver com maior autonomia, eram obrigados cada vez mais embrenhar-se mata adentro para lugares mais remotos, até que as expulsões em massa se efetivaram durante a construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo à Rio Grande do Sul e pelas companhias de colonização após o acordo de limites.

### **2.3.2 Construção da ferrovia em território contestado**

Como mencionado no início deste capítulo, a Guerra do Contestado é alimentada por diversos fatores, mas, torna-se indispensável analisar e discutir o impacto e as transformações que ocorreram na região com a construção da estrada férrea, que ligaria São Paulo à Rio Grande do Sul (EFSPRG), pela empresa norte americana, *Brazil Railway Company*. A concessão feita à empresa pelo governo brasileiro, oportunizou benefícios como a utilização das margens da linha férrea para serem exploradas com total liberdade, sendo delimitado um raio de 15 quilômetros para cada lado da obra, como visualizamos essa concessão na figura 03.

Figura 03 - Área concedida para a Lumber.



Fonte: (FRAGA, 2006).

Em 1908, a empresa norte-americana Brazil Railway Company, pertencente ao multimilionário Percival Farquhar, ganhou do governo do presidente Afonso Pena (1906-1910) uma faixa de terra de 30 quilômetros de largura, ao longo de quatro estados, para a construção da estrada de ferro São Paulo à Rio Grande. Farquhar pôs em ação também a Southern Brazil Lumber e Colonization Company, que tinha por objetivo extrair madeira da região e depois comercializá-la no Brasil e no exterior (AFONSO, 1998, p.7).

Esta gratificação concedida pelo governo brasileiro ao empresário americano para explorar por muitos anos todos os recursos naturais desta região, principalmente a madeira, impactou diretamente na vida dos caboclos nativos, que passaram a ser desapropriados sem receber nada em troca. Caso houvesse resistência era enviado o corpo de segurança que foi criado e mantido pela empresa *Lumber* para expulsá-los.

Essa força paramilitar era composta de duzentos homens que agiam sem a menor complacência contra o caboclo, incendiando as casas, plantações e muitas vezes matando toda a família. Fraga nos lembra que

para expulsar os posseiros que viviam em terras que passaram a pertencer à companhia norte-americana, a Lumber organizou uma força paramilitar, mais ágil que a Justiça brasileira. Esse grupo de jagunços formado por mais de 200 homens armados, vasculhava as terras da companhia, expulsava e até matava os caboclos que lá residiam (2005, p.16).

No registro fotográfico, presente na figura 04, temos um grupo que faz parte da força paramilitar, (milícia armada privada) que defendiam os interesses da companhia norte americana de ataques de revoltosos na Guerra do Contestado. Esta é uma de várias fotos da galeria do fotógrafo sueco Claro Jansson<sup>2</sup>, que imigrou para o Brasil em 1891 e viveu na região na época da guerra.

Figura 04 - Força paramilitar.



Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/ha-100-anos-o-fim-da-sangrenta-guerra-do-contestado>.

A construção da estrada de ferro, que carregava um forte ideal de modernização, progresso e desenvolvimento, acabou se tornando uma promessa não cumprida, onde a

---

<sup>2</sup> O fotógrafo Claro Jansson nasceu na Suécia, na cidade de Hedemora, em 5 de abril de 1877. Aos 14 anos imigrou para o Brasil junto com seus pais e irmãos, que passaram a residir no estado do Paraná. Em busca de subsistência, empregou-se como tropeiro, mas após alguns anos abandonou a atividade e fixou-se em Porto União da Vitória, então Paraná, onde trabalhou em olarias, serrarias e como capataz de turmas de ervateiros que trabalhavam nos Campos de Palmas. Em meados de 1906 adquiriu, de um importador de Buenos Aires, uma câmara fotográfica, começou a registrar a vida dos ervateiros e dos transportadores, enquanto aprendia o ofício de forma autodidata. Quando a Guerra do Contestado começou, em 1912, já havia prosperado nos negócios, investindo em novos aparelhos fotográficos e dedicando-se ao ofício. Foi convidado para ser o fotógrafo da *Southern Brazil Lumber and Colonization*, empresa americana do investidor americano, Percival Farqhar, mudando-se para a localidade de Três Barras, próximo a Canoinhas.

população não encontrou retorno ou benefício. Tal evento nos remete ao dia 15 de novembro de 1889, em que a população assistiu bestializada a Proclamação da República, onde os mesmos serviram simplesmente como figurante (GIRARDET, 1987). Algo muito similar ocorre no Contestado, para definir os limites entre Brasil e Argentina o povo foi usado como fator principal para a região ser pertencente ao Brasil, no entanto, com esse projeto de modernização o mesmo povo residente neste mesmo território foi totalmente ignorado e massacrado pela jovem República, e suas terras entregues ao investidor norte americano.

De acordo com Thomé:

A estrada de ferro salvadora se contratou construir pela maneira mais desonesta, aventureira, impatriótica e nociva que se possa imaginar. Em vez de um generoso empreendimento público, capaz de perpetuar a memória dos que o criaram uma negociata sórdida, mesquinha, míope, e tacaña de administradores de uma colônia, dobradas de joelhos diante da metrópole. Em vez de uma estrada de ferro retilínea, racional, emprenhada a encurtar a distância, lá está o instrumento imperecível da desonestidade e da corrupção: uma sinuosa minhoca de trilhos, a encarecer os transportes e cada vez mais obsoletos e imprestáveis. Fosse apenas esse o mal, provavelmente ainda assim não teria surgido a rebelião camponesa do Contestado. Mas, a par do crime do traçado, para render a quilometragem em dinheiro, uma estúpida concessão de propriedade sobre as terras marginais, numa largura de 15 km, para cada lado, selecionada dentro de uma faixa de trinta quilômetros. Para apoderar da área que assim conquistara a Brazil Railway Company, além de contar com o auxílio de força policiais dos Estados, organizou sua própria milícia e escorraçou centenas de famílias de camponeses (1983, p. 25).

Além deste projeto em si comprometer duramente o espaço daqueles que residiam este território, temos um outro fator que contribuiu grandemente para o desencadeamento de uma onda de descontentamento por parte do povo sertanejo. Pelo fato da construção ferroviária exigir um número significativo de trabalhadores, principalmente pela ausência ainda de maquinários e tecnologia, como observamos na figura 05, o dono da construtora, contratou funcionários de muitos lugares, principalmente de outros estados. Com o término da construção do trecho catarinense da estrada, em 1910, milhares de trabalhadores foram dispensados, e muitos, sem ter para onde ir, permaneceram na região e passaram a saquear casas e até mesmo a invadir algumas propriedades, o que fez aumentar as tensões na região (AURAS, 1997).

Figura 05 – Funcionários construindo a estrada de ferro São Paulo/Rio Grande do sul.



Fonte: <https://www.museuparanaense.pr.gov.br>

Percebemos que o projeto de modernização acabou por dificultar ainda mais a situação dos caboclos, desencadeando inúmeros conflitos e muitas mortes. É importante mencionarmos que a Guerra do Contestado não pode ser interpretada simplesmente como sendo uma oposição ao projeto de instalação de novas estruturas de transporte ou ao desenvolvimento da região. Esse conflito foi uma oposição ao que esse projeto representa, ou seja, o roubo das condições que garantiam a sobrevivência do povo caboclo (MEIRINHO, 2012).

### **2.3.3 A exploração predatória de recursos naturais e o processo de colonização**

Entre os diversos interesses que acabaram envolvendo a construção da ferrovia, Thomé (2010), destaca que a ferrovia foi imprescindível para a exploração madeireira, ressaltando, que no final do século XIX, o potencial madeireiro oriundo da araucária já era

conhecido, porém, sua exploração nas regiões do Contestado ainda era impossibilitada pela ausência de vias de transporte.

O dono da empresa *Brazil Railway Company*, em 1907, deu início a idealização de uma nova companhia, que através da concessão para a construção Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande Sul pudesse realizar a exploração madeireira e na sequência realizar a colonização das terras marginais à ferrovia. Isso se concretizou em 1909, quando em Miami-EUA é organizada a *Lumber*<sup>3</sup>, que tem por objetivo explorar amplamente os grandes pinhais brasileiros existentes, principalmente, na região dos vales dos rios Negro, Iguaçu, Timbó, do Peixe e Canoinhas (THOMÉ, 1983). Este processo predatório, que destruiu a maior riqueza da região é possível observar na figura 06.

Figura 06 – Manejo e corte da Araucária.



Fonte: <https://www.museuparanaense.pr.gov.br>

---

<sup>3</sup> No município de Três Barras, o investidor americano Percival Farquhar, construiu uma grande serraria, abrigada em diversos pavilhões com várias serras-fitas circulares, automatizadas, que tinham capacidade para serrar, num período normal de 10 horas de trabalho por dia, cerca de 300 metros cúbicos de madeira. Essa quase inacreditável produção era obtida em vista da rara e primorosa técnica empregada, através de apenas 800 empregados, na maioria imigrantes ou descendentes destes, sendo que para obter produção idêntica se fosse o caso, pelos meios habituais da época seria necessário um mínimo de cinco mil homens (THOMÉ, 1983).

A araucária servia para construir as casas, os paióis, as cercas. Produzia o pinhão que servia de alimento durante o inverno e também para as criações. Entre os pinheirais nascia a erva-mate, sustento do sertanejo. As serras da *Lumber* dominaram a região. Quando falamos do impacto ambiental causado pela exploração predatória é preciso sinalizar que o empreendimento montado por Farquhar chegou a ser a maior serraria da América do Sul e uma das maiores do mundo, bem como seus significados, no que consiste à dinâmica geográfica do capital nessas terras contestadas ao longo de boa parte do século XX. Segundo Queiroz:

*A Lumber* montou uma grande serraria em Três Barras, distante de Canoinhas apenas duas léguas e uma outra menor em Calmon, à margem da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Em torno da primeira formou-se uma pequena cidade na qual, todos os anos, a 4 de julho, via-se flutuar por toda parte a bandeira estrelada dos Estados Unidos. Ali eram serrados diariamente 300 metros cúbicos de madeira e, em dez horas de trabalho, cortavam-se 1.050 dúzias de tábuas. Desde a coleta das toras, no interior da floresta, até seu desdobramento e armazenagem, todas as operações eram mecanizadas. De Três Barras partia no rumo das matas uma ferrovia especial; na extremidade da linha, poderosos guinchos puxam as toras desde o lugar onde eram abatidas, numa distância até de trezentos metros. Ao chegarem à serraria os vagões carregados, eram as toras automaticamente guinchadas, e sempre por meio de máquinas levadas ao local do desdobramento, serradas e classificadas. Em 1912, essa estrada de ferro sui generis já se estendia por trinta quilômetros. Apenas oitocentos trabalhadores manejavam todo esse colosso mecânico. *A Lumber* tornou-se desse modo, a maior companhia madeireira da América do Sul. Encarregou-se também a *Brazil Railway* de construir uma estrada de ferro entre União da Vitória e São Francisco, no litoral catarinense. Por ela começou a descer a madeira destinada à exportação, até que, para atender às conveniências do Paraná, houve uma equiparação de fretes e, por um caminho mais longo e sinuoso, as tábuas seguiam para o porto de Paranaguá (1966, p. 75).

Na figura 07 é possível visualizarmos a estrutura montada pelo investidor norte americano para explorar a maior riqueza natural que tínhamos em nossa região. Todo o processo era mecanizado. Começava com a coleta das toras dentro da mata até o transporte para dentro da serraria. Com a mecanização, todo o complexo da *Lumber* utilizava apenas 800 pessoas.

Figura 07 - Serraria Lumber em Três Barras.



Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/ha-100-anos-o-fim-da-sangrenta-guerra-do-contestado>.

Diante de tal empreendimento é possível concluir que o impacto não deve ter sido dos menores. A inclusão de novas relações de trabalho e o rápido interesse industrial pelas florestas existentes transformava, principalmente, a vida daqueles que viviam na região e trazia à tona novas relações entre a empresa, os coronéis e o povo caboclo. Desta forma, a companhia pretendia associar seus interesses econômicos aos supostos interesses regionais e nacionais, participando da construção e da manutenção de novas relações de dominação.

Nas imediações de onde hoje é o município de Calmon, em Santa Catarina, e que na época era território de domínio político-administrativo do Paraná, em 1909, a *Lumber* instalou outra serraria, de porte menor se comparado com a instalada em Três Barras, mas também com um potencial considerável de produção. Para a viabilidade da instalação da serraria foi necessária a apropriação de uma considerável extensão de terra, a qual foi demarcada mais tarde como Fazenda São Roque (Thomé, 1983). Esta filial da *Lumber* tinha como objetivo servir à construção da ferrovia por meio da retirada de madeira para exportação, bem como, para a fabricação de dormentes onde seriam assentados os trilhos. Thomé nos lembra que:

Demarcada a área da Fazenda São Roque, a *Lumber* promoveu a expulsão de todos os que a habitavam. Os antigos moradores, posseiros na maioria nunca antes incomodados, em vão tentaram argumentar a usucapião junto ao governo. Aos

relutantes em sair, era enviado o corpo de segurança, que nunca falhava em suas missões assassinas (1983, p. 104).

Diante destas condições, aos poucos se inflamam as disputas no Contestado envolvendo, de um lado, o capital madeireiro, e de outro, caboclos e caboclas que viviam na terra há pelo menos um século. Para acirrar ainda mais os ânimos, a partir de 1915, a *Lumber* loteou e começou a vender a colonos estrangeiros terrenos ao longo da estrada de ferro, depois que deles tinham sido expulsos os posseiros e antigos proprietários (QUEIRÓZ, 1966).

A efetivação do processo de colonização ficava sempre a encargo das companhias colonizadoras. Para as autoridades catarinenses essa política seria uma forma de transformar o sertão em terras modernas e civilizadas. Assim, as companhias aproveitaram-se das situações criadas, em especial pelo poder público catarinense, para o controle das terras, caracterizando o domínio dos interesses privados sobre o interesse dos grupos que historicamente habitavam a região. Com a conivência ou participação de pessoas ligadas ao poder, o processo de domínio sobre as terras se efetivou sob o controle de empresários da colonização que destinavam os lotes à agricultura familiar e eram vendidos a colonos (AURAS, 1997).

Desta forma, a ação predatória dos recursos naturais atuava simultaneamente com o processo de colonização, o que passou a reprimir ainda mais o espaço e o modo de vida do caboclo no sertão do Contestado. Valentini afirma que “vários núcleos coloniais foram criados. Alemães, italianos e poloneses, oriundos dos estados de Rio Grande do Sul e Paraná, vinham para ocupar as terras ao longo do Rio do Peixe” (2003, p. 29). E suplementa:

Profundas mudanças estavam acontecendo na região, o capitalismo chegava, mostrando a sua face. Desenvolvimento, progresso, colonização etc., eram termos desconhecidos para o vocabulário simplificado do sertanejo que vivia naquelas terras. Os “espaços vazios” que o governo brasileiro pretendia ocupar não estavam tão vazios assim. Foi preciso torná-los vazios antes de implantar a nova ordem emergente (2003, p. 44).

As iniciativas da empresa norte-americana de desapropriar a população residente na Região Contestada, bem como a concessão à empresa norte-americana, contrariavam a lei de terras de 1850. De acordo com Fraga: "O governo do Paraná reconheceu os direitos da empresa, o que não foi de estranhar, pois Affonso Camargo, vice-presidente do Estado, era advogado da Brazil Railway” (2005, p.5).

As mais de 30 mil pessoas que habitavam esta Região, que por sinal até então era esquecida e insignificante para o estado, sentem a necessidade de fazer resistência frente a nova ordem vigente. A busca por resistência contou com pequenos fazendeiros tentando defender

sua propriedade e posseiros tentando manter-se em terras devolutas, que se reuniram ao mesmo tempo e no mesmo espaço geográfico, dando início ao que mais tarde seria identificado como Exército Encantado. Thomé defende a ideia de que

os camponeses de Santa Catarina e do Paraná formavam o bravo “Exército Encantado de São João Maria”, unindo sob a cruz verde da bandeira branca da libertação quase 10 mil pessoas armadas – homens, velhos, crianças e mulheres – no qual se divisavam criadores, peões e lavradores, apegados às terras em que viviam; centenas de ex-trabalhadores da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, abandonados à própria sorte após a construção; comerciantes de vilas e de estradas; agregados e capatazes; pessoas carentes de alfabetização, assistência e promoção social; antigos combatentes farroupilhas e maragatos; ex-combatentes dos batalhões de Voluntários da Pátria e da Guarda Nacional; e ainda criminosos, ex-presidiários e foragidos da justiça. Todos juntos atacavam e se defendiam. Tiveram a ousadia respondida à bala. Lutaram pela sobrevivência até que, cercados, sucumbiram aos mais fortes – o genocídio (1989, p. 17).

As condições concretas vividas pelos caboclos catarinenses não lhes possibilitaram o conhecimento e a prática indispensável do ponto de vista político para o enfrentamento das relações capitalistas que se estabeleciam. Estas novas relações foram impostas abruptamente em seu cotidiano, eram forças econômicas que os sertanejos não compreendiam e que, portanto, não poderiam controlar. Para fazer frente às novas forças econômicas, os caboclos organizaram-se a partir das previsões e profecias dos monges (AURAS, 1997). O modo de vida organizado pela Irmandade Cabocla, como uma possibilidade de resistência, mostrou-se uma alternativa incapaz de fazer frente às investidas poderosas das forças econômicas do capitalismo. A irmandade cabocla foi brutalmente destruída pelo exército republicano, pelo corpo de segurança da *Lumber* e do Coronéis.

#### 2.4 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES DURANTE A GUERRA

Por muito tempo a Guerra do Contestado esteve na invisibilidade, principalmente por causa das injustiças que se efetivaram antes, durante e após a guerra. Esta invisibilidade aumenta ainda mais quando pensamos as mulheres do contestado. Neste sentido, buscamos ressaltar alguns nomes de mulheres que atuaram como guerreiras no campo de batalha e comandaram o conflito por um longo período. Tal empreitada exige de nós um olhar e uma sensibilidade para irmos além das narrativas e histórias registradas pela imprensa da época e pela maioria dos historiadores que se propuseram a contar a Guerra do Contestado. De acordo com historiador Alves (2009), a mulher cabocla, de modo geral, não é mencionada pela imprensa da época.

Diante das 440 edições investigadas, em nenhuma se menciona o nome das guerreiras Maria Rosa e Chica Pelega, ou mesmo de outras mulheres que tiveram postura de liderança. A primeira mulher que assume um papel determinante na organização do primeiro reduto, identificado pelos Caboclos como Cidade Santa, é a virgem Teodora. De acordo com Auras (1997), Teodora tinha 11 anos quando relatou para seus familiares ter visto três pessoas, incluindo José Maria, em um celeiro. Diversas pessoas dirigiram-se para o local, onde rezaram e entoaram cânticos, no entardecer todos testemunharam uma luz que subia ao céu.

A notícia logo se espalhou pelo sertão e muitos milagres começaram a acontecer, por intermédio de Teodora, os quais são atribuídos ao monge José Maria. “A intervenção mediadora inicial de Teodora foi importante porque aglutinou pessoas” (AURAS, 1997, p.75). Estas visões de Teodora levaram o povo sertanejo a organizar-se no Taquaruçu, iniciando a primeira Cidade Santa.

O modo de vida dos redutos era de cooperativismo e partilha, tudo era dividido entre todos com o ideal de construir um mundo melhor, em um cenário de pobreza, miséria e opressão. Este espírito caboclo é fruto das pregações dos monges João Maria e José Maria, “quem tem moi quem não tem moi também” (AURAS, 1997, p. 88). Desenvolveu-se a consciência da justiça e do bem-estar. Este modo de vida vai incomodar e será um grande empecilho para o sistema econômico alimentado pelo coronelismo da época e, também, para a ordem de progresso e desenvolvimento que na época se estabeleceu nesta região.

Mais tarde durante o bombardeio de Taquaruçu, dia 08 de fevereiro de 1914, no sertão Contestado, mais uma guerreira caiu por terra e também no esquecimento. Francisca Roberta foi uma heroína que deu a própria vida para salvar crianças e inocentes, diante do massacre do Taquaruçu. Francisca, mais conhecida como Chica Pelega, conquistou os caboclos do Taquaruçu pelo coração compassivo e generoso, atraiu todas e todos, principalmente as crianças e os enfermos. Existem relatos que Chica era auxiliar de José Maria nas curas e orações, pela intimidade que cultivava com os chás, as infusões e ervas medicinais.

Chica Pelega ficou conhecida como curandeira e enfermeira na primeira Cidade Santa. A procura pelas receitas e rezas eram constantes não só pelos integrantes do reduto, mas, infelizmente ela não tem a mesma visibilidade que os três monges que o antecederam. De acordo com Felipe (1995), a missão de Chica se encerra dentro de uma igrejinha da comunidade, que havia feito de hospital quando o local foi atacado e bombardeado pelas tropas do governo. Muitas mulheres e crianças morreram sob a proteção de Chica, que também não resistiu ao ataque.

No reduto de Caraguatá, outra jovem se destacou, sendo reconhecida e aclamada pelos caboclos como a ‘Heroína dos Sertões’. É uma das personagens mais importantes de todo o conflito. Maria Rosa comandava não somente o reduto de Caraguatá, que era composto por cerca de 2 mil pessoas, mas também os demais que passaram a se formarem em todo o território contestado, através de expedições e despachos “oficiais”, designando quem seriam os comandantes. Conforme Queirós:

Era uma adolescente dos seus quinze anos, loura, cabelos crespos, pálida, alegre, de extraordinária vivacidade. Sobre o pai, Elias da Serra, ficou apenas a informação de que era antigo lavrador pelas redondezas. Maria Rosa não sabia ler nem escrever, mas falava com desembaraço (1966, p. 151).

O papel assumido e desempenhado por Maria Rosa foi fundamental no desenrolar das batalhas e nas organizações do povo sertanejo, principalmente por ser em período que crescia rapidamente o número de pessoas adeptas ao movimento. O preconceito comum da época - que perdura mascarado nos dias atuais - em relação à mulher não impôs à Maria Rosa a lei do silêncio mesmo sendo muito jovem, ela é reconhecida por diferentes autores como uma guerreira destemida que encorajava os sertanejos empunhando a “bandeira santa” e participando das batalhas. Segundo Scapin:

Ameaçada pelo preconceito, não se intimidou em desafiar as leis, as normas e as ordens determinadas por um sistema patriarcal, que impunha à mulher desde o berço até à sepultura, o toque de silêncio. A vida lhe negara a oportunidade para dedilhar as cordas da “rabeça”, mas lhe oferecerá a chance de apertar o gatilho do “mosquetão”. Indômita guerreira, que no calor das batalhas, encorajava seus comandados empunhando a bandeira da igualdade (2005, p. 48).

Diante destas mulheres, que rapidamente rememoramos, percebemos a importância e o papel que desenvolveram durante todo o período da Guerra do Contestado, mas também se evidencia o desprestígio e repulsa que elas sofreram e sofrem diante da história contada e defendida, principalmente pelos vencedores.

### 3. FILOSOFANDO A PARTIR DO CONTESTADO

Neste cenário de violência e opressão, a irmandade cabocla incorporou diversas frentes de lutas, entre elas a posse de terra, a preservação dos valores culturais e religiosos, a sobrevivência e a luta contra a imposição de um novo modelo econômico. Estamos diante de um povo que não se apequenou diante das condições impostas, foram mulheres, homens, velhos e crianças, que buscaram um sentido, agindo, falando, pensando, orando e transgredindo para não simplesmente estar no mundo e sim ser o mundo, mesmo que o preço a ser pago fosse o próprio sangue.

Os pequenos agricultores que habitavam o território do Contestado construíram uma visão de mundo que incorporava forte senso de justiça a partir das práticas sociais por eles vivenciadas. Nesse sentido, as condições materiais de existência dos posseiros daquela região possibilitaram a construção coletiva de uma série de valores que estiveram na base de sua resistência aos processos em curso. Um dos elementos fundamentais para a construção destes valores se origina a partir da religiosidade desenvolvida a partir da atuação dos monges.

#### 3.1 A PRESENÇA DOS MONGES<sup>4</sup> E O AJUNTAMENTO DOS FIÉIS

O Contestado é considerado por vários historiadores como um movimento messiânico, sendo os principais responsáveis pela caracterização deste movimento seriam os monges que deixaram, por onde passaram, registros em toda região contestada. Monges estes que não tinham nenhuma ligação e nem sequer deviam obediência ao catolicismo da Igreja oficial, dando origem ao que ficou conhecido como “catolicismo popular” (AURAS, 1997, p. 58). Um dos elementos que vai impulsionar a resistência deste povo é a figura messiânica e carismática destes monges, que passavam por essa região. Eram profetas, curandeiros, santos, conselheiros que em suas pregações transmitiam mensagens de amor, devoção, simplicidade e caridade (THOMÉ, 1992).

Importante mencionar que mesmo as pregações dos monges serem assentadas em santos e princípios do catolicismo, eles não tinham a autorização e o consentimento por parte da igreja para tais práticas. Por várias vezes os monges entraram em conflitos com os padres católicos, que raramente passavam por estas regiões. São várias as razões do conflito, uma delas era o

---

<sup>4</sup> O substantivo masculino “monge”, aqui empregado, não se refere a um religioso que habita um mosteiro, mas ao epíteto atribuído pelos sertanejos do oeste catarinense aos andarilhos que percorreram o sul do Brasil. Sobre os “monges” que percorreram a região do Contestado (CABRAL, 1960).

batizado de crianças, ministrar um Sacramento era visto, pelos padres, como uma desrespeitosa intromissão de um leigo em atividades reservadas apenas aos membros ordenados do clero.

Outro elemento eram as declarações dos monges, principalmente do monge João Maria de Jesus, onde enfatizava em suas pregações, que suas rezas valiam por uma missa e que a bíblia usada pelos padres não era a verdadeira. Ainda incomodava muito a igreja católica as declarações e as defesas dos caboclos em prol da figura dos monges, diante das cobranças de taxas e dízimos realizadas, sendo que estes nunca pediram dinheiro pelas rezas e batizados (QUEIRÓZ, 1966).

Há diversos relatos de encontros do frei franciscano Rogério Neuhaus, com principalmente os dois últimos monges, mas, nem sempre os diálogos entre ambos eram cordiais, como Queiróz descreve um destes encontro:

Interrogou diretamente o famoso curandeiro, mas este não quis dizer-lhe de onde vinha; declarou apenas que era um peregrino. Convidado a confessar-se, respondeu José Maria: “Não quero dar motivo para que falem de mim”. Mais tarde, o Frei foi informado de que José Maria chamou a confissão de bobagem. Teria dito ainda que a confissão e a santa missa não vale nada e que “o Padre Nosso, como os padres ou rezavam não estava direito”. Não é de estranhar tenha o Frade concluído que José Maria, embora desse remédios acertados, e por isso era procurado pelo povo, solapava a autoridade dos sacerdotes e do governo (1966, p. 86).

A denúncia, a esperança e as profecias contidas nas palavras dos monges atraem muitos seguidores, tanto é que o primeiro conflito entre o regimento de segurança e o povo caboclo, que marca o início da Guerra do Contestado, só aconteceu porque teve um número significativo de pessoas que passaram a seguir o monge José Maria. O monge José Maria é o terceiro monge que passou por esta região, sendo que outros dois já tinham passado anteriormente.

Segundo Cabral (1960), João Maria de Agostini, o primeiro monge que esteve por esta região, era de nacionalidade italiana, nascido em 1801. Não encontramos muitos registros do seu passado nem de quando chegou ao Brasil. O que se tem conhecimento é que esteve no Pará, viajou para o Rio de Janeiro por volta de 1844, passou por São Paulo e na sequência para o Sul do País, onde acredita-se ter morrido. Normalmente por onde passava deixava cruzeiros, próximas a fontes de água, as quais passavam a ser consideradas abençoadas e milagrosas. Em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, João Maria também ergueu cruzeiros, normalmente eram levantadas 14 cruzeiros em uma determinada região, fazendo referência a via-sacra, com o mesmo número e com o intuito de estimular a adoração ao símbolo da fé cristã. Para Queiroz:

Quando mudava de pouso, atiravam-se os crentes à cinza de sua fogueira: costurada num breve, dependurada ao peito, servia para evitar as coisas ruins. Atribuíam-se

também propriedades miraculosas à água da nascente ou do riacho onde o monge bebera. Enchiam-se garrafas e as transportavam a longas distâncias. Muitas vezes se erguia no pouso uma cruz de cedro não falquejado, que depois tornava a brotar e virava árvore: proclamava-se que era um novo milagre. Em geral, o lugar ficava sagrado. Frequentemente, os moradores os cercavam, e ali vinham rezar na semana santa. Ainda hoje se pode ver alguns desses locais espalhados pela área, e mais de cinquenta anos depois, não terminou a devoção (QUEIROZ, 1966, p. 46).

Conforme Auras (1997), eles procuravam o Monge pessoas esperançosas de milagres, vindas de todas as partes. João Maria exercia funções de sacerdote, conduzindo rezas coletivas e cânticos religiosos, batizava, casava, proferia concelhos e benzia as plantações e os animais. Das pessoas que a ele vinham não aceitava nenhuma forma de pagamento, e a comida que lhe davam em excesso, de imediato distribuía aos pobres.

Em relação ao segundo Monge, João Maria de Jesus, que peregrinava entre o Iguaçu e o Uruguai, temos informações sobre ele a partir da revolução rio-grandense de 1893, quando surgiu junto aos soldados maragatos no vale do rio do Peixe. Há relatos de que, ouvindo o que de Agostini, primeiro Monge, se dizia, tomou conhecimento de seus hábitos e práticas, e mais tarde adotou a personalidade do antigo monge, tomando sobre si a incumbência de prosseguir nos passos de Agostini. De acordo com Queiroz (1966), o que não se tem dúvidas é que próximo ao rio do Peixe e do rio Uruguai, fosse em território gaúcho, paranaense ou de Santa Catarina, todas essas redondezas eram zonas de influência do Monge.

A aparição e a influência do segundo monge no Sul do Brasil foram, principalmente, durante a Revolução Federalista (1893-1895). O período inicial da República, como vimos anteriormente, aumentava consideravelmente o poder dos latifundiários e dos grupos políticos locais em relação à população rural do país. Para João Maria de Jesus, o término da monarquia representava o início de grandes catástrofes que estariam prestes a acontecer. São anunciadas epidemias, pragas na lavoura e na criação, o surgimento de máquinas distribuidoras como corvos de aço, se referindo aos aviões, gafanhotos de ferro, que seriam as serrarias que acabariam com as densas florestas e uma grande inversão de valores que colocariam fim no modo de vida do povo caboclo.

Desamparados, sem terem a quem recorrer, os pobres sertanejos viam na figura do monge o consolo para seus males e acabavam seguindo seus conselhos, que para este povo serviam muito mais do que remédios ou bênçãos dos padres da região (AURAS, 1997). A partir dos anos 1908, não se teve mais registro sobre este segundo monge. Há relatos de que morreu no hospital de Ponta Grossa, no Paraná; outros que a sua sepultura se encontra em Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul. Para seus devotos e seguidores, que eram quase totalidade

dos sertanejos do contestado, o monge apenas havia se retirado: “O grande santo, o São João do Evangelho, não pode morrer. Ele se retirou apenas, para provar os seus fiéis, vivendo por prazo indeterminado, encantado no morro Taió, até chegar o tempo de aparecer de novo, para pôr tudo em ordem” (QUEIROZ, 1966, p. 49).

Miguel Lucena de Boaventura era o verdadeiro nome de José Maria, que ficou conhecido como o terceiro monge, o qual apareceu na região do contestado para dar continuidade às pregações dos monges. Para alguns historiadores, como aponta Marli Auras, ele era um soldado do exército, de onde há relatos de ser desertor. José Maria não possuía a mesma espiritualidade dos monges que o antecederam. Normalmente não era rigoroso nos seus hábitos, não apreciava o isolamento, não se recolhia para colocar-se em contato com o criador, não se mortificava e nem fazia penitências (AURAS, 1997).

José Maria aparece no cenário do Contestado por volta dos anos de 1908, momento este marcado por um considerável aumento populacional, devido a contratação de trabalhadores trazidos para as obras da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. Segundo Queiroz:

A princípio, foram empregados quatro mil Trabalhadores; porém, com a marcha dos trabalhos, o seu número atingiu cerca de oito mil. Eram contratados principalmente no Rio e em Pernambuco. [...]. No momento em que tinham sido recrutados em lugares distantes, os operários receberam a promessa de que seriam levados de volta ao findar o serviço. Entretanto, não foi o que aconteceu quando chegou a linha às barrancas do Rio Uruguai (1966, p. 71-72).

A vida mística do monge ascende na Vila de Campos Novos no Estado de Santa Catarina, mesclando curandeirismo e profetismo, ganha confiança e a simpatia do povo desabrigado e desassistido que habitava a região. Os milagres atribuídos ao monge, os conselhos e as previsões futuras vão lhe render muitos seguidores, que sentem uma proteção divina quando estão juntos do monge. De acordo com Auras:

No dia 6 de agosto de 1912, no lugarejo chamado Taquaruçu, realizou-se a tradicional festa do Senhor Bom Jesus, abrilhantada pela presença do monge José Maria. Uma pequena multidão lá se encontrava. Findos os festejos ao invés de se dispersarem, engrossa o número de indivíduos que se ajuntam ao novo monge, mesmo porque boa parte daquela gente não tinha para onde ir (1997, p. 61).

As mudanças econômicas e políticas fomentaram a difusão de discursos e profecias proferidas pelo monge José Maria. A disseminação e a constatação de muitas destas profecias deram origem a estruturação de crenças que colocam em questionamento a nova ordem política estruturada pela República. A religiosidade e a visão de mundo construídas pelo sertanejo se

modificam e se distanciam da visão oficial do catolicismo. O imaginário se constrói a partir da força e do auxílio de personagens que possibilitam transformar e solidificar uma nova realidade.

O ajuntamento de seguidores ao redor do monge vai incomodar as autoridades locais ao ponto de o coronel Albuquerque solicitar o destacamento da polícia militar catarinense para debandar José Maria e os seguidores. O que percebemos é que muitas pessoas passaram a seguir o monge por ser a única opção que lhe restará, a grande maioria dos seguidores eram explorados pelos coronéis ou eram os que foram desapropriados pela empresa norte americana. Segundo Queiroz:

Havia, inclusive, alguns que não tinham mais para onde ir. Entre os que se agruparam em torno do monge estava boa parte daqueles que, expulsos das terras, haviam ficado sem domicílio certo, sem fontes de trabalho e de renda, resultado da concessão feita à empresa Construtora da estrada de ferro (1966, p. 88).

Após ser praticamente expulso das terras de Taquaruçu, hoje atual município de Curitiba, o monge decide se deslocar até Irani para evitar possíveis combates com o regimento de segurança de Santa Catarina. Verificamos facilmente que em nenhum momento José Maria queria ou incitava a violência e a guerra, isto se evidencia, mais uma vez, na correspondência encaminhada pelos informantes ao Coronel João Gualberto, no dia 18 de outubro de 1912, dias antes do primeiro ataque no Irani. Para Auras:

O monge diz conhecer o Doutor Chefe de Polícia e declara que deseja resolver pacificamente este fato; que não passa tudo isso de uma intriga que ele, Monge, teve com o Coronel Albuquerque de Curitiba, mas que absolutamente não quer hostilizar o Paraná, que nenhum mal lhe fez (1997, p. 66).

Gualberto era o chefe do regimento de segurança do Paraná, sendo o responsável pelo destacamento de policias que deveriam prender o monge e seus seguidores. A sede de realizar tal missão fez com que o coronel desconsiderasse as cartas e os mensageiros de José Maria, que buscavam resolver o mal-entendido sem a necessidade do conflito armado, mas, para o Coronel muito mais importante do que resolver o conflito era a forma heroica e triunfante de desempenhar tal missão, mesmo ignorando que tal conflito custará a própria vida.

Nestas condições, como nos apresenta Auras. “Por volta das 7 horas da manhã a vanguarda troca tiros com os fiéis. Pouco depois, uns 200 sertanejos, a pé e a cavalo, caíram de supetão sobre os soldados (AURAS, 1997, p.69). No dia 28 de outubro de 1912, acontece o primeiro ataque do exército brasileiro contra o povo caboclo, estes sem nenhum preparo, com

facões de pau acabam vencendo o conflito, diante de um exército que contava com um bom armamento e uma metralhadora (AURAS, 1997).

Como resultado deste primeiro confronto, “os dois líderes José Maria e João Gualberto, e mais de vinte pessoas, entre soldados e caboclos” (AURAS, 1997, p.69). Morrem em um conflito que não era para existir, diante de tais mortes não acontece o que se esperava, o fim do movimento caboclo, muito pelo contrário, é a partir da morte e de toda uma religiosidade depositada na figura do monge que os caboclos vão se unir e encontrar forças para resistindo diante das ofensivas do exército. Portanto, mesmo existindo a passagem de três monges em tempos diferentes, para o povo caboclo sempre foi o mesmo monge que de tempos em tempos reencarnava. O que aproximava um monge do outro eram as pregações, as curas, os benzimentos e, o mais importante, o anúncio de um mundo melhor e mais justo.

As pregações e as profecias messiânicas dos monges (João Maria, João Maria de Jesus e José Maria), influenciaram os camponeses esquecidos pela sociedade a lutar por uma vida melhor e pela posse de terra. As narrativas, amplamente difundidas no território Contestado, em torno da origem e da vida desses profetas desencadeou mitos e milagres que deram credibilidade ao poder sagrado de suas práticas e profecias. A presença destes personagens na comunidade preencheu o vazio deixado pelas instituições religiosa e estatal, ausentes no espaço rural e de difícil acesso. A proximidade com a vida simples e sofrida dos camponeses gerou admiração e fidelidade para com os monges, sendo um elemento determinante para a formação da religiosidade popular (AURAS, 1997).

### 3.2 A VISÃO MÍTICA INTERFERINDO NOS HERÓIS E HEROINAS DA GUERRA DO CONTESTADO

A religiosidade nunca esteve ausente na vida do ser humano, principalmente a partir do momento, que o homem passou a pensar e questionar sobre sua própria existência. Alguns identificam que o seu surgimento está na necessidade de as pessoas darem sentido à vida e obterem respostas para seus mais profundos questionamentos. Para outros, a religião tem como definição a crença em seres superiores, espíritos, seres sobrenaturais ou na vida após a morte.

Fato é que a Religião é o que liga o homem ao divino, reverenciando as coisas sagradas, mas, que normalmente diz muito mais a respeito de quem nós somos do que necessariamente sobre realidades diferentes e distantes da qual existimos. Para Alves, “a consciência de Deus é autoconsciência; o conhecimento de Deus é autoconhecimento. A

religião é o solene desvendar dos tesouros ocultos do homem, a relação dos seus pensamentos íntimos, a confissão aberta dos seus segredos de amor” (1999, p. 13).

De acordo com o filósofo Nietzsche, todas as instituições do mundo grego se desenvolveram em decorrência da aplicação dos valores apolíneos e dionisíacos que, intimamente entrelaçados, gestaram as tragédias gregas, talvez o mais importante acontecimento cultural e político da Antiga Grécia cuja raiz se fincava em bases axiológicas poderosamente religiosas. A genialidade da força criativa do povo grego foi, na concepção de Nietzsche, a responsável pela criação do modo de ser de seus deuses, mitos, cultos e festividades.

Os deuses gregos, na perfeição com que os encontramos já em Homero, não devem ser concebidos como rebentos de penúria e da necessidade: tais entidades não foram inventadas certamente pelo ânimo abalado pela angústia: Não foi para voltar as costas a vida de uma genial fantasia suas imagens no azul (NIETZSCHE, 2005, p. 15).

Os deuses, no entender de Nietzsche, nada mais foram do que uma criação humana que correspondia a uma interpretação do mundo que, lentamente, fez surgir um tipo de religiosidade que ele julga ser, “uma religião da vida, não do dever da acesse ou da espiritualidade” (2005, p. 15).

Os princípios que fundamentaram a religiosidade desenvolvida pelos seguidores dos monges, no Contestado, acabam carregando algumas aproximações com a religiosidade desenvolvida pelos gregos, pois, estavam embasados na tradição oral, composta por símbolos que se distanciaram do catolicismo oficial. A partir dessa consciência mítica desenvolvia-se um processo de construção de sentidos, que dava uma direção para a práxis deste povo. E, como vimos anteriormente, a partir da consciência mítica do homem grego, em que desencadeou um processo de racionalização que tinha como objetivo deslegitimar toda a valoração e interpretação de mundo edificada pela mitologia, o mesmo processo se repete com a religiosidade do povo caboclo. As tentativas de anular a religiosidade e modo de vida construído pelo povo caboclo eram constantes. Marli Auras, nos apresenta como a Igreja, representada pelo Frei Rogério, tratava o povo caboclo;

O frei exercia uma atividade de mediação, do mundo inculto, ignorante do catolicismo rústico, ao mundo culto, civilizado, do catolicismo erudito. Levar os ensinamentos doutrinários da igreja oficial aos pecadores do Contestado era, portanto, o seu grande trabalho pedagógico (AURAS, 1997, p. 57).

Presenciamos essa depreciação do catolicismo popular, mais uma vez, nas palavras do Frei Rogério: “É imprescindível que haja uma autoridade bastante forte, para impedir que o caboclo se emaranhe nas teias da superstição e do fanatismo” (QUEIROZ, 1966, p. 57). Como a maior parte das comunidades eram de difícil acesso para os padres e estes eram em número reduzido, as atividades da Igreja e as práticas religiosas, como as missas e os outros sacramentos não eram constantes. Isso possibilitou uma maior independência e uma religiosidade particular da população rural, conhecido nas palavras de Auras como, catolicismo rústico (1997, p. 34).

No caso do Contestado, a religião popular contribuiu diretamente para a formação do movimento e, portanto, se constituiu enquanto uma religiosidade de reivindicação e próxima dos interesses e da luta da população. Sendo assim, os monges e as visões das virgens, São Sebastião e o glorioso Exército encantado cativaram um grande número de devotos, que perpetuaram suas práticas através de seus sucessores (QUEIROZ, 1966).

Neste cenário, a igreja Católica irá combater e condenar as práticas da religião popular por serem consideradas profanas. A igreja, a partir de sua doutrina, defende sempre a unicidade da divindade, justamente retomando os princípios de uma religião monoteísta. Com isso, busca destacar que é a única instância detentora do sagrado e do divino através da romanização do catolicismo, estabelecendo normas e padrões muito distantes da população. Consequentemente, o povo caboclo não visualiza um espaço onde possa fazer parte e existir nesta religiosidade.

A religiosidade do homem grego, defendida por Nietzsche como mencionamos anteriormente, não era uniforme, meramente dogmática e seus princípios não se apresentavam de um modo definitivo em um livro, assim, carregava em sua estrutura a possibilidade de respeitar a individualidade, a multiplicidade e a pluralidade de modos de vivenciar esta prática religiosa, bem como encontrava-se em um constante processo de construção. Para Paulo Pinheiro Machado, de uma forma muito similar esse processo se repete com a religiosidade do povo caboclo:

O “catolicismo popular” não é algo uno ou imutável, caracteriza-se por agregar práticas e reinventar significados que se modificam de região para região. O catolicismo popular é uma “auto-produção do grupo camponês”, “por se contrapor àquela dos especialistas que procuram ter o monopólio dos sacramentos e dos ensinamentos”, “é uma reinvenção do código oficial” (2004 p. 172).

A religiosidade professada pelo povo caboclo não era desprovida de sentido ou racionalidade e sim uma ferramenta indispensável dos caboclos na sua luta pela terra e por mais vida e dignidade. Foi essa religiosidade, fundamentada em princípios e valores, que ofereceu

meios e motivações para resistirem contra a opressão e a violência a que estavam subjugados. É praticamente impossível desagregar o religioso do político, ambos se alternam simultaneamente. Na figura dos monges, o povo caboclo encontrava as bases de suas crenças que traziam alento e esperança de tempos melhores. Para Ribeiro:

A força política dos monges e a profunda religiosidade do sertanejo caboclo se fecundaram crescentemente. [...] fundada em comportamentos religiosamente intuídos, a fé popular daqueles homens e mulheres, ávidos do divino, encontrava nas palavras, e sobretudo nas atitudes dos monges, respaldo para suas vidas sofridas e marginalizadas (1988, p. 85).

Nos chama atenção a construção da identidade e o senso de pertencimento do povo caboclo. É possível constatar esse fator em diversos momentos, um deles é o relato de Herculano Assumpção, um militar que combateu na Guerra do Contestado. Teria ele encontrado no bolso de um caboclo morto, um bilhete com o seguinte texto: “Nós não tem direito de terras tudo é para as gente da Oropa” (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 245). O pronome no início da frase salienta que aquele caboclo não se sentia sozinho frente à injustiça cometida. Cabe perguntar quem são esses que afirmam não ter direito das terras. A identidade deste "nós" estava relacionada a uma determinada concepção de direito à terra seriamente ameaçada naquele contexto.

Partindo do princípio de que todo ser humano é capaz de produzir uma determinada explicação para o mundo à sua volta e, com base nesse processo, construir noções valorativas acerca dos acontecimentos que o cercam, passamos a analisar alguns personagens que, motivados por essa religiosidade, tiveram uma atuação decisiva no processo de resistência.

Como vimos anteriormente, a partir das tragédias gregas, o herói trágico é identificado como tal por estar possuído da *hybris*, reconhecida como uma força, uma potencialidade, um excesso, uma desmedida (NIETZSCHE, 2007). É justamente a *hybris* que vai fazer com que a partir das situações inesperadas vivenciadas, aquela determinada pessoa seja reconhecida como um herói, agindo de um modo diferente dos demais. Se olharmos para a Guerra do Contestado encontramos inúmeras situações em que é possível identificar nas ações de alguns personagens uma atuação que é marcada profundamente pelo mítico, uma força, uma potencialidade que normalmente as pessoas não teriam. Pretendemos destacar a ação de dois personagens que tiveram uma importância significativa no desenrolar da Guerra do Contestado. A primeira líder do movimento, após a morte do monge, a virgem Teodora e o último líder Adeodato.

Durante o período de um ano após a tragédia do Irani, em que o monge José Maria morre, se efetiva um peculiar processo de reelaboração mística. Processo esse reconhecido por

Douglas Monteiro (1974, p.104) como “reencantamento do mundo”, principalmente a partir da criação de novas práticas religiosas e sociais que possibilitam uma nova visão e um novo comportamento do povo sertanejo. A propagação do anúncio da ressurreição de José Maria e a vinda do exército encantado de São Sebastião, profetizado pelo próprio monge antes da batalha, incendiou ainda mais a religiosidade destas pessoas. Segundo Auras:

Eu vou começar a guerra de São Sebastião em Irani, com os meus homens que lá me esperam. Mas olha, Eusébio, marque bem o dia de hoje. No primeiro combate sei que morro, mas no dia em que completar um ano me espere em Taquaruçu que eu venho com um grande exército de São Sebastião (1997, p. 73).

Completado um ano após a morte de José Maria não se concretizou a profecia da Ressurreição, mas, passa a existir uma movimentação que vai ser determinante na reorganização do movimento. A menina Teodora, de 11 anos de idade, era neta de Eusébio Ferreira dos Santos, que tinha acompanhado de perto as pregações e profecias de José Maria. A menina Teodora passou a relatar uma série de visões que tinha do monge José Maria. Ainda Auras:

Teodora, órfão de mãe e com 11 anos de idade, que havia acompanhado no ano anterior os avós a Taquaruçu, por ocasião dos festejos do Bom Jesus, veio à tardinha dizer que num galpão um pouco afastado estavam três homens, um dos quais eram os José Maria. Para lá todos se dirigiram rezando e avistaram no entardecer, uma luz que subiu ao céu. Só a virgem Teodora fora dado o privilégio de ver o monge. Não tardou a correr a notícia pelo Sertão e principiou a romaria. Vários milagres aconteceram (1997, p. 75).

A intervenção mediadora de Teodora vai ser fundamental, porque possibilitou novamente o ajuntamento das famílias. Com a morte do monge, a grande maioria das pessoas cultivavam as práticas religiosas e os ensinamentos, mas, não conseguiam identificar um elemento que reacendesse o fervor de permanecerem lutando e resistindo. Independente da veracidade ou não das visões de Teodora, o que constatamos é a grande mudança desencadeada após suas experiências místicas. Novamente as pessoas identificaram que estando unidas, elas conseguiriam mais chances de construir melhores condições de vida e sobreviveriam diante das novas organizações sociais e econômicas que se estruturavam. Auras nos relata como se efetivava este processo:

Em poucos dias, nas vizinhanças de uma igreja lá existente, foram erguidas algumas dezenas de casas, feitas de tábuas rústicas de pinheiros, dispostas proximadamente de modo a formar ruelas. Uma semana depois, já se podia contar cerca de 300 moradores - entre homens, mulheres e crianças - na cidade santa. E diariamente chegavam mais caboclos, famílias inteiras traziam mantimentos e seus parques haveres (1997, p. 76).

Olhando para o papel desenvolvido por esta líder, identificamos que teve esta atuação e a aceitação da comunidade, porque todos, mas, principalmente ela, estavam envolvidos pelo mítico. Para realizarmos essa constatação é necessário voltar o nosso olhar para a participação que normalmente as mulheres tinham em tempos de guerra. Normalmente as mulheres são lembradas pelo papel de garantir o sustento familiar no meio do caos e da destruição e são, particularmente, ativas nos movimentos pela paz. Ser mulher, ou melhor, adolescente em uma época em que não se tinha voz ativa e nem quaisquer direitos como cidadãs, em que não aprendiam a ler e a escrever. A única função sacramentalizada que cabia para as mulheres, era ficar em volta do fogão, ao passar a exercer a liderança de um movimento social, em que é ouvida e respeitada por todos.

Como vimos no capítulo anterior, Teodora foi uma das poucas mulheres no Contestado que o preconceito comum da época não conseguiu impor a lei do silêncio, ao contrário, ela se tornou guerreira destemida que encorajou os sertanejos empunhando armas e assumindo a frente das batalhas (AURAS, 1997). Passamos agora a realizar algumas considerações sobre Adeodato exerceu a liderança do movimento e teve uma peculiar atuação, principalmente por liderar em um dos piores momentos da guerra.

Adeodato começou a participar da vida dos redutos em meados de 1914, e rapidamente se destaca entre os sertanejos, inicialmente pelas habilidades militares e também por conhecer bem todas as regiões do Contestado. Adeodato atuou ativamente em grandes movimentações dentro dos redutos, quando houve a tomada de vila de Curitibanos, o cerco a cidade de Canoinhas, a ofensiva sobre a cidade de Lages e os ataques as estações da companhia *Brazil Railway Company*, bem como o incêndio da grande Serraria da *Lumber* (QUEIROZ, 1966).

Com a morte de Alonso, último líder antes de Adeodato, os sertanejos o apontam como sendo o único capaz de ser líder por ser forte e destemido. Passa a relutar em assumir, mas, após uma visão com o monge acaba aceitando. Adeodato tinha uma peculiar capacidade de liderança, em alguns despertava extrema fidelidade e dedicação, em outros, apenas temor. Nas palavras de Queiroz, ele mandava e não pedia: “Tais ordens se referiam a organização dos serviços internos, policiamento, abastecimento, ensino religioso e instruções para o combate” (1966, p. 268). Tinha uma voz grave, potente, e também sabia encantar por suas habilidades artísticas, cantava nas festas e gostava de entrar em porfias como desafio de trova feito um declamador repentista. Ainda Adeodato reunia qualidades pessoais de uma liderança carismática em que muitos identificavam como uma capacidade além do normal.

Sendo o último a exercer a liderança do movimento dos revoltosos, são emblemáticos alguns dos momentos na sua atuação enquanto comandante. Teve a difícil missão de lutar contra a fome, as deserções e a degeneração das práticas comunitárias nos redutos. Buscando manter o movimento de resistência, Adeodato foi obrigado a exercer a autoridade dentro do reduto. Como vemos em Auras:

Adeodato é o Comandante geral, quando o cerco militar promove a fome, as deserções em massa e a morte a granel. Consegue manter, ainda por algum tempo, os caboclos juntos e articulados, sob férrea disciplina e invocação da figura monge. Como as condições reinantes impossibilitavam a continuidade da luta, haja vista o massacre ao qual seus companheiros vinham sendo submetidos pelas forças do General Setembrino, determinou o fim do movimento, não sem antes haver tentado de todas as maneiras de aglutinar os sertanejos em torno da busca de mudanças substantivas na estrutura da sociedade vigente (1997, p. 76).

Percebemos que Adeodato compartilhava de uma visão mística sobre o processo de construção de uma nova ordem social e que convivia com uma nítida compreensão de que lutavam contra interesses dos ricos e poderosos que contavam com aparato do Estado. A partir do momento que a repressão das forças do Exército é acelerada sobre os redutos, a possibilidade de articulação da visão de mundo dos caboclos e, conseqüentemente, a possibilidade de organização da irmandade começa a ser exaurida. Realizado este processo de desestruturação e enfraquecimento dos revoltosos, iniciou-se uma nova fase, descrita por Vasconcellos no fragmento que segue:

A fase da chamada “operação limpeza”, a cargo da polícia militar, foi das mais desumanas de quantas se possa conceber. Piquetes de vaqueanos, aliados da polícia, praticavam impunemente, como nunca antes, as maiores rapinagens. Um certo Pedro ruivo, tremendo facínora, e não foi o único, à frente de seus capangas cometia todos os crimes possíveis e imagináveis, a maioria deles hediondos na tipificação. Tratava-se de um assassino frio e um esturador. [...] Muitos dos que se entregaram, ou se deixaram aprisionar, nem por isso escaparam da sumária execução. Havia listagem dos que deviam morrer. Separavam-nos, em grupos, e na primeira dobra da estrada eram fuzilados. Amontoavam-se os corpos sobre galhos secos e grimpas de pinheiro, e eram aí incinerados (2008, p. 262).

Quando parecia que tudo estava acabado, diante do cerco policial comandado pelo General Setembrino de Carvalho, que adotou a estratégia de impedir a entrada de mantimentos nos redutos, desencadeando a morte de milhares de sertanejos pela fome e não diretamente pelo combate, Adeodato realiza um último discurso enquanto líder do movimento expressando toda sua indignação e força para continuar com o espírito de resistência:

Tamo cercado. Aqui se costumava dize que um home não morre quando tem companhero. Mais agora os companhero se arretiraro quage tudo, uns prá s cova, sem nome e sem cruís, os otro se escondero ô se entregaro... é o fim. Meceis se espaiem se ainda dé. Que ninguem se arrependa do grito que deu, que foi bem dado. Eu, nascido e criado aqui nos mato, não sei dize o que tá errado do mundo, que poco vi, mais alguma coisa tá muito errada. Se meceis que vão segui por aí, um dia pudé descobri e pudé consertá, se arreúna e conserte, que vale a pena. Vale a vida inté. Porque nós não semo bandido, nem matemo por gosto, porque pelo memo impurso e pela mema ânsia nós enfrentemo o risco de morte, sofremo e morremo. Se um home se alenvanta e diz “Vô murrê se fô perciso”, pode não sê bonito, nem muito religioso, mais só acontece porque alguma coisa tá muito errada antes disso. Peço que vanceis me perdoe os gritos e os comando de guerra, peço que vanceis se espaiem pode se espaiá por aí, pode inté se entregá, mais não se renda por dentro, não se conforme. O Zé Maria já dizia: Eu trago atrais dos zóio coisa que não posso revelá! Vanceis pode sê como o profeta, inté que dê pra revelá (BORELLI, 2006, p. 139-140).

Após a eliminação de todos os redutos, Adeodato continuou resistindo por mais seis meses escondendo-se nas matas para não ser detido pelo exército ou pelos vaqueanos. Após ser preso, recebeu uma condenação de trinta anos de prisão, que repercutiu largamente como uma condenação moral do próprio movimento do Contestado. A ele coube a acusação de ter forçado a permanência dos seus comandados nos redutos através do terror e das penas capitais aplicadas diretamente por ele ou por ordens suas, que eram implacavelmente cumpridas sobre aqueles que manifestassem qualquer sinal de desobediência a suas ordens. A sua atuação no movimento foi caracterizada de tal forma para reafirmar o fanatismo do sertanejo e, ao ser identificado como um bandido perigoso, efetivou-se a impossibilidade de serem retomadas como legítimas as demandas por justiça social que o movimento expressava.

Em ocasião do seu julgamento e condenação em 1916, na cidade de Curitiba, Adeodato recitou no Tribunal algumas “décimas” de própria autoria. Não só para fazer sua defesa, mas também para fazer uma denúncia daqueles que o acusavam. Nas suas “décimas” Adeodato já visualizava, mesmo que de uma forma limitada, o que mais tarde o filósofo Michel Foucault irá concluir que. “A política é a guerra continuada por outros meios” (FOUCAULT, 1979, p. 22). Neste caso, a política que vigorava no Brasil no início do século XX e a da colonização das terras por brancos europeus, até então ocupadas predominantemente por mestiços. Como mencionamos anteriormente, a realização deste projeto se efetivou pela expropriação das terras, com a finalidade de construir uma nação civilizada. A fala de Adeodato se caracteriza como um testemunho irônico, carregado de bravura e crítica:

“Trinta ano vô cantá  
Relatando as travessura,  
Que aqui neste processo  
Acoumaro de diabrura,  
Me acusaro de mir morte

Que levei à sepultura,  
Mas livre aqui do mundo  
Dei descanso às criatura

Nada disso acho crime  
Ao contrário é bravura  
Afastei aqui do mundo  
O que tinha vida dura  
Bem por isso tô contente  
De luta, nessas artura,  
Por tira muito cabocro  
Das pobreza e das agrura

Sô iguar a pica-pau  
Que quarqué maderá fura  
Sô nas carta o Rei d'Espada  
Desaforo não atura  
Sô quem toro de briga  
Por nadinha armo turra,  
Nego bão da minha raça  
Não tem chão que se apura [...]  
(FELIPPE, 1995, p.199)

O discurso de Adeodato exprime o desejo de dar uma resposta a uma situação limite, explicitando que a luta dos sertanejos do Contestado é maior do que o movimento, apresenta um *ethos* cujo sentido é inassimilável para aqueles que o condenam. O sinal de que a resistência não cessou, mesmo diante da derrota, faz nos lembrar da heroicidade mediante a ideia de que o herói trágico cede a um destino que lhe é superior e que é, ao mesmo tempo, algo apropriado ao seu próprio caráter, sendo uma consequência das suas próprias ações, pois, ele deseja aquilo que é constrangido a fazer. Adeodato surge como herói, e sua heroicidade não passa somente pela sua trajetória como um combatente destemido que chegou a líder do movimento. A heroicidade de Adeodato reside no *ethos* que ele encarna para lidar com as situações com que ele se depara, isto se expressa no último discurso enquanto líder e nas décimas em seu julgamento.

Após sua condenação, Adeodato deveria cumprir a pena em Curitiba, mas, foi considerado que a cadeia não apresentava condições adequadas de segurança para um prisioneiro a altura de Adeodato. Foi conduzido até a prisão de Lages e após um tempo planejou uma fuga com os demais prisioneiros de cela, mas, pouco tempo depois foi preso novamente e enviado para cumprir o resto da pena em Florianópolis. Após sete anos de prisão Adeodato não conseguiu mais controlar o impulso pela liberdade, arrombou a cela em que se encontrava enclausurado no presídio da capital catarinense. A sua liberdade não durou muito tempo, mas, foi vivida intensamente, poucos metros adiante, foi alvejado por tiros e horas depois veio a falecer. Fraga nos conta que:

Segundo a imprensa oficial, Adeodato tentou fugir da cadeia mais uma vez, a exemplo do que havia feito em Lages, armado com cassetete. Ele se lançou sobre os guardas, que invadiram o local. No pátio, saltou contra a sentinela das armas e tomou seu fuzil mauser, arriscando alvejar um segundo tenente, oficial do dia. O fuzil, no entanto, não tinha balas. O diretor da cadeia pública, Capitão Trogílio Melo, desferiu dois tiros de revólver no caboclo (2016, p. 43).

O momento final da vida de Adeodato é carregado de uma duplicidade, de um lado, temos o momento final do movimento, em que o último líder é morto, mas também é marcado pela ascensão do bandido a herói. Adeodato cai como herói e o reconhecimento, por parte dos caboclos, surge exatamente da sua persistência, uma força, potencialidade e virtude que é moldado pelo mítico pela religiosidade desenvolvida pelos monges. Mesmo vencido, ele não se rende por dentro, mesmo vencido ele chama os companheiros a não desistir de lutar, mesmo que seja uma luta adiada para um momento mais propício.

É intrínseco à consciência trágica um saber que provém da dor e da perda, por mais racional que se apresente tal consciência. Tal conhecimento tem um papel fundamental, do reconhecimento daquele que sofre. Adeodato reproduz um saber trágico. Esse sentimento trágico proporciona a reafirmação do indivíduo em que suporta as condições impostas pelo seu destino. Adeodato envolvido pela visão mítica se torna um ser indomável.

### 3.3 FACÃO DE PAU E ESPINGARDAS CONTRA CANHÕES: UM POVO EM BUSCA DE UM MUNDO MELHOR

Percebemos que foram várias as causas que proporcionaram o conflito armado, sendo o movimento messiânico, a disputa pela posse de terras, a estruturação de uma nova ordem econômica, a exploração desenfreada das riquezas naturais e a questão de limites interestaduais. Todos esses elementos reunidos fizeram com que os camponeses de Santa Catarina e do Paraná formassem a partir das pregações de João Maria, uma comunidade de resistência, que se sentiu obrigada a pegar armas e dar o grito de guerra, conflito que se estendeu de 1912 até 1916.

O Ataque de Irani dia 28 de outubro de 1912, mencionado anteriormente, marca o início de uma guerra em que mulheres, homens, velhos e crianças resistem por quatro anos. Uma guerra desleal, em que o Estado deveria assistir um povo espoliado pelos coronéis da região e pela nova ordem econômica, mas, como normalmente acontece e desta vez não seria diferente, o Estado se ocupa de eliminar este povo que luta pela sobrevivência. A maneira como se desencadeiam os conflitos, percebemos que o exército não está combatendo um inimigo de Guerra e sim realizando uma “limpeza étnica” (MACHADO, 2004 p. 132). Sendo uma intenção

muito clara da Republica, em literalmente limpar o terreno para os colonizadores europeus repovoarem a região.

Após um ano do ataque do Irani, os seguidores do monge buscam realizar uma nova organização, construindo um reduto em Taquaruçu, local escolhido um ano antes pelo próprio monge José Maria para a implantação do reduto. Este acampamento cresce rapidamente, pois, além da necessidade de estarem juntos para resistir, espalha-se a notícia que em breve o monge ressuscitaria com o Exército Encantado de São Sebastião, que colocaria um fim na guerra e no sofrimento daquelas pessoas, como vimos anteriormente, notícia esta que o próprio monge tinha profetizado antes de ir para Irani e morrer.

O governo de Santa Catarina, diante da grande aglutinação de pessoas, temendo novos conflitos, solicita a presença do exército para garantir a segurança dessa região. O exército formou uma coluna de 750 homens e atacou o reduto, incendiando casas e dispersando os ‘fanáticos’ à bala. A maior parte dos camponeses, entretanto, havia fugido ao cerco na noite chuvosa rumo a Caraguatá, onde se formava um novo reduto. O relato do médico do regimento militar Alves Cerqueira, após o bombardeio do reduto de Taquaruçu, no dia 8 de fevereiro de 1914, evidencia a brutalidade e desumanização nas ações do exército. Segundo Cerqueira:

O estrago da artilharia sobre o povoado de Taquaruçu era tremendo: grande número de cadáveres, calculado por uns em 40 e tantos e por outros 90 e tantos; pernas, braços, cabeças, animais mortos, bois, cavalos, juncavam o chão; casas queimadas ruíam por toda a parte. Fazia pavor e pena o espetáculo que então se desdobrava aos olhos do espectador: pavor dos destroços humanos; pena das mulheres e crianças que jaziam inertes por todos os cantos do reduto. De nada lhes serviram as trincheiras feitas de pinheiro, nem as 105 cavidades quadradas que fizeram no chão, onde se metiam para se abrigarem da metralha (1936, p. 20-21).

Tomando conhecimento do reduto de Caraguatá, o exército formou uma nova coluna e rumou à concentração sertaneja. Subestimando os adversários, realizou um ataque mal planejado no dia 9 de março e foi derrotado depois de sangrenta luta, na qual os camponeses adotaram a tática de guerrilhas, ainda desconhecida pelos soldados. Diante do ataque sem êxito, assume o comando o General Carlos de Mesquita (com experiência na Campanha de Canudos, na Bahia), que instalou o comando da 2ª Brigada Estratégica, em Calmon, a 16 de abril, contando com um efetivo 1.700 homens (THOMÉ, 1992).

A partir deste momento, a região do Contestado que estava em guerra civil passou a ter conflitos cruéis e sangrentos, em que os ataques eram iminentes. Em Caraguatá, vendo a forte movimentação do exército, a liderança dos caboclos ordenou a retirada de seu pessoal para

outros redutos menores e mais distantes, em Pedra Branca, São Pedro, Santo Antônio, Santa Maria, Caçador Grande, Tamanduá e outros.

De acordo com Thomé (1992), depois de sofrerem diversos ataques, os sertanejos se organizaram para atacar em vez de só se defender. O movimento contava com mais de 3.000 homens do ‘Exército Encantado’, com armas brancas, mais 200 homens do ‘Exército de Cavalaria’ armados de winchesters, os 24 homens da guarda dos ‘Pares de França’, 25 homens do ‘Piquete da Avançada’, cerca de 2.000 mulheres em condições de lutar.

O conflito se intensificou ao ponto que, em meados de outubro de 1914, estavam reunidos no Contestado 7.199 militares com forte armamento e aviões de combate. Os combatentes eram 6.408 soldados do Exército, 465 policiais de Santa Catarina, 26 policiais do Paraná, e mais 300 vaqueanos civis. Neste momento, o governo da República nomeia o General Setembrino de Carvalho para comandar os ataques contra os rebeldes.

O plano de guerra do General é dividir o contingente do exército em quatro poderosas colunas, bloqueando, principalmente, a entrada e saída de alimento e armamento dos redutos. As colunas se organizaram a partir da Linha Norte, com sede em Rio Negro e ação em Canoinhas, Barreiro e Poço Preto; Linha Oeste, com sede em União da Vitória e destacamentos em Legru, São João, Calmon, Rio Caçador e Herval; Linha Sul, de comando não designado, atuando em Campos Novos e Curitiba; e a Linha Leste, guarnecendo Papanduva e Itaiópolis (THOMÉ, 1983).

A partir desta estratégia de guerra adotada o exército começa a obter vantagens em relação a organização cabocla, principalmente por controlar a entrada de alimentos, remédios e armamento nos redutos do Contestado, nas palavras de Auras é possível visualizarmos esta nova tática implementada pelo General:

As forças repressoras da República sob o comando maior do General Setembrino, buscavam sob todas as formas possíveis dominar a situação. Na linha Sul, por exemplo, foi estabelecido um rigoroso serviço de identificação, após o qual os moradores da área avessos ao movimento recebiam uma licença livre de trânsito (1997, p. 125).

Neste mesmo período, o General Setembrino adota uma outra estratégia para desmobilizar o movimento. Resolve escrever uma carta para os revoltosos e determina que seja publicada em todos os jornais para ser distribuída por todo o interior do estado chegando ao conhecimento dos sertanejos.

A carta fazia o seguinte apelo:

Fazendo um apelo aos habitantes da zona conflagrada que se acham em companhia dos fanáticos, eu os convido a que se retirem, mesmo armados, para os pontos onde houver forças, a cujos comandantes devem apresentar-se. Aí serão garantidos meios de subsistência, até que o governo lhes dê terras das quais se passaram títulos de propriedade. A contar, porém, desta data em diante, os que não fizerem espontaneamente e forem encontrados nos limites da ação da tropa, serão considerados inimigos e assim tratados com todos os rigores das leis da guerra. Quartel General das Forças em Operações, 26 de setembro de 1914. General Setembrino de Carvalho (AURAS, 1997, p. 117).

Diante das dificuldades enfrentadas dentro dos redutos, principalmente a fome, muitos dos sertanejos não viam outra alternativa a não ser se render. Em meados de janeiro de 1915, renderam-se aproximadamente 3000 sertanejos. O destino dado aos prisioneiros variava de acordo com as unidades de onde se apresentavam. Há registros de caboclos que recebiam um passaporte para atravessar o rio Iguaçu e ingressar no Paraná, onde dedicaram-se ao cuidado de roçadas, coleta da erva-mate e pequenas criações de gado. Não foram todos que tiveram a mesma sorte, como nos relata Auras:

[...] eram retirados diariamente levadas de desgraçados que se tinham apresentado voluntariamente, e entregues a Pedro Ruivo, um celerado vaqueano promovido a herói. Pedro Ruivo conduzia as vítimas para fora da vila e, na primeira curva do caminho, degolava-as. Os cadáveres ficavam insepultos (1997 p. 131).

Neste período temos a fase derradeira da Guerra do Contestado, quando as forças militares em nome da ordem e da lei passam a caçar os caboclos como se fossem animais selvagens, deixando para trás corpos e cinzas. Ainda Auras: As casas que iam sendo encontradas pelo caminho eram assaltadas e depois queimadas, independentemente de ser ou não a família moradora ligada ao movimento Rebelde. O assassinato, o saque e o estupro foram corriqueiros (1997 p. 131).

Oficialmente, no dia 20 de outubro de 1916, a Guerra do Contestado chega ao seu fim. Em um ato solene no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, foi assinado o ‘Acordo de Limites’ pelos governadores de Santa Catarina, na época Felipe Schmidt e do Paraná, Affonso Camargo, e pelo presidente da República Wenceslau Bráz, colocando ponto final sobre os limites entre os estados litigantes.

### 3.4 AS CICATRIZES DE UMA GUERRA QUE CUSTAM CURAR

Chegando ao término da Guerra do Contestado, que eliminou milhares de caboclos e caboclas, o território, agora definitivamente dividido entre os estados, passou por um processo lento de reocupação, com imigrantes europeus, que através das companhias colonizadoras nacionais e estrangeiras, repovoam as terras ancestralmente caboclas. Desta forma, concretizava-se o objetivo das elites paranaenses e catarinenses de erguer uma nova “Europa em céus da América” (FRAGA, 2012, p.157), com população branca, apta a realizar o progresso idealizado para o sul do Brasil.

Um dos primeiros marcos após o término da Guerra do Contestado foi a definição da demarcação de limites de território entre Santa Catarina e Paraná. Tal feito foi tão imponente como se todos os problemas enfrentados no conflito estivessem resolvidos, desconsiderando que o ano de 1917 é tido historicamente como o ano da limpeza, por meio da morte e destituição do direito de propriedade, realizada pela empresa *Lumber* e os coronéis da região.

Logo após o término da Guerra todos os acontecimentos e o modo de vida dos redutos caíram rapidamente no esquecimento, pela forte repressão instaurada imediatamente após o conflito. A expressão “operação varredura” (2005, p. 37), utilizada por Nilson Thomé caracteriza a perseguição e eliminação, por parte do Exército e da Polícia de Santa Catarina, de todos os sobreviventes sertanejos que se destacaram nos piquetes e combates. Evidencia-se esse processo de limpeza que se instaura após agosto de 1916, nas palavras de Ivone Gallo:

Os grupos de escolta ambulante empreenderam uma campanha de extermínio contra os veteranos e testemunhas oculares da revolta cabocla. Ninguém sabia o porquê, mas a Polícia chegava, colocava os prisioneiros em fila, atirava e depois abandonava os corpos nos rios. Havia períodos em que a população não podia alimentar-se da carne dos porcos, porque esses animais alimentavam-se dos cadáveres, e, frequentemente, os cães retornavam para casa trazendo preso entre os dentes um membro humano mãos ou pedaços de pernas e braços (1999, p.90).

Esta operação varredura coincidiu com a rápida ocupação de milhares de migrantes europeus e com a criação de vários municípios para garantir a posse do território. Dentre eles Mafra, União da Vitória, Cruzeiro (hoje Joaçaba) e Chapecó, além dos já existentes, como Canoinhas, Curitiba e Campos Novos. Para maior controle essas cidades passaram a ser administradas pelos coronéis de então, todos com a possibilidade de contratar farta mão-de-obra para expulsar e matar os posseiros indesejáveis (FRAGA, 2010).

Há um consenso entre vários historiadores que a Guerra que teve início em 1912, estende-se nestes mais de cem anos para muitos homens, mulheres, crianças e idosos que vivem à margem da sociedade, na miséria em um Contestado em constante conflito. Sem dúvida este

abandono por parte do poder público é uma forma de retaliação ao povo que ousou contestar. A região possui um visível sinal de abandono, vivenciando a ausência de políticas públicas que superem o ciclo da desigualdade e da injustiça social. Nas palavras de Fraga:

O Contestado hoje é vítima de sua invisibilidade, vítima da ganância do capital no passado e no presente, seu povo sofre há cem anos com uma guerra que custa a acabar, aqui não fala-se de batalhas armamentistas, mas de batalhas do dia-a-dia, da dificuldade imposta aos moradores pela falta de infraestrutura e de políticas públicas que possam vir a colaborar no processo de desenvolvimento da região (2017, p.150).

Outro aspecto que marcou profundamente e assombra a atual região do Contestado é o seu baixo IDH. É possível identificar a ineficiência de políticas públicas efetivas que rompem com problemas de infraestruturais sociais, que existem nas cidades onde ocorreram os maiores conflitos da guerra. Calmon, Timbó Grande e Lebon Régis, são cidades onde o número de pobres e indigentes ultrapassa os 45% da população. Para entendermos melhor este descaso, olhamos para as médias dos números das cidades de Florianópolis, Joinville e Blumenau, que fica entre os 5 e 10%, bem distante da realidade vivida pela população que habita a região do Contestado (FRAGA, 2010).

A notícia a seguir, de 2012, demonstra a forma de atuação do poder público sobre este território.

A bancada parlamentar de Santa Catarina reconhece que o Contestado, região com menor IDH do Estado, é discriminado na distribuição de verbas federais para o Estado. No repasse per capita de dinheiro, os municípios de Lebon Régis, Calmon, Matos Costas e Santa Cecília, onde ocorreu a guerra entre militares e caboclos no começo do século XX, recebem apenas 10% dos valores que chegam às prefeituras do litoral e da serra catarinense, conforme dados divulgados no caderno especial Meninos do Contestado, no domingo (Bancada de Santa Catarina “esquece” Contestado nas distribuições de verbas Federais. Jornal o Estado de São Paulo, NOSSA, 2012).

Desde o início da Guerra identificamos um projeto de modernização do sertão Contestado extremamente contraditório que promete avanço, mas, produz um retrocesso. Os problemas vivenciados antes, durante e depois da guerra do Contestado é perceptível nas críticas feitas por Haesbaert (2004), referente ao fenômeno da globalização e do desenvolvimento, que de uma forma sempre autoritária impõe sobre diferentes culturas padrões de produção e circulação de mercadorias que descaracterizam territórios e geram conflitos. Para Fraga:

A degeneração do projeto de modernização foi total. O projeto foi consumido pela corrupção e pela ganância, e, como resultado, semeou conflitos, guerras, doenças e

mortes. Foi uma falsa modernização, se considerarmos o projeto ideal. A própria estrada de ferro não se fez da maneira mais eficiente, e as demais atividades que envolveram empreendimento foram saques ao patrimônio popular (2012, p. 41).

O espaço simples e tranquilo, descrito por Auras (1997), em que viviam as populações caboclas e indígenas não é mais possível ser identificado hoje, pois, as organizações sociais, culturais e ambientais que regem a vida contemporaneamente são a própria anulação do que se viveu no passado, principalmente se remetermos ao período anterior à guerra. Hoje, o Contestado não é mais livre como aquele que existia no passado, sendo fruto, principalmente, das relações de poder que caracterizam a vida em sociedade sobre o território vivido. Portanto, não é possível viver livre, pois, os termos espaço e território já pré-definem um tipo de organização social constituída pelo poder ou poderes.

Tais relações de poder se estruturaram nesta região, ao ponto de alterar o nome da cidade onde se desenrolaram os principais combates. A cidade de Lebon Régis nem sempre teve este nome, para a maioria dos historiadores foi uma estratégia utilizada para silenciar e afirmar quem são os vencedores. De acordo com Prado:

O município de Lebon Régis recebeu este nome em 1934. O arraial de Santo Antônio do Trombudo tornou-se distrito do município de Curitibanos. Em junho do mesmo ano passou a se chamar de Lebon Régis, o nome foi dado em homenagem a Gustavo Lebon Régis no governo do coronel Vidal Ramos” (2018, p.49).

Ao observarmos quem foi Gustavo Lebon Régis<sup>5</sup>, constatamos que o mesmo não participou diretamente nas ofensivas e nem chegou a passar pelo Contestado, portanto, não tem nenhum tipo de ligação com esta região e com o povo que vivia no Trombudo, mas, teve o papel de durante o conflito ser o secretário geral do Estado, sendo o responsável pelas ordens de envio de tropas e um dos compiladores das estratégias de guerra que pôs fim ao movimento caboclo.

Nos encontramos inseridos no contexto da Guerra do Contestado do início do século XX, pois, vivemos uma realidade marcada profundamente pelo espírito do progresso, em que somos condicionados a sempre obtermos melhores resultados, inserindo-se num ciclo que por

---

<sup>5</sup> Gustavo Lebon Régis nasceu na cidade de Parati, atual Araquari (SC), no dia 18 de fevereiro de 1874, filho de Alexandre Justino Régis e de Luísa Lebon Régis. Além de militar, iniciou a carreira política como deputado estadual em Santa Catarina na legislatura 1902-1903. Reeleito para quatro mandatos consecutivos, em 1910 participou da Assembleia Constituinte de Santa Catarina e em 1912 foi presidente da Assembleia. Em 1915 foi eleito deputado federal por Santa Catarina e passou a integrar a Comissão Demarcadora de Limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, formada após a Guerra de Contestado. Como militar, foi sucessivamente promovido, de alferes comissionado, em 1894, até obter a patente de coronel efetivo, em 1923. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 19 de abril de 1930 (QUEIROZ, 1966).

vezes anula a existência. Condição que muitas vezes nos conduz a ignorar nossa própria identidade para atingir metas. Vive-se com a angústia de não se estar fazendo tudo o que poderia ser feito. Este modo de vida torna ainda mais relevante a nossa presente pesquisa, pois, através de uma reflexão sobre o passado, o sofrimento e a resistência é possível redescobrir a nossa natureza humana, da qual nos distanciamos com muita frequência.

### 3.5 A IMPORTÂNCIA DA GUERRA DO CONTESTADO PARA O ENSINO DE FILOSOFIA EM NOSSA REGIÃO

100 anos depois, o Contestado ainda é guerra, os tambores acabam de rufar, as batalhas seguem, o sofrimento ainda atinge muitos, o sangue dos que deram a vida lutando pelo seu direito à terra e à vida ainda está impregnado pela região da Guerra do Contestado. Há clamor de justiça no ar e nos lugares do Contestado. São 100 anos de dor, da dor da culpa imposta pelas oligarquias vencedoras, da dor da pobreza que domina parte considerável da população herdeira da expulsão das suas terras ancestrais. A Guerra não acabou com o Contestado, há resistência de todo tipo e de toda ordem, há esperança, pois, os caboclos e as caboclas do Contestado deixaram essa chama de Justiça e de luta pela felicidade (FRAGA, 2016, p. 29).

Ao exercermos o ensino de Filosofia na educação básica, somos convidados a uma insigne atividade, antes mesmo de começar a dar aulas, a de pensar filosoficamente o ensino de Filosofia. Tal atividade se apresenta na forma de uma obrigação desafiadora, considerando que a Filosofia não está inserida solidamente nos currículos e espaços de ensino. Esta condição conduz a uma desconfiança da sua importância por parte dos jovens, em que passam a considerar a filosofia como um conhecimento secundário e muitas vezes inútil.

Atualmente, nos deparamos não somente com o problema de saber o que e como ensinar, mas também o de apresentar a Filosofia aos jovens de forma instigante. Isto exige uma análise e rompimento das finalidades eternizadas para a educação. Assim, buscar legitimar filosofias que são silenciadas em nome de uma razão universal.

Quando falamos de ensino de Filosofia, principalmente em uma região que historicamente é marcada pela opressão, é fundamental considerarmos o lugar que ocupa quem ensina e o lugar ocupado por quem aprende. Este questionamento faz com que se quebre uma hierarquia que se perpetua dentro das salas de aula. Bem como nos apresenta Ribeiro. “Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta” (2017, p. 49).

As metodologias que regem o nosso ensino fazem com que ensinemos de tal maneira que já sabemos previamente o que vai ser apreendido pelo aluno, e se este realizar um caminho

que conduza a resultados não esperados, julgamos que não adquiriu o conhecimento. Torna-se prudente uma análise se aquilo que será ensinado atende as necessidades do aluno ou as minhas. De acordo com Kohan:

A experiência da filosofia não se transmite, não se ensina. Quem ensina afirma um gesto. Pode ser que quem aprende o percebe, aceite o convite e, eventualmente, o recria. Assim, diria Sócrates, ensinar e aprender filosofia estão relacionados, basicamente, a uma sensibilidade, para compartilhar um espaço no pensamento, para dar lugar no pensamento a um movimento que interrompe o que se pensava, e começar a pensa-lo novamente, de novo, desde outro início, a partir de um lugar distinto; para voltar o olhar para o que não se olha, para valorizar o que não se valoriza e deixar de valorizar o que é tido como mais importante (2009, p.75)

Segundo ele, sentimos a necessidade de que as nossas aulas de Filosofia, primeiramente devem gerar uma sensibilidade, os alunos devem se sentir comovidos diante de uma realidade apresentada, sendo que esta, mais tarde, possibilitará a gestação de um novo conhecimento. Tal atitude nos impulsiona para o processo de rompimento com a ação pedagógica fundada na lógica da transmissão. Tornando se óbvio que não podemos reduzir a Filosofia a mera transmissão de conteúdos filosóficos.

Partindo desta perspectiva, acreditamos ser um terreno muito fértil para a Filosofia, principalmente pela localização que nos encontramos, abordar a formação identitária daqueles que vivem na região do Contestado. Considerando, principalmente, que o modo de vida deste povo é construído a partir do mítico e da prática da religiosidade. Em certa medida, esse processo nos possibilita uma análise sobre a identidade construída atualmente dos adolescentes, que muitas vezes ainda sofrem com os julgamentos pejorativos em torno do modo de vida caboclo.

Devido os acontecimentos que marcaram o período da guerra e do pós-guerra, consolidou-se um imaginário profundo na população desta região, que traz seus estigmas até os dias de hoje. Desenvolveram-se diversas leituras que assumiram um olhar de discriminação da população Cabocla. Desta forma, a suposta inferioridade acaba por fazer parte do próprio imaginário da população local, que sente não só o esquecimento, mas, até a rejeição da própria cultura. O Exército e as elites chamam, até os dias de hoje, de acordo com Fraga (2012), os caboclos de fanáticos, de jagunços, bandidos e facínoras, denegrindo a imagem de um povo unido pela fé e sua cultura que resistiu em prol do direito à vida e à terra.

Vivemos em um território em que o discurso autorizado colocou em prática um dos maiores projetos de silenciamento que aconteceu no Brasil. De acordo com Fraga (2012), o desrespeito ao ser humano desta região, principalmente por parte do Estado, evidencia que a

história deste povo está oculta, silenciada e invisível. A história dos vencidos é longamente narrada nos documentos oficiais, a eles foi negada o direito a fala. Vivenciamos um momento em que existe uma necessidade urgente de recuperarmos a identidade do povo caboclo, que mesmo depois de um século do término da guerra, ainda sofre com suas cicatrizes que persistem e a filosofia em sala de aula, se apresenta como uma forma muito efetiva para tal atividade, principalmente identificando os elementos que possibilitaram o desenvolvimento do modo de vida do povo caboclo.

A possibilidade de recuperarmos a identidade anulado do povo caboclo, está associada a valorização de elementos da cultura cabocla, como a forte religiosidade, a tradição comunitária, a harmônica relação com a natureza e o espírito de resistência e combate contra adversidades políticas, econômicas e sociais do tempo dos redutos, que de certa forma vem acontecendo com os trabalhos desenvolvidos pelas Associações do contestado, onde promovem diversos eventos artísticos para reviver a história dos nossos antepassados.

A identidade de um povo não é imutável ou estática, mas, se encontra em movimento, processo dinâmico assumido pelos indivíduos e grupos, segundo as circunstâncias históricas vividas. É um processo de reconstrução e ressignificação permanente do que uma afirmação fixa. Desta forma, as identidades são configuradas tanto em relação ao nosso passado, à nossa memória e imaginação, ou seja, à sua dimensão histórica, considerando a relação com o nosso presente, bem como, a realidade que vivenciamos. Para Bauman:

A identidade é um “conceito altamente contestado”. Sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha. O campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem à luz no tumulto da batalha, e dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega (2005, p. 83).

É expressivo destacar que para ele, a identidade é um conflito das lutas que o indivíduo enfrenta ao longo da vida para se constituir. A identidade, para o autor, é também ambígua, pode servir de símbolo na luta de grupos menores contra as pressões sociais, como também pode servir a um grupo maior, que deseja impor sua soberania e deixar de lado as diferenças. Esses aspectos tornam a luta em torno da identidade uma luta de guerra.

Os processos históricos e as relações sociais são fundamentais no processo de formação de identidade. Ela configura-se a partir do patrimônio territorial a ser preservado e valorizado pelos atores envolvidos diretamente na sua constituição histórica. Envolve esse patrimônio identitário o conhecimento produzido, as edificações, os monumentos, os museus, os dialetos, as crenças, os arquivos históricos, as relações sociais das famílias, as empresas, as

organizações políticas, que devem ser valorizadas para que proporcionem a preservação, valorização e o desenvolvimento da identidade. Tomazi afirma que:

Até um século atrás, a identidade cabocla do Contestado ia sendo estruturada fundamentalmente a partir de uma experiência de vida comunitária e numa relação íntima com a natureza. Desconsiderando o processo de colonização baseado na violência promovida a partir das grandes fazendas de criação de gado e da cultura liberal capitalista, o povo do Contestado formava pequenas comunidades e vivia segundo valores herdados das culturas indígenas, africanas e europeia-cristã (2005, p. 98).

Dessa forma, percebemos que é possível lançar um novo olhar para discutir a identidade do caboclo que foi contestada e demonizada, pelas novas organizações sociais. A busca por sua verdadeira identidade tem feito com que o povo caboclo, paulatinamente, se desvencilhe do estigma criado para desqualificá-lo e para justificar o seu massacre na Guerra do Contestado. Ações de reafirmação de âmbito cultural e econômico tem procurado ressignificar o que é ser um caboclo, demonstrando como este povo aos poucos vai se emancipando e rompendo com as amarras opressivas impostas pelo Estado e pelo capital em busca de sua identidade perdida na guerra.

A sua repercussão no espaço educacional está fundamentada como forma de reconciliação do homem com seu passado. Mesmo com o horror da guerra e do genocídio do povo caboclo, o desejo por um mundo melhor, de irmandade e solidariedade, em que todos possam ser iguais continua a resistir e existir entre homens e mulheres desta terra. Porque não almejar um modo de vida como aquele defendido pelos monges? Sendo que buscavam a igualdade, o respeito, a diversidade de povos e culturas. Num mundo em que um povo não precisou anular o outro e que uma cultura não negou outras possíveis.

Não ter acesso a determinados espaços traz como consequência a falta de produção de conhecimento, a não ocupação de forma justa das universidades, meios de comunicação, da política institucional, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas e ouvidas. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas, de poder existir. E neste sentido, mesmo após mais de cem anos do fim da guerra, vozes são silenciadas e o discurso vigente é fruto de uma hierarquia. É urgente a luta para que mais vozes sejam ouvidas no contestado.

O mítico, como abordado anteriormente, se desenvolveu em torno da figura dos monges e das práticas de rituais do catolicismo popular, e esta religiosidade age diretamente no modo de ser do povo caboclo. Sendo o misticismo responsável pela gestualidade, as maneiras de viver, de sentir, de pensar, até os sistemas de valores e as regras da vida coletiva, que com o

passar do tempo se tornaram fundamentais para a formação da identidade deste povo, assim como foi determinante para o homem grego. Para identificarmos que é o caboclo citamos um fragmento defendido por Vicente Telles.

Nós temos que nos despir, talvez, até dos cinco sentidos para captar a realidade desse homem. Você vai analisar a história do povo dos redutos, então, primeiro ponha sempre quem é o caboclo. Eu sou neto de caboclo. Eu fui madrinheiro de tropa. Eu andei por esses sertões, por esses caminhos perdidos, por aí, ouvindo a pureza da mente, da alma e do coração dessa gente. O amor deles para com o semelhante e para com a natureza. O caboclo nasceu num meio onde o que era de um, era de todos. Tudo que tinha aqui, tinha gado, era coalhado de gado selvagem, tudo era usufruído por todos (TELLES, 2006, p. 36).

Os caboclos não apenas compartilhavam de uma linguagem religiosa eles tinham uma vivência ou uma experiência religiosa, sendo que o mítico atribui sentido às suas vidas e às suas lutas. Isto torna-se relevante por ainda nos dias de hoje as pessoas identificarem a presença do sagrado nas grutas dedicadas aos monges. Para os fiéis do Contestado, o templo é a própria natureza e o local das cerimônias são as grutas de onde jorram as águas abençoadas pelo monge e que, segundo alguns fiéis, até hoje operam milagres. A esses locais abençoados pelo monge e pela natureza que são obras do Criador, vemos afluir muitos peregrinos em busca de consolo, esperança, conforto e algum tipo de bênção (FRAGA, 2012).

É relevante mencionarmos que as produções artísticas, principalmente como o teatro, a música e a dança se apresenta no cenário do Contestado, com uma potencialidade muito fecunda para conhecermos melhor o modo de vida deste povo, bem como nos possibilita realizar uma leitura dos fatos ocorridos entre 1912 e 1916. De acordo com Barbosa, “a arte possui uma importante dimensão histórica de leitura do espaço socialmente produzido e se traduz como um instrumento de percepção e reconhecimento da realidade” (2016, p. 69). Apesar de não ser a mesma compreensão de Nietzsche, nesta perspectiva de que a arte é um verdadeiro registro dos acontecimentos históricos e sociais vivenciados pelo ser humano, a guerra do Contestado é interpretada e apresentada, por exemplo a partir da música que revela o som do silêncio imposto para a construção de uma nova organização.

Partindo do pressuposto de que a arte é dotada de criatividade e expressada mediante manifestações culturais, musicais, danças, obras literárias, teatrais e outras manifestações ela se torna indispensável para o processo de ensino e aprendizagem. Visualizamos como uma potencialidade fecunda para interpretar o mundo e valorizar o seu contexto histórico, proporcionando o desenvolvimento e o reconhecimento de pertencimento a determinados grupos. É notório que o meio artístico contorna conhecimentos e expressa os acontecimentos

sociais, apresentando as faces do cotidiano de maneira sensível, além de dar ênfase a questões culturais com a prática educativa aliada à arte, possibilitando de maneira lúdica melhor interação e aprendizagem (NOYAMA, 2016).

Das diversas manifestações artísticas, como teatro, dança, canções e festividades que emergem do Contestado, ganha grande destaque e visibilidade a produção musical. A música compõe-se entre passado e presente, relata a história de um conflito de ideais envolvendo muitos personagens como os caboclos, sitiante, coronéis, governo federal e policiais armados, buscando manter viva a identidade e os ideais de um povo que se levanta para fazer frente a opressão do capital estrangeiro e da jovem República brasileira.

Um dos maiores músicos do Contestado é o Cantor e compositor Vicente Telles<sup>6</sup>, reconhecido por muitos como Cancioneiro do Contestado, retrata a partir de suas letras diversos personagens que se destacam pela bravura e lealdade aos ideais vivenciados nas comunidades caboclas do Sertão. Faz parte do seu repertório apresentar o modo de vida do caboclo, que está em constante disputa social, cultural e política e a partir deste processo de resistência se molda a identidade de um povo. A seguir, mencionamos algumas das diversas produções musicais que buscam retratar os acontecimentos históricos e o modo de vida do povo caboclo.

Caboclo Soldado  
Garrucha e facão  
Soldado Caboclo  
Irmão contra Irmão

A 22 de outubro de 1912  
O governo mandou atacar multidão  
Banida da estrada de ferro

Por estrangeiros  
Sem vencimento  
Sem terra e sem pão

O monge pediu paz  
Veio ameaça ferro e fogo  
Zé Maria anunciou com ardor seu martírio  
Reuniu os fiéis e rezou:  
A reza foi forte  
O céu de suporte e a metralhadora falhou

José Fabrício das Neves, José Alves Perão  
Dão suporte a Zé Maria, na defesa deste chão  
Neblina e facão, Garrucha fumaça  
Peludo caçador, no Irani virou caça

---

<sup>6</sup> Vicente Telles nasceu em Palmas, Paraná, no dia 5 de outubro de 1931. Viveu boa parte da infância no município de Irani, dos cinco anos de idade até os dezoito, quando passou a servir ao Exército, ausentando-se para voltar somente em 1976, na condição de sargento aposentado. Após este fato Vicente se dedicou em apresentar a Guerra do Contestado a partir das manifestações artísticas.

Da história, a verdade, só sei começo e fim  
 O massacre final foi em Santa Maria  
 O primeiro se deu no Irani, No solo sagrado  
 Que foi batizado O Berço do Contestado

Ao monge de cova rasa, funeral o coronel  
 Caboclos e soldado numa vala  
 Como o lixo a granel  
 A vala dos 21: Há um século que dói  
 Quem morreu como bandido, ressuscita como herói

Da fé em São João Maria,  
 E no povo Encantado  
 Nasce a luz que ilumina  
 O Centenário Contestado  
 (CORREIA, 2016, p. 177).

Essa canção conhecida como *Centenário do Combate do Irani*, foi produzida por Vicente Telles pela passagem do centenário da Guerra do Contestado. Encontramos nela, além da menção aos fatos desencadeados, a maneira como o compositor descreve os caboclos e os soldados, “irmãos contra irmãos”, ou seja, filhos da mesma terra, filhos da mesma pátria. O monge compreende claramente isso, por este motivo, como abordamos anteriormente, procurou evitar o confronto, mas, sem obter muito sucesso nas tratativas. Assim, se efetiva o primeiro ataque e massacre na região contestada em 22 de outubro de 1912. Outro elemento que aparece por várias vezes na canção é a religiosidade que acaba impulsionando e sendo a base de todas as ações do povo caboclo.

Outra canção que ganha grande destaque é a música *Alvorada*;

Na Alvorada de um novo dia  
 Vamos entrando na cidade  
 Trazendo Santos, trazendo vidas  
 Somos caboclos, somos campeiros  
 Somos um povo sem padroeiro[...]  
 Temos os Santos e Cavaleiros  
 Temos as virgens e os guerreiros  
 Trazemos a fé em nosso estandarte  
 Somos os filhos de Zé Maria [...]  
 (CORREIA, 2016, p. 183).

Esta canção nos apresenta o povo Caboclo como filhos da terra e professando uma única fé. Um povo forte e religioso com guerreiros que usam o estandarte da imagem do Santo como escudo e que carregam a plena certeza de que não lutam sozinho e, assim como o homem grego, o sertanejo é marcado essencialmente pelo olhar mítico, em que os monges, figuras divinas e homens dividiam o mesmo espaço. A guerra passou a ser um ritual, uma manifestação

da sua fé, pois, ganhou um sentido mítico em que todas as batalhas são acompanhadas da certeza de que estão sobre a proteção do monge José Maria e do exército Encantado. Na canção a seguir, combate do Irani encontramos o relato do primeiro confronto.

Eu conto um pouco da história desta terra  
 Palco de guerra de heroísmo e altivez  
 Do Irani que abrigou durante a guerra  
 Numa luta pela terra sertanejo e camponês

Um cemitério é o que resta do passado  
 Do Contestado cujo berço foi aqui  
 Ah, meu irmão, neste chão morreu o monge  
 Mas o jagunço foi longe no combate do Irani  
 No entrevero frente a frente, peito aberto  
 José Maria decepou João Gualberto  
 Nessa refrega o sertanejo foi ao fim  
 Vencendo metralhadora com facão de guamirim

No Irani um sanfoneiro sem plateia  
 Na oito baixos toca o “choro das véia”  
 Duas BRs que se cruzam por aqui  
 Formam a cruz do Contestado no chão do Irani  
 (CORREIA, 2016, p. 184).

A letra da música sugere que o chão de Irani vivenciou uma luta desigual, dos “grandes” contra os “pequenos”, da autoridade militar contra o líder espiritual dos sertanejos e camponeses, dos que estavam bem armados contra aqueles que improvisavam. O heroísmo e a altivez residem no fato dos caboclos terem vencido o combate. No ato do monge que tirou a vida do comandante, mesmo morrendo depois e, no triunfo do facão de guamirim sobre a metralhadora. O episódio do Irani não parece ser representado como uma mera batalha que prenuncia a guerra, que viria um ano depois, mas sim, aparenta ser a própria guerra em andamento.

Tanto a música como a arte teatral bastante difundida na região do Contestado são grandes aliados para recontar a história, uma história que não se encontra nos relatos oficiais. A arte devolveu o direito de falar para as pessoas que foram marcadas pelo silêncio, um silêncio que tende a perpetuar seus ecos nas questões sociais, políticas e econômicas.

### 3.6 PENSANDO A PRÁTICA DOCENTE A PARTIR DO PROF-FILO

Partindo do pressuposto que a Filosofia se constitui por uma constante busca por parte daquele que se propõe ao exercício do filosofar, e ainda, que se trata de um conhecimento

inacabado, aqueles que se lançam no ousado exercício de seu ensino também não podem perder de vista que estão diante uma realidade que sofrem alterações como um solo movediço. Além da constante e progressiva construção filosófica, estamos diante de um público-alvo que está inserido em um processo de transformações, o que exige uma peculiar atenção daqueles que se propõem a ensinar, desde o que já tem uma longa caminhada até o iniciante. Como afirma Obiols:

O enfoque prático e a concepção que faz do professor não um simples instrutor, mas um pesquisador, um produtor em sua disciplina, ao contrário, é compatível com as melhores tradições da educação filosófica, aquelas que não separam o professor do filósofo, ainda que não se pretenda que cada professor seja um Aristóteles (2002, p.117).

A partir do nosso cotidiano passamos a internalizar diversos princípios, ações e valores a partir dos quais, no decorrer do percurso formativo, passaram a ser determinantes na construção da nossa identidade e, conseqüentemente, participando da nossa formação como docente e no exercício da nossa prática em sala de aula. A prática do ensino não exclui um panorama variado de condicionamentos e influências, conscientes ou não, num universo de verdadeiras configurações de pensamento e ação que são edificadas historicamente, que normalmente se consolidam com o passar do tempo e enquanto são incorporadas e institucionalizadas. Neste sentido, concordamos com Cerlletti quando ele diz que:

Um professor de filosofia não se forma tão somente ao adquirir alguns conteúdos filosóficos e outros pedagógicos, para então em seguida justapô-los. Em realidade, vai-se aprendendo a ser professor desde o momento em que se começa a ser aluno. Em grande medida, se é como docente o aluno que se foi. Ao longo dos anos de estudante, vão sendo internalizados esquemas teóricos, pautas de ações, valores educativos etc., que atuam como elementos reguladores e condicionantes da prática futura (2009, p. 55-56).

A prática docente se constitui através deste contato constante e dinâmico junto às experiências vivenciadas, que possibilitam as variáveis determinantes das transformações no saber fazer profissional. Uma série de ações tendem a ser adotadas como mecanismo emergencial que podemos identificar como esquemas práticos, aos quais os docentes recorrem de forma apressada em sua atividade cotidiana. No exercício de suas funções e na prática profissional, os professores desenvolvem saberes específicos baseados no cotidiano e na adequação ao meio, algo que ocorre ao longo do tempo de atuação. Há uma incorporação da experiência social da sala de aula às habilidades de saber-fazer.

O que pretendemos não é realizar considerações pejorativas, e simplesmente desconsiderar a importância da experiência do cotidiano, mas, refletir sobre a prática docente, principalmente a partir do processo que vivenciamos ao longo desses dois anos enquanto discente no PROF-FILO. O cotidiano não é inofensivo e inocente, existem ideologias implícitas que flutuam na atmosfera escolar, que nos impactam através dos currículos, das culturas escolares e encontram na docência um diálogo construtivo em dupla. Ainda considerando a prática docente, Cerletti nos alerta:

Esses esquemas práticos - aos quais o professor recorre diariamente, quase sempre de maneira apressada premido pela urgência do tempo - constituem uma espécie de “imagem” do que pode ser a prática. Essas urgências costumam também impedir uma reflexão cuidadosa sobre as condições da própria atividade, acentuando muitas vezes a sensação de desassossego ou de impotência ante a tarefa cotidiana (2009, p. 56).

Identificamos facilmente a importância e a necessidade do processo que vivenciamos no mestrado. O PROF-FILO, Mestrado Profissional em Filosofia, é um programa de pós-graduação que oferece o curso de mestrado em Filosofia na modalidade mestrado profissional, destinado, principalmente, aos professores de Filosofia da Educação Básica, especialmente aqueles que atuam nas escolas das redes públicas de ensino. Busca proporcionar uma formação filosófica e pedagógica voltada para a docência da Filosofia, em especial no Ensino Médio, consequentemente, possibilitando o amadurecimento e o aprimoramento da prática docente e a melhoria da qualidade do ensino de Filosofia na Educação Básica.

Olhando mais especificamente para a minha prática docente, foram substanciais as transformações desencadeadas por este processo formativo. A prática docente que antecede o PROF-FILO se dava de uma determinada maneira, onde normalmente era guiada por alguns princípios que não eram claros e muito raramente pensados. As aulas, seminários, textos e pesquisas, preparados e direcionados pelos professores deste programa tiveram como foco problematizar filosoficamente o ensino da Filosofia, explorando a intrínseca relação entre as diferentes concepções de Filosofia e suas respectivas didáticas. Possibilitou identificar os pressupostos filosóficos do Ensino de Filosofia, desnaturalizando a perspectiva tradicionalmente disseminada nas instituições que associam o ensino exclusivamente às questões pedagógicas.

As reflexões e contribuições sobre a práxis, o Ensino de Filosofia, motivados pelo PROF-FILO, poderiam ser identificados a partir de três principais características: A primeira se refere aos conhecimentos que fazem parte formação profissional e as bases pedagógicas (métodos e técnicas) que são legitimados e transmitidos ao longo da formação acadêmica. São

saberes que se situam nos diversos campos de conhecimento e são os responsáveis por colocar em funcionamento a máquina do sistema educacional e, por isso, necessitam de uma atenção constante e criteriosa. Mais uma vez, Cerletti nos ajuda a falar desse processo:

Cada um de nossos professores nos transmitiu a “sua biblioteca”. Mas também nos transmitiu uma forma de ler seus livros e uma forma de fazer pública essa leitura e, portanto, essa interpretação. Isso é o que nos “formou” em grande medida como filósofos ou filósofas e como professores ou professoras de filosofia. O que nos interessa marcar é que grande parte dessa aprendizagem que nos constitui como filósofos docentes nunca é tematizada, e suas influências, que são enormes, formam parte de uma espécie de naturalização de nosso passado acadêmico (2009, p. 59).

A segunda contribuição está ligada a reflexão sobre os currículos. Estes são os responsáveis pela forma como as instituições educacionais fazem a gestão dos conhecimentos socialmente produzidos e que devem ser transmitidos aos estudantes. Apresentam-se, concretamente, sob a forma de competências, habilidades e objetos de conhecimentos que os professores devem transmitir aos alunos. Estes saberes têm sua estrutura edificada nos discursos, objetivos, métodos a partir dos quais o sistema educacional organiza em categorias para uma denominada formação. Diante de tal condição é fundamental, realizarmos algumas ponderações sobre os currículos, principalmente diante das propostas que vivenciamos com a reforma do Ensino Médio, no Estado de Santa Catarina.

Se ensina, por exemplo, que a filosofia tem a importante função de desnaturalização, não se poderia assumir como naturalizada a interpretação que cada um “aprendeu” no seu primeiro acesso aos filósofos nem muito menos considerar ingenuamente que ela seja a única (2009, p. 60).

A terceira contribuição deste programa é extremamente significativa, principalmente por vivenciarmos, enquanto docentes, situações limites que foram escancaradas pela pandemia. Este período exigiu mudanças repentinas, fazendo com que as relações entre os alunos e estes com a escola e seus professores fossem rapidamente subtraídas, dando início ao ensino remoto emergencial. Perdeu-se o elemento essencial da educação básica, que é a proximidade e o contato entre os personagens centrais do ensino. Fomos obrigados a empreender uma jornada de incertezas, expectativas, frustrações, desgastes emocionais e físicos na árdua tarefa de fazer com que os alunos pudessem continuar sua jornada educacional, do modo mais adequado possível.

Estas novas condições chegaram sem pedir permissão, e claro, as pessoas que mais sofreram com essa crise humanitária foram aquelas que estão à margem da sociedade e no Brasil não foi diferente. A substituição das aulas presenciais pelas aulas remotas, devido ao necessário

isolamento social, passou a ser uma nova realidade extremamente desafiadora para todos nós educadores, principalmente por ser algo incerto e não termos as habilidades necessárias para esta nova forma de ensino. Passamos dias assistindo demoradas “lives” para aprender e nos familiarizar um pouco mais com as novas ferramentas e os novos espaços de ensino. Quando tivemos a sensação que estávamos caminhando com um certo progresso nesta nova modalidade de ensino nos deparamos com o que seria extremamente limitador, somente uma pequena minoria, dos quase mil alunos da escola, tinha um razoável acesso à internet e que possibilitaria acompanhar as aulas síncronas e desenvolver as atividades nas salas online.

Portanto, além de lidarmos com essas e outras limitações próprias da situação que acometia a nossa existência, tivemos que encontrar uma forma de sobreviver diante do total desequilíbrio e ineficiência do poder estatal e de muitas instituições que deveriam proporcionar condições para amenizar esta cruel realidade. Identificamos melhor essa situação na consideração de Stadler (2020), acerca dos temas de discussão que envolvem a pandemia:

O rebaixamento do já rebaixado, a imbecilização plena e completa de assuntos relevantes para o bem comum, o ataque frontal a instituições históricas e consagradas por suas conquistas científicas e humanas, o negacionismo histórico, o cinismo enquanto postura política, o esfacelamento de frágeis conquistas no campo dos direitos humanos, a naturalização de discursos racistas, homofóbicos e machistas, a absoluta ausência e ineficácia de uma chamada oposição, “memes” e mais “memes” que provocam um riso imediato e nada mais, partidarismos envoltos até mesmo em desejos de bom dia, a propagação diária de notícias falsas, a desinformação, a aceitação de limites culturais impostos por uma indústria interessada em divulgar um aparato (in)formativo raquítico, ameaças de morte, xingamentos enquanto ferramenta de debate, empresas especializadas em divulgar notícias falsas e alimentar a irracionalidade coletiva, a passiva aceitação de um vocabulário sem memória histórica (220, p.80).

Diante deste incerto e assustador panorama não foram poucos os questionamentos sobre os quais não haviam respostas. Entre eles estavam: é possível ensinar Filosofia nesta nova modalidade? A escola vai voltar a ser como antes? Vamos ser contaminados? Resistiremos? Como estão nossos alunos, se a principal refeição do dia era feita na escola? Todas essas atividades vão assegurar o ano letivo? Realmente estão aprendendo? Estes e outros questionamentos eram iminentes e mesmo não encontrando as respostas, as aulas do mestrado se apresentaram como uma ferramenta muito importante para pensarmos em coletivo e socializarmos nossas angústias. Mesmo sendo uma sala virtual foi oportunizado pelos professores deste programa um ambiente onde nos sentimos acolhidos e nos sensibilizou de que não estávamos sozinhos.

Quando passamos para aplicação desta de pesquisa, em sala de aula, tivemos que adiar, devido à ausência de alunos no ensino presencial. É importante mencionarmos que nós professores, não pertencendo a nenhum grupo de risco, iniciamos o ano letivo de 2021, trabalhando presencialmente em plena pandemia e estaríamos atendendo somente os alunos que optaram pelo ensino presencial. Destes quase cem alunos, do terceiro ano, somente seis estavam frequentando a escola, os demais eram atendidos remotamente, por uma escola polo, onde os professores pertenciam a algum grupo de risco. Estes poucos alunos das cinco turmas, fez com que mais uma vez, o início da aplicação fosse adiado. Até que no dia 20 de abril, a escola recebeu novamente todos os alunos, para atender remotamente e presencialmente.

A partir de então a preocupação passou de ter aluno ou não, para como desenvolver as atividades diante das limitações, escancaradas pela pandemia. A principal é a falta de acesso à internet por grande parte dos nossos alunos, sem falar da desmotivação e da evasão escolar, onde quase a totalidade destes alunos se encontravam trabalhando e estudando ao mesmo tempo.

As limitações ganham novos contornos quando olhamos para o número total de alunos que se encontravam matriculados e o número de alunos que estavam realmente participando das atividades desenvolvidas durante a pandemia. Os números são assustadores, dos 98 alunos matriculados nas cinco turmas dos terceiros anos, 47 alunos não realizaram nenhuma atividade. Evidenciando que o maior desafio e dificuldade foi a evasão escolar que se encontrava em progressão desde o ano de 2020, início da pandemia.

Analisando as causas destes elevados números, constatamos que boa parte destes alunos possuíam um histórico de reprovação em anos anteriores e encontravam-se no momento com mais de 18 anos, não tendo mais a obrigatoriedade de estar em sala de aula. Outra justificativa, e bem plausível, por sinal, diante da condição financeira das famílias, era a necessidade de conciliar o trabalho e estudo. Os nossos alunos passaram a ajudar na renda familiar para garantirem a subsistência, desta forma os estudos acabaram não sendo a prioridade e sabemos que na maioria dos casos isso não era uma escolha.

O desenvolvimento das atividades que emergem desta pesquisa, por várias vezes, tiveram que ser repensadas em seu processo de desenvolvimento. Primeiramente, porque no início não se tinha a compressão de sua complexidade e abrangência. Outro fator, já mencionado, que nos colocou de cabeça para baixo foram as consequências da pandemia. Tivemos ainda outras particularidades que também nos levaram a mudar o projeto inicial, como por exemplo, repensar o número de aulas destinados para os diálogos e o compartilhamento de

narrativas e interpretações que circulam na comunidade, entorno da Guerra do Contestado. Este momento foi muito significativo, pois além de ter se desenvolvido por si só, o qual não teve uma interferência direta minha enquanto professor, era possível visualizar um grande envolvimento por parte dos alunos.

Conseguimos visualizar um grande abismo nos resultados obtidos, se comparar os alunos atendidos presencialmente com os que foram atendidos remotamente. Esse fator também não estava no projeto inicial, onde tivemos muitas limitações, não só com as atividades propostas por esta pesquisa. As atividades com os alunos que optaram pelo ensino remoto, desencadearam uma série de limitações para a sua realização, sendo que somente uma minoria possuíam uma internet com qualidade para ter acesso à aula através do “Meet”. Assim, a maior parte destes alunos, se deslocavam até a escola, a cada quinze dias, para retirar as apostilas com as atividades impressas.

Vivenciando estas dificuldades impostas pela pandemia, não nos restam dúvidas de quanto é importante o espaço escolar, físico, que mesmo com suas limitações e dificuldades ainda se apresenta como um espaço de acolhimento, onde podemos esperar por um mundo melhor. Buscamos, a partir destes pontos, descrever o quanto foi significativo e importante este processo, em que buscamos visualizar algumas possíveis aproximações do povo grego com o mítico desenvolvido no cenário do Contestado. Pensando principalmente na dimensão pessoal e profissional na condição de professor de Filosofia na educação pública.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa foi desencadeada e desenvolvida tendo como ponto de partida o território onde nos encontramos inseridos. A cidade de Lebon Régis-SC, território marcado profundamente pelos conflitos da Guerra do Contestado. Trazemos novamente este dado para justificar que compreendemos que o ensino de Filosofia não deve pautar-se na ideia de repetição mecânica dos conceitos, assim como não precisa ser feita por técnicos que aplicam receitas elaboradas por especialistas diante da vida e dos acontecimentos mais próximos do aluno: o seu cotidiano, o espaço social onde ele se encontra, as incoerências evidenciadas no seu mundo. Ser indiferente diante deste universo oferecendo, simplesmente, alguns princípios filosóficos já consagrados seria compactuar com o esvaziamento da própria filosofia e abrir mão de uma potência transformadora na vida e na cultura de jovens estudantes da região.

É importante considerar que umas das coisas que poderá despertar interesse nos alunos durante as aulas de filosofia é a aproximação que se possa fazer, das questões estudadas com as nossas vidas e a nossa realidade. Certamente se conseguimos mostrar aos alunos que a Filosofia trata das questões mais fundamentais e que estas são exatamente aquelas com as quais nos deparamos com frequência, teremos uma probabilidade muito maior de despertar o interesse dos alunos.

Uma Filosofia é criativa voltada para os problemas vividos, visando equacioná-los conceitualmente, é potencialmente revolucionária. Concluindo esses desafios, ressaltamos uma última vez que, para além de um enciclopedismo pedante e paralisante, além de não criativo, e para além de tomar a filosofia como mero instrumento de uma profissionalização para o mercado, esse ícone do nosso tempo, retomemos a pedagogia do conceito afirmando, uma vez mais: o ensino de filosofia será filosófico, ou não será de forma alguma (ASPIS. GALLO, 2009, p. 66).

O objeto da filosofia se constitui pelos problemas do presente e a história da filosofia se torna relevante na medida em que pode contribuir para identificar como se estruturaram as relações presentes e quais os problemas apresentam-se sem solução. Neste sentido, a Filosofia se apresenta como uma teoria de abordagem do real, que possibilita entender que fazemos parte de um conjunto de estruturas que se articulam, muitas vezes de modo contraditório, gerando as condições que permeiam a existência, novas formas de vida e modos de pensar que se produzem e reproduzem continuamente.

Considerando estes aspectos buscamos realizar essa experiência de ensino de Filosofia, partindo das considerações de Nietzsche referente o mítico presente na cultura do homem grego

para de certa forma identificar e buscar perceber a influência exercida pelo mítico desenvolvido pelo caboclo no Contestado durante a resistência deste povo.

A tragédia grega, por ter sua origem nos rituais ao deus Dionísio, rituais que expressavam a partir do canto situações alegres e dolorosas, sentimentos vivenciados pelos gregos que acabam reunindo em si a religiosidade e o mítico do homem grego. A arte trágica passa a dialogar com muita veemência com as emoções e sentimentos mais profundos do homem. Por isso, o filósofo Nietzsche identifica a possibilidade de a partir dos impulsos apolíneo e dionisíaco, presentes na arte trágica, desencadear uma força que proporciona transformações inimagináveis, em que se valoriza a aparência e investiga a essência do mundo, prezando pelo saber artístico e naturalmente contrapondo-se ao exclusivismo do saber racional.

A partir das tragédias emergem os valores e as crenças de um povo, que se organiza por meio de sua origem comum, em que seus hábitos e ações são direcionadas pelo divino que se encontra na natureza. O homem grego se constitui na dimensão dos acontecimentos manipulados por cada deus, justificando as suas ações por meio da ira, amor, traição e conflitos (VERNANT, 2009). Desta forma, a religiosidade proporciona um determinado tipo de comportamento e determinados valores que implicam diretamente na vida social.

De um modo semelhante verificamos este processo no povo do Contestado, em que se edificou uma visão de mundo que incorporava forte senso de justiça a partir das práticas sociais por eles vivenciadas. Como abordado neste trabalho, a imposição de algumas condições materiais de existência aos posseiros daquela região desencadeou a construção coletiva de uma série de valores que estiveram na base de sua resistência aos processos em curso. Um dos elementos que se tornou fundamental para a construção destes valores se origina a partir da religiosidade desenvolvida a partir da atuação dos monges.

Da mesma forma que a religiosidade do homem grego não era uniforme, meramente dogmática e seus princípios não se apresentavam de um modo definitivo em um livro, também o catolicismo popular dos caboclos carregava em sua estrutura a possibilidade de respeitar a individualidade, a multiplicidade e a pluralidade de modos de vivenciar esta prática religiosa, bem como encontrava-se em um constante processo de construção. Recordamos o historiador Paulo Pinheiro Machado “O catolicismo popular é uma auto produção do grupo camponês, por se contrapor àquela dos especialistas que procuram ter o monopólio dos sacramentos e dos ensinamentos” (2004 p. 172).

No entanto, a religiosidade professada pelo povo caboclo não era desprovida de sentido e sim uma ferramenta indispensável na sua luta pela terra e por mais vida e dignidade.

Foi essa religiosidade, o fundamento de princípios e valores que desencadeou meios e motivações para o processo de resistência contra a opressão e a violência a que estavam subjugados.

Outro elemento fundamental desencadeado pela religiosidade é a construção da identidade e o senso de pertencimento do povo caboclo. É possível constatar esse fator em diversos momentos, um deles é o relato de Herculano Assumpção, “Nós não tem direito de terras tudo é para as gente da Oropa” (ASSUMPCÃO, 1917, p. 245). A identidade deste "nós" está relacionada a uma determinada concepção de pertencimento a um grupo que tem o seu direito à terra violado naquele contexto.

Identificamos que toda a religiosidade desenvolvida foi determinante na vida deste povo, principalmente por encontrarmos, ainda nos dias de hoje, muitas pessoas que identificam a presença do sagrado nas grutas e águas santas dedicadas aos monges. Para os fiéis do Contestado, o templo é a própria natureza e o local das cerimônias são as grutas de onde jorram as águas abençoadas pelo monge e que, segundo alguns fiéis, até hoje operam milagres. A esses locais abençoados pelo monge e pela natureza acabam sendo o destino para muitos peregrinos que buscam consolo, esperança, conforto e algum tipo de bênção.

A possibilidade de olhar para a Guerra do Contestado a partir de alguns elementos da filosofia, neste caso a partir do mítico e da religiosidade, nos permite não somente sensibilizarmos com o que aconteceu, mas, principalmente olharmos para a Guerra do Contestado como uma denúncia para que o vivenciado à mais de 100 anos não continue se perpetuando nos dias de hoje e que possamos compreender os desdobramentos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais, que se manifestam territorialmente como consequência da Guerra.

De minha parte, enquanto docente de filosofia, posso dizer que esse processo todo atrelado a ideia de se fazer mais próximo dos estudantes, em sala de aula, buscando bases na filosofia que poderiam dar condições para efetivar um dos objetivos da nossa pesquisa, ou seja, uma possível leitura da Guerra do Contestado, nas aulas de filosofia, fez com que muitos estudantes participassem ativamente deste processo. Principalmente por estarmos problematizando situações e fatos que marcam profundamente a vida de suas famílias e antepassados.

Durante todo este processo não descartamos as heresias e os erros que possivelmente acabamos cometendo, cientes da distância e das inúmeras particularidades que separam os gregos do período helenístico e também as reflexões de Nietzsche em relação ao nosso contexto

histórico, consideramos que essa espécie de heresia permitiu que realizássemos um trabalho significativo e relevante para todos os envolvidos.

Por isso, tendo em vista alguns princípios e aspectos da filosofia como, a religiosidade do homem grego, alguns elementos da tragédia e as considerações de Nietzsche, se tornaram determinante para realizarmos a abordagem da Guerra do Contestado junto aos estudantes. Para assim fazermos do Contestado um assunto permanente, principalmente, nas escolas e a partir dos diferentes campos do saber, valendo-se de metodologias de ensino, que possibilitem o saber crítico, sobretudo, no que se refere a sua própria realidade.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Eduardo José. **O Contestado**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

ALVES, Rubens. **O que é religião**. São Paulo: ARS poética, 1999.

ALVES, Luiz. **Revolta dos excluídos**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2009.

ASPIS, Renata. GALLO, Sílvio. **Ensinar Filosofia: um livro para professores**. São Paulo: Attamídia e educação, 2009.

ASSUMPCÃO, Herculano Teixeira. **A Campanha do Contestado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. O conhecimento mítico. **In: Temas de filosofia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis: UFSC, 1997.

BARBOSA, Jorge Luiz. A arte musical retratando a Guerra do Contestado. **In: FOESTSCH, A.A. GEMELLI, D.D. BUCH, H. E. R. (org). Geografia do Contestado: 50 anos do fazer geográfico**. Curitiba: Íthala, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BORELLI, Romário José. **O Contestado**. Curitiba: Orion, 2006.

BORNHEIM, Gerd. **Introdução ao Filosofar: o pensamento filosófico em bases existenciais**. São Paulo: Globo, 1989.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Teatro grego: tragédia e comédia**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

BURNET, J. **O Despertar da Filosofia Grega**. Tradução Mauro Gama. São Paulo: Editora Siciliano, 1994.

BUZZI, Arcângelo R. **Introdução ao pensar: o ser, o conhecimento, a linguagem**. 33ª edição. Petrópolis – Rio de Janeiro. Vozes. 2007.

CABRAL, Oswaldo R. **João Maria – Interpretação da Campanha do Contestado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CERLETTI, A. **O Ensino de Filosofia como um Problema Filosófico**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

CERQUEIRA, Alves. **A jornada de Taquarussú (Feito Guerreiro)**. Rio de Janeiro: Nova Edição, 1936.

CIVITA, Victor. **Mitologia**. São Paulo: Abril Cultural. 1973. v.3.

CORREIA, Marcos Antônio. A arte musical retratando a Guerra do Contestado; O som do silêncio na elaboração espacial contestada. **In:** FOESTSCH, A.A. GEMELLI, D.D. BUCH, H. E. R. (org). **Geografia do Contestado: 50 anos do fazer geográfico**. Curitiba: Íthala, 2016.

DIAS, R. M. **Nietzsche, vida como obra de arte**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FELIPPE, Euclides J. **O último jagunço: folclore na história do Contestado**. Curitiba: Universidade do Contestado, 1995.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado: a grande guerra civil brasileira**. In: Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Bagozzi, 2005.

\_\_\_\_\_. **Mudanças e permanências na rede viária do contestado: uma abordagem acerca da formação Territorial no sul do Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

\_\_\_\_\_. **Vale da Morte: o Contestado visto e sentido. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná**. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.

\_\_\_\_\_. **Contestado em Guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil.** Florianópolis: Editora Insular, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Guerra do Contestado como crime contra a humanidade: O direito à terra e à vida- (in)certezas sobre o mundo caboclo.** In: FOESTSCH, A.A. GEMELLI, D.D. BUCH, H. E. R. (org). *Geografia do Contestado: 50 anos do fazer geográfico.* Curitiba: Íthala, 2016.

FRAGA, N. C; GONSALVES. C; CAVATORTA, M.G. **Contestado: O Sagrado e o profano de uma guerra secular.** *Geografia.* Londrina, v. 26. n.1. p. 143-157, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. **O Contestado: o sonho do milênio igualitário.** São Paulo: Unicamp, 1999.

GAZOLLA Rachel. **Para não ler ingenuamente uma tragédia grega.** São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GIRARDET, Rauol. **Mitos e mitologias políticas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HELLER, Milton Ivan. **A atualidade do contestado: edição do centenário da guerra camponesa.** Curitiba: J.M. Livraria Jurídica e Editora, 2012.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura.** 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KOHAN, Walter Omar. **Filosofia: o paradoxo de aprender e ensinar.** Coleção Ensino de filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LESKY, Albin. **A tragédia grega.** Trad. J. Guinsburg et al. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LOPES, Adriana Delbó. **Misteriosa Conexão entre Arte e Estado: a reflexão sobre a cultura no jovem Nietzsche.** 2006. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

MACHADO, Roberto. **O nascimento do trágico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia Dos Pré-Socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MEICHES, Mauro Pergaminik. **A travessia do trágico em análise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MEIRINHO, Bruno Cesar Deschamps. **CONTESTADO, A MODERNIZAÇÃO INCOMPLETA**. In: FRAGA, Nilson Cesar (Org.). *Contestado em guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil*. Florianópolis: Insular, 2012.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

NIETZSCHE, F. **Crepúsculo dos Ídolos**. Trad: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da tragédia**. 2.ed. Tradução, notas e posfácio de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **A visão dionisíaca de mundo**. Trad. Marcos Sinésio Pereira Fernandez, Maria Cristina dos Santos de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NOSSA, Leonencio. **BANCADA de SC Esquece Contestado na distribuição de verbas federais**. 2012. Disponível em: < [http://politica.estadao.com.br/noticias/ger\\_al,bancada-de-sc-esquece-contestado-nadistribuicao-de-verbas-federais,835413](http://politica.estadao.com.br/noticias/ger_al,bancada-de-sc-esquece-contestado-nadistribuicao-de-verbas-federais,835413)>. Acesso em: 04 nov. 2021.

NOYAMA, Samon. **Estética e filosofia da arte**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

OBIOLS, Guillermo. **Uma introdução ao ensino da filosofia**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2002.

PRADO, Ademir Carlin do. **História do município de Lebon Régis**. Memórias em volta do Fogo de Chão. Herval do Oeste: Polimpressos Industria Gráfica, 2018.

PEARSON, A. K. **Nietzsche como pensador político**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RIBEIRO, Helcion. **Da periferia um povo se levanta**. São Paulo: Paulinas, 1988.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

ROMILLY, J. **A tragédia grega**. Trad. Ivo Martinazzo. Brasília; Universidade de Brasília, 1998.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre o território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCAPIN, Alzira. **Uma guerreira em busca de liberdade**. In: DOLBERTH, Aldo. (Org.) Maria Rosa - a 'virgem' comandante da guerra sertaneja do Taquaruçu. Curitiba: Thipograf, 2005.

SODRÉ, Muniz. **Best-seller: a literatura de mercado**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

SOUZA, Ronaldo de M. **Atualidade da tragédia grega**. In: ROSENFELD, Kathrin Holzermayr (org.). Filosofia e literatura: o trágico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

THOMÉ, N. **Trem de Ferro: história da ferrovia do contestado** 2.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

\_\_\_\_\_. **As duras frentes de luta desta terra contestada**. Florianópolis: Diário Catarinense, Suplemento, 1989.

\_\_\_\_\_. **Sangue, suor e lágrimas no chão contestado**. Caçador, SC: INCON/UNC, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Política no Contestado: do Curral da Fazenda ao Pátio da Fábrica**. Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2002.

\_\_\_\_\_. **Breve História do Contestado**. Caçador (SC): UnC Campus Caçador, 2005.

\_\_\_\_. **O Ciclo da madeira no Contestado:** um retrato do século XX. Curitiba: MTé Gestão em Comunicação, 2010.

TOMAZI, G. **A mística do Contestado:** a mensagem de João Maria na experiência Religiosa do Contestado e dos seus descendentes. São Paulo: PUC, 2005.

TORRANO, Jaa. **Teogonia:** A origem dos deuses. São Paulo, SP. Iluminuras LTDA. 2016.

VALENTINI, José Delmir. **Da cidade santa à corte celeste:** memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. 3.ed. Caçador: Universidade do Contestado, 2003.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos:** estudos de psicologia histórica; tradução de Haiganuch Sarian. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_. VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e tragédia na Grécia antiga I e II.** Trad. Anna Lia A. de Almeida Prado et al. São Paulo: Perspectiva, 1999.

\_\_\_\_. **Mito e religião na Grécia antiga.** São Paulo: Martinsfontes, 2009.

VASCONCELLOS, A. Sanford de. **O dragão vermelho do Contestado.** Florianópolis: Editora Insular, 2008.

## ANEXOS

Antes de iniciarmos relatando os passos realizados no desenvolvimento das atividades com os alunos, julgamos ser necessário apresentar brevemente o contexto que adornou a dinâmica do desenvolvimento desta atividade. No dia 18 de março de 2020, todos nós da comunidade escolar, professores, alunos e pais, fomos surpreendidos com a notícia do fechamento da escola devido à alta contaminação causada pelo vírus SARS-COV-2. Mudança drástica que impactou diretamente não só as atividades desenvolvidas, mas também a vida de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Entre os dias 26 de abril até 07 de maio, iniciamos com a primeira atividade sobre as tragédias gregas, buscando apresentar quando surgiu, suas principais partes, característica e como ela buscava retratar a realidade do homem grego. A fundamentação desta atividade deu-se a partir de comentários e pequenos trechos da obra *O nascimento da tragédia* de Nietzsche, onde buscamos destacar a consciência mítica e a religiosidade como determinante no modo de vida do homem grego.

Com os alunos que estavam frequentando a escola presencialmente percebemos que a atividade teve uma boa aceitação. Logo nas primeiras aulas surgiram diversos questionamentos e curiosidade por parte dos alunos em descobrir quais eram as principais temáticas abordadas nas tragédias gregas. Como as turmas se encontravam com poucos alunos, isso permitiu uma aula diferenciada, tornando-se possível uma conversa mais individualizada com estes alunos.

O desenvolvimento desta mesma atividade com os alunos que estudavam remotamente, desencadeou diversas limitações para a sua realização, sendo que somente uma minoria destes possuíam uma internet com condições de participar da aula via Meet. A grande maioria que estudavam remotamente, a cada quinze dias retiravam na escola as apostilas com as atividades impressas, e é justamente com este público que tivemos grandes dificuldades para desenvolver esta primeira atividade.

Do dia 10 até 21 de maio realizamos o segundo momento das atividades, que consistiu em conhecer quem é e a finalidade do herói trágico. A partir de definições e imagens buscamos apresentar como o herói acompanhado pelo coro vivenciam o mito nas tragédias. Esta atividade fundamentou-se a partir dos seguintes autores e obras, '*O nascimento da tragédia*' de Nietzsche e na obra da Raquel Gazolla, '*Para não ingenuamente uma tragédia grega*'.

Neste segundo momento da aplicação passamos pelas mesmas condições citadas anteriormente, mas com o diferencial que obtivemos uma maior devolutiva das atividades,

principalmente dos alunos que estavam sendo atendidos remotamente e que não tinham acesso à internet. Esta maior participação se deu a partir de duas principais situações. Primeiramente por ter acesso a um considerável número de contatos dos alunos, possibilitando a comunicação via WhatsApp, assim além de encaminhar o material impresso, se tornou possível motivar e tirar dúvidas dos alunos por mensagens de textos e áudios. Outra motivação para a realização da atividade proposta, foi a liberdade que eles tiveram para produzir um mapa mental, com o objetivo de identificar que a tragédia proporcionava a união dos impulsos existentes na natureza, se utilizando de desenhos, colagens e breves descrições.

A terceira e última etapa desenvolveu-se na quinzena de 31/05 até 11/06. A proposta para esse terceiro momento é a identificação de algumas pessoas que se fizeram parte do conflito do Contestado e de como elas foram influenciadas e estimuladas pela religiosidade e pelo misticismo.

Primeiramente buscamos resgatar diversos personagens da guerra, onde se destacaram pela atuação que tiveram, seja propriamente no conflito ou na organização do movimento. Muitos personagens estão mais presentes na memória da comunidade do que nos registros oficiais, assim, buscamos realizar um diálogo com os alunos no sentido de resgatarmos estes personagens, foi o momento em que houve uma considerável participação e envolvimento dos alunos.

Na sequência, após a identificação destes personagens, a proposta inicial consistia na elaboração de teatros retratando algumas situações vivenciadas durante o conflito, mas devido ao distanciamento e as recomendações dos órgãos de saúde, esta atividade foi adiada para um momento mais oportuno. Assim, realizou-se a representação destes personagens, a partir de desenhos, discursos, maquetes e poemas, onde os alunos buscaram retratar como a religiosidade foi determinante na vida do povo caboclo do Contestado.

No Link abaixo e no QR Code se encontram algumas das atividades que foram desenvolvidas pelos alunos durante o processo de execução desta pesquisa.

[https://docs.google.com/document/d/1BhVX2RzZ6WKJWt9sSeb9sJ3ov\\_HDh9pupfVjwsow9x8/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/document/d/1BhVX2RzZ6WKJWt9sSeb9sJ3ov_HDh9pupfVjwsow9x8/edit?usp=sharing)

